

PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO



Pela Prof.^a Dr.^a Patrícia Valim

**História, Política
Partidária & Feminismo**

afipea 13

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea Associação dos Funcionários do Ipea

DADOS CATALOGRÁFICOS

HISTÓRIA, POLÍTICA PARTIDÁRIA & FEMINISMO

Prof.ª Dr.ª Patrícia Valim
Departamento de História
Universidade Federal da Bahia

PROJETO GRÁFICO

Matheus Natan Martins Dutra e
Arthur Georg de Souza

EDITORAÇÃO

Maria Luíza Diniz e Marina Rito

AFIPEA-SINDICAL

História, Política Partidária & Feminismo / Prof.ª Dr.ª Patrícia Valim


Brasília: Afipea, 2021.

1. Governo. 2. Democracia. 3. Políticas Públicas. 4. Planejamento Governamental. 5. Economia.

CDD:

2021 por Associação de Funcionários do Ipea

ISBN:



"Patrícia Valim é mestre em História Social/USP e Doutora em História Econômica/USP. Desenvolveu pesquisa em pós-doutorado na UFBA (2014) e um segundo pós-doutorado na UNIFESP (2019). É professora adjunta DE no departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A partir de agosto desenvolverá pesquisa e lecionará na graduação e na pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em regime de cooperação técnica. Tem pesquisado os seguintes temas: cultura jurídica na transição do século XVIII para o XIX no Império Português; Sujeitos em suspeição e cidadanias insurgente no século XIX no Br; Negacionismo Histórico e Antinegacionismo Penal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

10

PARTE I - HISTÓRIA

1. CONSPIREMOS TODOS, PUNAM-SE ALGUNS 11
2. DELAÇÃO PREMIADA NA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 15
3. CONJURAÇÃO BAIANA: A REVOLTA DOS "ENTES DA LIBERDADE" 18
4. CAVALO DO CÃO: BAIANA SYSTEM E A SUBVERSÃO DA ORDEM 21
5. AS COISAS NO SEU DEVIDO LUGAR 23
6. OS (NOVOS) DONOS DO PODER NO BRASIL: REVISIONISMO HISTÓRICO NO GOLPE DE 2016 31
7. COMBATES PELA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA RESPOSTA AO REVISIONISMO HISTÓRICO 34
8. HÁ UMA SEMANA: O PRÓXIMO MUNDO SERÁ DOS LENTOS, OU NÃO SERÁ! 37
9. NEGACIONISMO HISTÓRICO: ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 42
10. OQUEI, VOCÊS VENCERAM: BATATAS FRITAS! 47

PARTE II - POLÍTICA PARTIDÁRIA

51

11. VOTOS DO NORDESTE DEVEM DECIDIR AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 51

12.	A FACA ENTROU NA DEMOCRACIA E DEFLAGROU A DISPUTA ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE	53
13.	O MILITARISMO E O ANTIPETISMO PODEM SER DERROTADOS NAS ELEIÇÕES?	55
14.	O “PAU NA MESA” NAS ELEIÇÕES DE 2018: FEMINISMO, MACHISMO E FASCISMO	58
15.	DA REVOLUÇÃO SEVERINA AO #ELENÃO: A POLITIZAÇÃO DAS MULHERES	60
16.	O CINTURÃO PROGRESSISTA NO NORDESTE E O LULISMO COMO OPOSIÇÃO AO FASCISMO	62
17.	A ONDA E A SOLUÇÃO FINAL DO FASCISMO BRASILEIRO: AS ELEIÇÕES 2018	65
18.	A MARCHA DA INSENSATEZ BRASILEIRA: APERTEM OS CINTOS, POIS O TSE SUMIU	68
19.	VOCÊ S/A NA POLÍTICA BRASILEIRA: ENTRE O PABLITISMO E O TABATISMO	70
20.	O QUE FAZ UMA PROFESSORA PESQUISADORA DE UNIVERSIDADE PÚBLICA? E QUANTO ELA GANHA?	75
21.	BOLSONARO E MOURÃO SÃO IGUAIS?!	76
22.	O ARTIGO DE JOÃO FILHO, A FRENTE AMPLA E O LULA LIVRE	76
23.	LULA, CIRO & MARTA	77
24.	VILMA REIS & MAJOR DENICE & RUI COSTA	81
25.	POR QUEM OS SINOS DOBRAM NA ESQUERDA PETISTA?	82
26.	A BAHIA E O DIREITISMO COMO DOENÇA ADULTA DO COLABORACIONISMO DE CENTRO-ESQUERDA	88

27.	O BOLSONARISMO NÃO PRECISA DOS MILITARES, POIS JÁ TEM SEU EXÉRCITO PARTICULAR	91
28.	DIRIGENTES PETISTAS DIZEM NÃO AO “FORA, BOLSONARO” E TERCEIRIZAM PARA O “CENTRÃO” A MAIOR TAREFA HISTÓRICA DO PT	92
29.	O DESASTRE DO PROCESSO DE ESCOLHA DA CANDIDATURA DO PT À PREFEITURA DE SALVADOR	94
30.	TODOS JUNTOS, PORÉM DIFERENTES	96
31.	POLARIZAR E COMPREENDER A CENTRALIDADE DO NEGACIONISMO, DUAS ARMAS PARA DERROTAR O BOLSONARISMO	97
32.	O BRASIL VOLTA A RESPIRAR QUANDO A IMPRENSA ABANDONAR SEU FRANKENSTEIN	111
33.	. NÃO HÁ CAPITALISTAS NO BRASIL, MAS PRÉ-CAPITALISTAS PREGUIÇOSOS	114

PARTE III – FEMINISMO

117

34.	UM BEIJO DO ASFALTO	117
35.	MULHERES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	119
36.	<i>PARIU MATEUS, QUE O EMBALE</i> : A CRIMINALIZAÇÃO DE MÃES SOLTEIRAS, DIVORCIADAS, VIÚVAS E ABANDONADAS	121
37.	O INFERNO SÃO OS OUTROS: ARMAS DE FOGO, MULHERES E BARBÁRIE	125
38.	ABSTINÊNCIA SEXUAL, CRIMINALIZAÇÃO DA MÃE-SOLO E FRENTE AMPLA	130
39.	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER & DAMARES & ABSTINÊNCIA SEXUAL	131
40.	. ODOYÁ, YEMANJÁ!	132
41.	. QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NO BRASIL?	133
42.	POR QUE VOCÊS QUEREM NOS MATAR?	136

APRESENTAÇÃO

COLETIVO DE MULHERES DA AFIPEA-SINDICAL

O Pílulas de Bom Senso da Afipea n. 13, intitulado “História, Política Partidária & Feminismo”, reúne um conjunto de artigos e entrevistas da professora Patrícia Valim do Departamento de História da UFBA. Abordando uma variedade de temas, os textos chamam para uma reflexão crítica sobre os tempos atuais, onde a indignação com situações de desigualdade é, sem dúvida, a bússola comum que norteia os diversos textos.

O documento é iniciado com uma série de ensaios que, sob a ótica dos eventos ocorridos na Conjuração Baiana, levam os leitores à consideração da enorme semelhança entre determinados processos históricos e os atuais. Nas palavras da autora: “No campo político e ideológico, a Conjuração Baiana de 1798 inaugurou a tradição de criminalizar e desqualificar os movimentos sociais com participação popular e demandas políti-

cas mais igualitárias. Ao mesmo tempo, demonstrou a capacidade das elites locais em estabelecer todo tipo de aliança e negociação para se manterem no poder, com o objetivo de se locupletar do Estado patrimonialista e barrar qualquer tentativa de reforma política e tributação justa. Passados 217 anos do trágico fim daqueles quatro homens, a nossa primeira revolução social ainda está para ser feita.”

Em seguida, diversos temas relevantes são abordados. E a perspectiva histórica permeia as análises, que vão da discussão a respeito dos papéis atuais da classe média e da elite econômica, ao questionamento da chamada sudestinação das análises sobre o Brasil. Também estão presentes, entre outros temas, as eleições de 2018, a ascensão do discurso de ódio, a disputa entre civilização e barbárie, o militarismo, e a questão do revi-

sionismo histórico. Sobre este último tema, vale destacar o seguinte trecho: “A penalização jurídica do negacionismo histórico como violação dos Direitos Fundamentais e a urgente necessidade de proibir a divulgação desses conteúdos na esfera pública, portanto, só ocorrerá por meio de políticas públicas elaboradas em parceria por um judiciário comprometido com os princípios republicanos e democráticos e um conjunto de historiadores e sua associação representativa comprometidos eticamente com a dignidade humana.”

Nesses ensaios não fica de fora a luta feminista. Assim, para instigar a leitura desse documento, vale finalizar com essa última citação: “Porque eles nos querem caladas, mas nós os denunciaremos. Eles nos querem mortas, mas nós viveremos e lutaremos contra o fascismo da extrema-direita, o conservadorismo da direita e o anacronismo de uma esquerda que insiste em negar a centralidade e o universalismo das nossas lutas. Lutamos pela vida de todos: a nossa e a de quem ainda teme a nossa luta.”

PARTE I: HISTÓRIA

1. CONSPIREMOS TODOS, PUNAM-SE ALGUNS¹

“Animai-vos, povo bahinense, que está para chegar o tempo feliz da liberdade. O tempo em que todos seremos irmãos, o tempo em que todos seremos iguais”. Afixadas nas ruas de Salvador na manhã de 12 de agosto de 1798, estas palavras, como as de outros dez boletins manuscritos, anunciavam uma revolta com características inéditas no Brasil até então.

Assinados por “anônimos republicanos”, membros do “Partido da Liberdade”, os chamados “Avisos” eram uma estratégia de propaganda política contra a Coroa portuguesa. O “Aviso nº 9”, por exemplo, informava que, dos 676 adeptos da revolta, 513 faziam parte das corporações militares: 187 eram oficiais inferiores e soldados da Tropa de Linha

(oficiais pagos) e 326 pertenciam às milícias (compostas por pessoas comuns).

O segundo grupo mais numeroso era composto por clérigos: oito frades beneditinos, 14 franciscanos, três barbadinhos, 14 terésios e 48 clérigos seculares. O restante dividia-se entre 20 homens “do comum”, 13 de letras, oito comerciantes e oito “familiares do Santo Ofício” (auxiliares civis da Inquisição). A ausência de escravos na lista desse boletim parece sugerir que uma eventual adesão da população à revolta não abalaria as estruturas da sociedade baiana alicerçada no escravismo.

Esta hipótese relaciona-se também com a palavra de ordem da revolta, expressa na maioria dos boletins manuscritos: *“O povo bahinense ordena, quer e manda que seja feita no futuro a sua digníssima revolução”.* A coroa portuguesa encontrava-se em posição delicada em relação às potências europeias e encarava o risco de ver abalados seus domínios

1. Artigo originalmente publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional em 01 de julho de 2015.

coloniais – possibilidade aberta pelas implicações da Independência Americana (1776), da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Escrava em São Domingos (1791).

Explicitar que a revolução desejada seria “feita no futuro” era um sofisticado mecanismo de negociação política entre parte dos revoltosos e representantes da Coroa portuguesa, além de tranquilizar a população quanto a uma eventual ruptura de natureza revolucionária. Mas o fato é que em Salvador o príncipe D. João (futuro rei D. João VI) viu-se alvejado por críticas pouco conservadoras, diferentes das revoltas anteriores na colônia, nas quais o poder régio era preservado.

Os revoltosos de 1798 elaboraram um claro ataque ao príncipe regente, chamando-o de “Indigno Coroado”, que governava por meio de “Despóticos Ministros”. Escolheram a França como a principal nação que encontraria porto aberto para o “livre comércio” com a futura “República Bahinense”. Anunciaram a revisão da abusiva cobrança de impostos e outras medidas para dinamizar o comércio de pau-brasil, tabaco e açúcar, principalmente. Reivindicaram aumento do soldo para 200 réis diários, isonomia nos critérios de ascensão na hierarquia militar e o mérito para os postos mais elevado se para a escolha dos clérigos que comandariam a religião local.

As autoridades desconfiavam que essas demandas tinham sido elaboradas por homens importantes de

Salvador. Após a divulgação dos “avisos” pelas ruas, o governador da capitania, d. Fernando José de Portugal e Castro, ordenou a abertura imediata de uma investigação para descobrir o autor de “tão odiosa empresa”. Pediu ajuda do seu homem de confiança, José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e Governo do Brasil, e nomeou para a investigação os desembargadores Francisco Sabino da Costa Pinto e Manoel Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo, do Tribunal da Relação da Bahia.

Os três vinham sendo denunciados por “ausência de limpeza demãos”. Eles se reuniram na Secretaria de Estado para comparar a letra dos boletins manuscritos com algumas petições dos milicianos. Como o órgão continha a documentação de todas as corporações e setores sociais, rapidamente os desembargadores concluíram que o autor dos boletins era o mulato livre Domingos da Silva Lisboa, requerente no Tribunal da Relação.

Uma semana depois, duas cartas consideradas tão “sediciosas” quanto os boletins foram encontrados na Igreja do Carmo: uma delas anunciava que o governador seria o chefe supremo da “República Bahinense”, a outra nomeava o prior dos carmelitas descalços como chefe supremo da Igreja local. As autoridades novamente se reuniram para examinar a caligrafia do material, concluindo que as cartas eram de autoria de Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, miliciano mulato e pobre, preso no mesmo dia. Esse episódio desencadeou denúncias

sobre uma reunião que estava sendo organizada no Dique do Desterro para “ajustarem o modo, meio e ocasião em que haveria ter efeito a projetada revolução”. O encontro foi abortado pelas autoridades. O que se seguiu foram duas investigações simultâneas e cheias de artimanhas políticas para descobrir os participantes do movimento.

Foram abertas duas devassas (processos criminais). Após a prisão dos primeiros acusados, as autoridades chamaram cerca de 50 pessoas para prestarem depoimento: brancos, livres, a maioria homens com alguma posse, alguns com grandes propriedades. Suas declarações resultaram na prisão de 38 pessoas, muitas das quais milicianos. À certa altura do inquérito, foram denunciados nomes de poderosos. Dois deles foram chamados pelas autoridades e como denunciantes determinaram o rumo das investigações. O primeiro, Francisco Vicente Viana, era branco, ouvidor, juiz dos Órfãos e Ausentes, proprietário de engenhos, e após a independência do Brasil foi o primeiro presidente da província da Bahia. O segundo, Manoel José Villela de Carvalho, era branco, solteiro, tesoureiro da Real Fazenda, negociante e também dono de engenho.

Ambos estavam envolvidos no tráfico de escravos e em negócios promíscuos com o governo local. Segundo eles, os protagonistas da “projectada revolução” eram homens livres, pobres e mulatos. E o “cabeça” era o miliciano mulato Luís Gonzaga das Virgens. O tesoureiro da Real Fazenda contou pesso-

almente ao governador sobre o episódio que ele chamou de “pronta-entrega de escravos”: o secretário de Estado e Governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, passou na casa de outros sete proprietários para recolher escravos que deveriam prestar depoimentos que os isentassem de qualquer participação em reuniões de caráter sedicioso.

O grupo de senhores dos escravos entregues à Justiça era composto por pessoas de “opulência e luzimento”, a maioria envolvida no tráfico de escravos. José Pires Albuquerque era o mais notável e articulador político dos demais: dono do Solar do Unhão, de nove engenhos de açúcar, de fazendas de gado e plantações de tabaco, ele serviu nos mais altos postos do governo local. Foi também um dos maiores credores da Coroa portuguesa naquele final de século. Seu prestígio político e econômico explica as razões pelas quais articulou pessoalmente o movimento de “pronta-entrega de escravos” à Justiça, bem como ele ter sido chamado a “colaborar” nas investigações da revolta com os exames de caligrafia para descobrir os réus.

Mas se ele e seu grupo tinham tanto dinheiro e poder, por que participaram da revolta?

Até 1796, a relação entre metrópole e colônia contemplava tanto os anseios estatais quanto os privados. Por um lado, havia os privilégios e os monopólios, que garantiam a centralização política e a expansão ultramarina. Por outro

lado, havia o sistema de arrendamentos ou contratação de serviços, funções e comercialização de produtos por particulares. Ao se transformarem em parceiros privados da Coroa portuguesa, o grupo de contratadores, rendeiros e monopolistas, muitos ocupando cargos estratégicos na administração pública, sedimentou seu poder e influência na Bahia.

Esse status passou a ser ameaçado com a possibilidade de implantação das reformas do ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho: maior controle da produção, do tráfico e do sistema de arrendamento pela Coroa portuguesa, incluindo a entrada de outros agentes nessas esferas, com conseqüente perda de privilégios, além de impostos mais justos, com ricos pagando mais e pobres pagando menos. As queixas em relação à tentativa de reformas transparecem em vários depoimentos, como o de José Felix, escravo do ouvidor Francisco Vicente Vianna, autor de uma das denúncias. Se as autoridades não levaram adiante essas informações, é porque não interessava à coroa romper os laços com um setor que lhe dava base para a exploração colonial na principal capitania da América Portuguesa.

Embora os cativos não tenham sido listados entre os participantes da conjuração nos boletins, não resta dúvida de que eles aceitaram colaborar com armas em punho, quando os milicianos lhes perguntavam: “Estima a liberdade e ser forro?”. Dos 11 escravos presos, um foi morto por envenenamento a mando

do seu senhor. Os demais participaram ativamente das investigações. Quase todos eram mulatos, nascidos no Brasil (apenas um era africano e de propriedade de um dos réus enforcados), sabiam ler e escrever e mantinham relações de proximidade e compadrio com seus senhores.

Ao final de seus relatos, reafirmaram as denúncias dos dois senhores de engenho, acusando quatro homens livres, pobres e mulatos de serem os cabeças do movimento. Os milicianos apontados pela maioria das testemunhas assumiram que estavam descontentes e que conversavam sobre isso em reuniões. João de Deus do Nascimento, Manoel Faustino, Luís Gonzaga das Virgens e Veiga e Lucas Dantas de Amorim Torres falaram sobre a participação de um grupo de poderosos nessas reuniões, mas as autoridades novamente desconsideraram as informações. Eles foram condenados à pena última por crime de lesa-majestade.

Na manhã de 8 de novembro de 1799, foram enforcados e esquartejados na praça da Piedade, em Salvador. A execução dos quatro homens livres, pobres e mulatos encerrou um movimento político que já foi qualificado, com alguma poesia, como a “primeira revolução social brasileira”, nos termos do historiador Affonso Ruy. No campo político e ideológico, a Conjuração Baiana de 1798 inaugurou a tradição de criminalizar e desqualificar os movimentos sociais com participação popular e demandas políticas mais igualitárias. Ao mesmo tempo,

demonstrou a capacidade das elites locais em estabelecer todo tipo de aliança e negociação para se manterem no poder, com o objetivo de se locupletar do estado patrimonialista e barrar qualquer tentativa de reforma política e tributação justa. Passados 217 anos do trágico fim daqueles quatro homens, a nossa primeira revolução social ainda está para ser feita.

2. DELAÇÃO PREMIADA NA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798²

A Conjuração Baiana de 1798, um dos episódios mais importantes de nossa história, pode iluminar o presente, como sempre o passado faz. O setor dominante local, que participou da primeira fase do movimento, diante da descoberta da revolta, soube dar um duplo twist carpado nos setores médio e baixo daquela sociedade e, para não ser incriminado por crime de sedição, passou a colaborar com as investigações: formularam as principais denúncias, ajudaram a premiar os delatores e entregaram seus escravos à Justiça.

Desde lá, e quaisquer semelhanças com pessoas vivas ou mortas será mera coincidência, ou não, a delação premiada era mecanismo utilizado, apesar das reformas do Direito Moderno após

o Consulado Pombalino. Desde então, entregar a cabeça dos de baixo foi prática corriqueira das classes dominantes para manter as suas intactas. Não pensemos estejamos exagerando, vítimas de quaisquer tentações panfletárias. Que se mate a cobra e se mostre a cobra morta.

Abertas as devassas para a investigação dos autores dos dez boletins sediciosos afixados em prédios públicos, descobertos na manhã de 12 de agosto de 1798, e dos participantes da revolta, os poderosos recuaram, pois recai sobre eles a acusação de reuniões para se organizar a revolta. Apressaram-se em entregar seus próprios escravos à Justiça, pretendendo que eles corroborassem suas denúncias contra quatro homens negros, pobres e pardos, com o objetivo de reafirmar que eram leais súditos da Coroa, e o quanto estavam dispostos a servir à lei e à ordem.

Para a entrega dos escravos, contaram com a prestimosa ajuda do homem mais poderoso da Bahia, secretário de Estado e governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque. Este, saiu doido atrás de outros poderosos, incitando-os a entregar seus negros. Com isso, ele e os demais livrariam a pele. Não só da acusação de participar do levante, como também das denúncias de enriquecimento ilícito, contrabando e principalmente de atuação duvidosa à frente dos órgãos da administração local.

². Artigo publicado em co-autoria com o jornalista Emiliano José na Revista Caros Amigos em 04 de novembro de 2016.

Albuquerque era o mais proeminente dos entregadores de escravos. Proprietário do Solar do Unhão, de plantações de tabaco e de engenhos e açúcar. Dinheiro não lhe faltava. Poder político, também não. Secretário de Estado e governo do Brasil – cargo cujas vitaliciedade e hereditariedade foram compradas por sua família. Era ainda intendente da Marinha e Armazéns Gerais, vedor geral do Exército, provedor e ouvidor da Alfândega da Bahia, e deputado da Junta da Real Fazenda.

José Pires de Carvalho e Albuquerque era o exemplo acabado do acumplicamento entre o público e o privado. Proprietário de quatro escravos entregues. Foi essa “pronta-entrega de escravos”, surgida nos autos, que acabou por revelar a participação de oito homens poderosos na conspiração, todos eles fazendo a pronta entrega de suas propriedades, diga-se: de seus escravos. O restante, intacto.

Livraram-se, com a entrega dos escravos, de serem acusados do crime de sedição e de práticas pouco ortodoxas com a coisa pública. As acusações de “ausência de limpeza de mãos” por parte desses senhores e de utilização da máquina pública para enriquecimento ilícito eram tantas e tão variadas que o cronista Luís dos Santos Vilhena os qualificou de “Corporação dos Enteados”, dadas as relações promíscuas mantidas com a Justiça e a administração pública em benefício próprio.

Mas naquela sociedade colonial e escravista, não era apenas a “Corporação dos Enteados” que era constantemente denunciada. Dois dos desembargadores do Tribunal de Relação da Bahia designados para as investigações da Conjuração Baiana de 1798 também foram constantemente denunciados à Coroa por prática de contrabando e excesso de poder sem que houvesse qualquer providência: Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto e Manuel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo. Não interessava à Coroa portuguesa punir os agentes que ocupavam o principal órgão que garantia a direção política da dominação portuguesa no Brasil.

O mulato Joaquim José de Santa Anna foi um dos denunciantes do encontro no Campo do Dique do Desterro, marcado para a noite de 25 de agosto de 1798, que deveria ser o marco do início do levante. A delação dele foi recompensada: condecorado com a Ordem de Cristo, promovido a sargento-mor do Terceiro Regimento de Milícias da Bahia, tornou-se arrendatário de um pedaço de terra de José Pires de Carvalho e Albuquerque, em cuja casa aconteceram várias reuniões para se discutir questões da França revolucionária e a organização da revolta.

Reformas e fim de privilégios

A “Corporação dos Enteados” participou da organização do levante porque não obstante tivesse enorme poder, estava insatisfeita com o anúncio de medidas por parte da Coroa, pretendendo recrudescer o sistema de dominação

colonial ao dinamizar as finanças com o fim dos monopólios dos contratos e arrematações, agilizar o sistema da Justiça, combater a corrupção, a promiscuidade entre cargos públicos e objetivos privados, e queria ainda criar um sistema de tributação progressiva e justa.

Tais medidas visavam conter qualquer tentativa de repetição no Brasil de uma revolta escrava como a de São Domingos ou algo semelhante ao que ocorria na França revolucionária. Eram medidas reformistas, que atacavam frontalmente os privilégios da Corporação dos Enteados. Percebendo que esse grupo não estava de brincadeira, a Coroa recuou, atendeu as demandas políticas e econômicas dos enteados – prejudicando, inclusive, um grupo poderoso de capitalistas portugueses. O medo da revolução uniu as duas pontas – a Coroa com medo de uma convulsão social e os Enteados, que criam ser revolucionárias reformas que diminuiriam seus privilégios.

Depois de mais de um ano de investigações duvidosas, com direito a “delações premiadas” e ausência de provas contra os acusados, os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia, constantemente denunciados por “ausência de limpeza de mãos”, concluíram que João de Deus do Nascimento era o autor dos boletins manuscritos e o “cabeça” da projetada revolução. Liderava Lucas Dantas Amorim, Manuel Faustino e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga. Quatro homens livres, pobres e mulatos.

Enforcados, seus corpos esquartejados, partes expostas por toda a cidade durante vários dias, na manhã de 8 de novembro de 1799, na Praça da Piedade, em Salvador.

Os poderosos da Corporação dos Enteados com os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia e o próprio governador da Capitania da Bahia, d. Fernando José de Portugal e Castro, se juntaram, encontraram uma saída, fizeram um cruel efeito-demonstração para sinalizar a não aceitação de qualquer nova experiência como aquela: quando homens livres, pobres e negros/mulatos fizessem política, seriam condenados à pena última.

Poderosos corruptos e livres

Nesse conluio, deixaram de lado vários participantes da revolta, sobretudo os poderosos. Não era pouca gente envolvida. Das informações dos boletins manuscritos, 513 pessoas eram de corporações militares, 187 oficiais. Noticiase, ainda, a presença de 13 homens graduados em letras, 20 cidadãos comuns, oito do comércio, oito frades bentos, 14 franciscanos, 48 clérigos e oito familiares do Santo Ofício, entre outros. Só quatro pagaram o pato; pobres, negros/mulatos.

Ter muita gente armada mostrava a disposição de luta dos participantes da revolta, e não por acaso uma das reivindicações fundamentais era o aumento do soldo para 200 réis diários e isonomia

nos critérios de ascensão na hierarquia militar. A presença de religiosos revela a sensibilidade das corporações eclesíásticas para com as reivindicações populares.

O trágico fim dos quatro enforcados na Praça da Piedade revela uma tradição brasileira: o de encontrar bodes expiatórios nas crises, o de mexer com tudo para deixar como está. E revela também como age o Judiciário ao longo da história: apesar do formalismo com as várias reformas modernizadoras do Direito, a politização da Justiça é o recurso para a manutenção do status quo.

Se algum exemplo tem de ser dado, se é necessário a qualquer custo embargar qualquer ascensão das classes populares à vida política, se é preciso estancar qualquer arroubo reformista, se é essencial sinalizar para que experiências democráticas bem-sucedidas não se repitam, é preciso escolher a quem matar, sinalizar que está agindo, que está punindo, e não importa que se punam apenas alguns, os escolhidos para serem esquartejados.

Ao fazer o sangue correr, tenta-se evitar qualquer outra conjuração, e ali era um levante que atacava a escravidão e o domínio colonial – para uns, apenas como argumento para manter privilégios; para outros, pra valer. Daquele episódio, nos recordamos, pelo positivo, do exemplo de luta dos envolvidos e dos quatro mártires; pelo negativo, da cor-

rupção da administração, da politização da Justiça e da tradição acomodatória das classes dominantes. E acrescente-se: malgrado o Império tenha sido o que foi, a Coroa portuguesa perde o cetro poucos anos depois.

Nós proclamamos:

O medo não pode vencer a esperança!

Animai-vos, povo!

3. CONJURAÇÃO BAIANA: A REVOLTA DOS "ENTES DA LIBERDADE"³

Na sua primeira edição regular, o **Brasil de Fato Bahia** entrevistou a Professora do Departamento de História do Brasil e da Bahia Colonial e Imperial da Universidade Federal da Bahia, Patrícia Valim, sobre a Conjuração Baiana. Também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios, a Conjuração Baiana completa 220 anos em 12 de agosto deste ano. A revolta aconteceu em Salvador e envolveu diversos setores da sociedade. Teve, entre as reivindicações, desde melhores salários até a fundação de uma república democrática e foi fortemente reprimida. Patrícia conta que começou a pesquisar sobre Conjuração Baiana durante a graduação e que esta foi objeto de estudo

3. Entrevista publicada originalmente no site "Brasil de Fato" em 10 de agosto de 2018, por ocasião dos 220 anos da Conjuração Baiana de 1798

no mestrado, doutorado e pós-doc. No mês de agosto, irá lançar um livro pela Editora da UFBA – EDUFBA sobre a revolta. Confira na íntegra a entrevista.

O que foi a Revolta dos Búzios

A Conjuração Baiana foi um movimento que teve a participação de pelo menos 36 pessoas, que foram presas acusadas de terem participado da revolta.

O poder local, na época, chamou de “Sedição dos Mulatos”. Foi um movimento diferente de todos que aconteceram, tanto na capitania da Bahia, durante o período colonial, quanto em outras localidades do território brasileiro. Ocorreu em 1798 e se iniciou a partir da elaboração de 11 boletins manuscritos, que eram bilhetes colocados em locais públicos da cidade de Salvador. Só temos acesso a dez deles, tudo leva a crer que um foi queimado.

Quem eram os participantes

O primeiro boletim afirma a participação de 676 pessoas. Nenhuma mulher. As mulheres aparecem apenas como testemunhas. Mais da metade dos envolvidos era de milicianos, que eram responsáveis pela ordem e pela segurança na capitania, além de padres e religiosos das ordens terceiras, homens do comércio de grosso trato, homens do ofício e homens principais.

Quais eram as reivindicações

As principais reivindicações eram: o “soldo diário de 200 mil reis” [salário dos milicianos] - naquela época as condições de vida do miliciano se assemelha-

vam a de um escravo, com recrutamento a força; abertura dos Portos; fim do jugo da escravidão, mas sem necessariamente o fim da escravidão como projeto coletivo. Pela primeira vez na história dos motins e sedições, tivemos o “xingamento”, o Príncipe Regente foi chamado de “indigno coroado”. Isso foi um ataque frontal e a resposta veio muito violenta.

Os únicos setores que não estavam nos boletins como participantes foram as mulheres e os escravos. Katia Mattoso, uma das grandes historiadoras sobre o tema, afirma que não colocar os escravos como participantes era uma estratégia política de mostrar para a sociedade que uma eventual adesão deles ao projeto revolta não iria abalar a estrutura que fundavam aquela sociedade, a principal delas é o escravismo, que tinha caráter sistêmico no Brasil. Tudo era feito para a manutenção, preservação e ampliação da escravidão, desde o tráfico, circulação de escravos no território e toda sociedade organizada, montada em razão das relações de trabalho escravo.

Relação com os ideais a Revolução Francesa

Durante muito tempo a Conjuração Baiana foi considerada a versão da Revolução Francesa na Bahia. Discordo dessa leitura, embora nos boletins dizem: “Animai-vos povo bahinense, que está para chegar o tempo feliz de nossa liberdade, o tempo que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais”, eles assinam como “Anônimos Republicanos”. Pensando a influência das ideias francesas, “O povo bahinense e re-

publicano ordena e manda e quer que para o futuro seja feita a sua digníssima revolução nessa cidade e seu termo”. Estamos falando de um movimento que usa a palavra república, revolução, liberdade, igualdade em termos de comércio. Assinam os boletins como “Entes da liberdade” ou “republicanos”. Tem uma radicalidade do ponto de vista da construção de um consenso político e em termos de participação geral no universo da política. Os termos que elaboram as demandas são radicais, porém as demandas são reformistas. Eles queriam espaço naquela sociedade, não mudar as estruturas.

A simplificação nos livros didáticos

O livro didático é um instrumento autoritário. Nesse instrumento autoritário, uma revolta como essa entra como não evento, porque o que está sobre a conjuração baiana é o enforcamento e esquartejamento de quatro homens pobres e negros. Dizem que estavam pedindo aumento de soldo [salário]. Não é mentira, mas está longe de ser só isso. Eles queriam fundar uma República Bainense, democrática, baseando na democracia burguesa, no mérito, como consta nos boletins manuscritos. Mas pensar isso no antigo regime era subverter a ordem. Os livros didáticos sobre a história brasileira não apresentam conflitos. Tem Palmares, que segundo a classe dominante foi “estraçalhada” e Zumbi teria tido o castigo que essa classe achava que ele merecia. Foram inúmeras revoltas que não entram nos livros.

Aqui “foi tiro, porrada e bomba” o tempo inteiro. Uma colega de departamento, Maria Hilda, tem um trabalho sobre o Regimento de 1548 em que demonstra que a capitania da Bahia foi escolhida para ser sede do vice-reinado e do Governo Geral porque havia uma série de revoltas indígenas, não havia quem controlasse aqui, o capitão donatário quase foi morto. Então antes que dominassem, vieram para desmobilizar essas revoltas, enforcaram alguns indígenas. O grau de politização nessa sociedade era imenso, havia muitas lutas. Essa coisa de que a sociedade brasileira é alegre é uma construção para “aplainar” a miséria, o superlucro e toda a revolta que isso gera.

Legado da Conjuração Baiana

Um legado é a capacidade e necessidade de as pessoas se organizarem e lutarem por suas demandas. Na necessidade de fazer alianças, se aliaram aos mais poderosos, senhores de engenho para ter melhores condições de luta. Discutiam sobre um Estado que foi feito e pensado a partir da natural desigualdade entre os homens. De alguma maneira, há um projeto de igualdade, ainda que seja desse grupo, mas a igualdade é um horizonte.

Como se tem uma formação oral, a propaganda política, através dos boletins manuscritos também é importante. Outro legado é que a resistência e a luta são a única forma de mudança. A resistência está desde escrever um texto até organizar um grupo.

Desde tempos coloniais, o poder se organiza para criminalizar a luta política. E isso acontece de várias formas. Os quatro homens que foram enforcados foram chamados de bêbados e loucos. Nos tempos atuais, basta lembrar que quando Lula assumiu a presidência, jornais do mundo o classificaram como “bêbado, cachaceiro, pingüço”. Quando a classe trabalhadora faz política é chamada de louca e desvairada por querer o conflito. As ideias dominantes ainda que sejam violentas e assassinas está tudo bem. Mas se as classes mais baixas questionarem isso são loucas, doentes e bêbadas. A conjuração baiana traz essa dimensão trágica, cínica, de um país cínico com seus conflitos, com suas eternas desigualdades econômicas e sociais, raciais e gênero.

O livro

O livro trata da conjuração baiana, onde faço um apanhado historiográfico. Tem prefácio do jornalista e professor Emiliano José e posfácio do Professor José Sergio Gabrielli. É fruto da pesquisa da tese de doutorado, defendida em janeiro de 2013. Será lançado em agosto de 2018 pela EDUFBA, na melhor hora possível, já que a Conjuração Baiana de 1798 completa 220 anos. E apesar do movimento ser tratado na dimensão regional, deveria ser considerado na sua dimensão nacional e imperial.

Vai ter lançamento em Salvador, no Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio

de Janeiro. Estou muito feliz com o lançamento. É o trabalho da minha vida.

4. CAVALO DO CÃO: BAIANA SYSTEM E A SUBVERSÃO DA ORDEM⁴

Sexta-feira, 17:30, circuito do Campo Grande, Salvador. Uma multidão de pessoas chegando para a saída da pipoca mais esperada do carnaval soteropolitano/2017: Baiana System e seu trio Navio Pirata. Robertinho tira os primeiros acordes de sua guitarra baiana. Suspiros, risos e corpos cadenciados pela dor eletrizante de Russo Passapusso: *“Você já passou mim/ E nem olhou pra mim/ Acha que eu não chamo atenção/ Engana o seu coração ...”*. Invisível é o nome da música nova da banda. Invisível também é o carnaval da Bahia para o resto do país. Tanto o poder público municipal como as televisões abertas insistem em vender para o resto do país que o carnaval da Bahia é branco, elitizado em camarotes aclimatados, com músicas eletrônicas, e trios elétricos com axé “baladeiro” com corda e cordeiros esfomeados. Felizmente, a população soteropolitana rejeitou esse modelo de carnaval e hoje ele está em plena decadência.

4. Artigo publicado originalmente no site “Jornalistas Livres” em 27 de fevereiro de 2017.

O Brasil mudou muito nesses últimos 13 anos e o carnaval baiano não ficou à parte desse fenômeno. O que se vê nos últimos anos aqui na Bahia é um carnaval popular, diverso, múltiplo, cada vez mais sem cordas, mais democrático, mais popular e, por tudo isso, muito mais politizado do que sempre foi. Sim, senhoras e senhores, não nos esqueçamos de Luiz Caldas cantando desde os anos 1990 *“Vou lutar/ Obá, obá/ Sou bonito/ Como o Apache e o Ilê”*. Não nos esqueçamos também que a Bahia é um estado que comemora seus feriados religiosos e cívicos com festa de largo – quando a população em peso ocupa as ruas da cidade, subvertendo a ordem e o controle sobre seus corpos, protestando e reivindicando suas demandas em uma catarse coletiva desde os tempos coloniais.

Baiana System, ousado afirmar, é o acúmulo de uma cultura política própria dessa Bahia de todos os santos, tantos encantos e muitas revoltas. É também a síntese estética da diminuição das brutais desigualdades entre tantos Brasis em um mesmo território. Sua identidade visual tem a força das músicas na voz grave de Russo Passapusso, que é capaz de alucinar a multidão desejosa de se tornar visível, subvertendo a melancolia da permanente escassez em que vive em uma energia que é pura potência revolucionária. Revolução, foi o que aconteceu naquela tarde quente de sexta-feira, no Campo Grande, com o histórico grito *“Fora Temer”* depois que Russo Passapusso cantou:

“Tire as construções da minha praia/ Não consigo respirar/ As meninas de minissaia/ Não conseguem respirar/ Especulação imobiliária/ E o petróleo em alto mar/ Subiu o prédio / eu ouço vaia/ Eu faço figa pra essa vida tão sofrida/ Terminar bem sucedida”.

Não foi à toa que a grande imprensa não divulgou o vídeo com essa catarse coletiva. Se tivesse divulgado, a população desse país teria assistido o que veio depois do histórico protesto: milhares de pessoas bravas com o golpe de estado que sofremos e continuando a gritar *“fora, golpistas”* enquanto Russo Passapusso, ao som da guitarra elétrica baiana de Robertinho, começou a gritar *“Cavalo do Cão, Cavalo do Cão!”*. A geral foi ao delírio ao som de *“playsom”*, gritando, rindo, chorando e pulando como se não houvesse o amanhã de alegria pela lembrança desse momento histórico e de dor dilacerante com tudo o que tem nos tirado diariamente com esse golpe. Como a maior e mais dilacerante dor de quem é picado pelo Cavalo de Cão, um inseto que é capaz de paralisar uma aranha viúva negra para devorá-la em seguida. Por isso, a comunidade científica afirma que sua dor é *“ferozmente elétrica”*, como a força da Baiana System. Como a nossa dor intensamente exposta a céu aberto naquela histórica manifestação.

A prefeitura de Salvador reagiu, prometendo retaliações à banda. Querem-nos invisíveis e mudos, senhoras e senhores, justo no carnaval, essa

festa altamente subversiva e politizada. Recusamos, acusamos, ocupamos, pulamos e gritamos, sempre, ao mesmo tempo e em todos os lugares desse país golpeado. Uma hora, as nossas turmas irão se encontrar e conseguiremos subverter os efeitos do veneno dessas aranhas. Feito cavalos de cão na cadência de *“playsom, playsom/ Já ouviu é dejavú/ Russo Passapusso/agradece, merci beaucoup”!*

5. AS COISAS NO SEU DEVIDO LUGAR⁵

Há evidentemente uma pergunta a ser respondida pelos historiadores, sociólogos e cientistas sociais: por que a classe média brasileira tomou o rumo político supostamente contrário aos seus próprios interesses materiais e, de lambuja, levou o Brasil a uma crise sem precedentes? Já há algum tempo diversos intelectuais, pesquisadores, professores têm se debruçado sobre esta questão. Desde o argumento do fim da “política de compromisso de classe” que via em Lula um segundo governante (depois de Vargas) a concertar o país num pacto entre as classes, passando pelo “fim do lulismo”, numa explicação que envolvia um argumento econômico de compromisso (fazer todos crescerem) e um político moral (aliança com o PMDB e as “antigas oligarquias”), até chegar no argumento

da alienação da classe média por “interesses internacionais” que se materializariam no petróleo e no desmonte das indústrias pesadas brasileiras; a verdade é que há o reconhecimento da mudança de postura hoje deste estamento social (classe média) em relação aos primeiros dois governos de Lula.

Sobre a classe média brasileira, Marilena Chauí apontava, em 2013, que ela era “uma abominação política, porque é fascista; uma abominação ética porque é violenta; e é uma abominação cognitiva porque é ignorante”. Recentemente, Jessé Souza foi além e, em seu livro, “A elite do atraso: da escravidão a lava-jato” (Leya, 2017), afirma que nossa classe média também é racista: “Um brasileiro de classe média que não seja abertamente racista também se sente, em relação às camadas populares do próprio país, como um alemão ou um americano se sente em relação a um brasileiro: ele se esforça para tratar essas pessoas como se fossem gente igual a ele” (p. 22). Ambos concordam com o diagnóstico de uma classe média divorciada do restante do país. O mesmo argumento, aliás, usado pelos grupos que fizeram o golpe, embora por motivos diferentes. Para Chauí, o divórcio tem razões ontológicas, a classe média “é” de uma certa forma, indiferente ao que se possa fazer politicamente por ela. Para Jessé, a separação tem razões sociológicas: eis que a classe média, induzida pelo discurso de intelectuais que legitimam um “culturalismo ra-

5. Artigo escrito com o historiador Fernando Horta e publicado originalmente no site “Opera Mundi” em 31 de outubro de 2017.

cista”, teria tido sua formação dentro de uma ótica excludente, que Jessé remonta à escravidão brasileira.

Duas coisas interessantes chamam à atenção: dois intelectuais de primeira grandeza da esquerda brasileira afastam-se das formas de explicação marxistas do fenômeno. Tanto Chauí quanto Jessé, apesar de usarem raciocínios estruturalistas em suas argumentações, partem para noções mais ligadas à identidade e às mentalidades dos grupos sociais. A questão material precisa ser descartada de suas explicações, afinal, durante o período de 2003-2011, nos governos Lula, e depois no primeiro governo Dilma (2011-2014) os números são incontestes sobre o enriquecimento da classe média. Como explicar, então, que estes agentes político-sociais tenham ido contra as premissas dos atores racionais e das percepções do materialismo histórico de que “em última análise” as questões econômicas deveriam fazer-se sentir? O argumento é sempre o da burla, do engano, do mal-entendido ou do mal dirigido. Ou Lula enganou a classe média (como tentam desesperadamente manter os grupos apoiadores do golpe), ou a classe média – vil em sua essência – apenas se uniu ao projeto lulista enquanto lhe parecia favorável. Ou ainda, a classe média – ignorante e incapaz de livrar-se de suas “falsas verdades” – foi presa fácil para um grupo de agentes invisíveis que podem ser nacionais (a “elite do dinheiro”, segundo Jessé) ou internacionais (“o capitalismo internacional”). Em algumas versões, há uma articulação que beira o enredo de um romance policial entre

estas elites – nacionais e internacionais – de forma a atacarem o Brasil.

Mas e se esta ideia da “burla” sobre a classe média estiver errada? E se a classe média brasileira sempre agiu de forma racional? Como coadunar o divórcio da classe média sem colocar no colo de Lula e de parte da esquerda a culpa por uma corrupção que a vara de Curitiba não consegue provar? Uma das formas de escolhas entre as explicações científicas, chamada de “A Navalha de Ockham”, afirma que “se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenômeno, a mais simples é a melhor”. Por que temos que transformar em variável determinante o insondável da moral de toda uma classe para explicar o problema sem articular essa variável com as demais esferas dessa realidade? Por que temos que voltar aos primórdios da colonização brasileira e resgatar – com certo descuido – a ideia de “escravidão”, e não de escravismo, para explicar, duzentos anos depois, as escolhas políticas de milhões de pessoas?

Não que se negue que a escravidão tenha um papel fundamental na história do Brasil. Tem, embora seja preciso dizer sobre que escravidão se está falando, porque ela não foi igual nem na geografia brasileira nem na sua história. Em Portugal houve escravidão; no Brasil: escravismo, escravidão sistêmica. A questão é que houve também outros condicionantes estruturais que poderiam ser invocados como “ideias-força” a moldarem o nosso escravismo: catolicismo, analfabetismo. Todos já foram

utilizados em macro explicações sobre o Brasil: aquelas que querem dar uma razão estrutural às escolhas de mais de 250 milhões de pessoas espalhadas por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Durante toda a nossa história. Estas tentativas extrapolam qualquer possibilidade de uma síntese sobre algo tão complexo como é o nosso passado, a partir das inúmeras pesquisas elaboradas nas últimas décadas, com profundidade e rigor científico sem mobilizar a falácia da “linguagem fácil”. Até porque, na atual conjuntura, não dispomos de recursos para nos colocarmos à busca de uma explicação para todos do país em todo o tempo. Ainda que isto nos pareça possível e desejável.

Por ora, propomos uma explicação mais simples. Com dados mais próximos no tempo. E, principalmente, que afasta a ideia de “burla”, de engano seja da classe média para com o resto do país, seja do governo para com a classe média, seja, ainda, de certa esquerda e seus intelectuais. Não nos parece que esta classe média esteja “jogando contra si” quando se colocou contra o governo Dilma, apoiando decisivamente o golpe de 2016. É claro e evidente, como têm mostrado as notícias atuais, que cresce o fascismo e que alguns elementos podem se encaixar perfeitamente na descrição de Chauí. Também parece possível que grupos pensem, como Jessé afirma, e que sejam, portanto, a vanguarda do atraso brasileiro. Contudo, por mais que essas narrativas nos pareçam lógicas, simples e que concordemos com elas, não é disso que são feitos os estudos científicos.

Sejam eles de disciplinas ditas “exatas” ou “humanas”. O senso comum não é o condão que nos levará do ano zero até o século XXI, em uma trajetória que explicará a politização da Lava-Jato. Também não nos parece que seja possível, por meio de uma fragmentada percepção sobre a identidade de determinados grupos, que consigamos derivar – sem mediações – suas posturas políticas. Acima de tudo, não acreditamos que a classe média seja “contra um projeto de país” ou que tenha “se deixado enganar” pelos grupos A ou B.

Em um estudo publicado em 1951, o sociólogo Charles Wright Mills fazia uma distinção essencial dentro da sociedade norte-americana: havia um grupo de trabalhadores, que ele denominou de “*White collars workers*” que se distanciavam dos trabalhadores normais (simples proletários). Este grupo, não era sensível aos apelos de ideologias proletárias de esquerda, não via nos movimentos organizados de proletários qualquer apelo, embora fossem – nas concepções clássicas – trabalhadores assalariados. Estes grupos, na visão de Mills, se viam não como “vendedores” de sua força de trabalho, mas viam-se com capacidade de negociar muitas outras qualidades que julgavam ter. Seus contatos pessoais, sua liderança sobre outros grupos de pessoas, suas capacidades de criar e vender discursos, visões de mundo e etc. Mills mostrava que este grupo não apenas se via como diferente dos trabalhadores braçais, como ocupavam posições diferentes deste. Seja no governo ou na iniciativa privada. Exigiam, pois, que hou-

vesse uma diferenciação num momento em que – em função da Guerra Fria – havia um apelo da esquerda para que todos reconhecessem-se “proletários”. O argumento do sociólogo americano encaminhava-se para um pacto entre grupos sociais em que ambos saíam ganhando: as verdadeiras elites econômicas (aquelas que podem viver sem trabalhar) viram nos “White collars” um cordão de isolamento dos grupos proletários. Por outro lado, estes grupos de trabalhadores aceitavam a postura de defesa das elites desde que recebessem financeiramente mais que os trabalhadores braçais, tivessem seu status social reconhecido como diferenciado e pudessem gozar dos benefícios que a vida capitalista e urbana poderia oferecer.

No argumento de Mills, não há burla, não há engano. É um pensamento puramente auto interessado. Uma troca de favores que fazia com que estes grupos, fincados na burocracia estatal ou no campo privado das profissões com mais alto grau de conhecimento técnico, aceitassem ser porta-voz da ideia da diferença social como base de funcionamento de qualquer arranjo de sociedade. Tais grupos poderiam compor funções como juizes, procuradores, médicos, engenheiros, professores universitários e toda sorte de empregos urbanos que hoje chamaríamos – com algum grau de generalização possivelmente indevida – de profissionais liberais, burocracia de estado e postos de comando e estratégia capitalista. Se é verdade que estes grupos não eram a “elite” econômica, pois continuavam dependendo do seu trabalho

para sobreviver, também é verdade que eles não eram proletários submetidos às pressões mais primárias do capitalismo exploratório. Havia aí uma ruptura na ideia de que “os proletários do mundo devem se unir” para lutar contra os grupos opressores. Alguns proletários aceitavam melhores serviços, melhores pagamentos e passavam a compor um primeiro escalão de defesa política contra uma sociedade igualitária e mesmo contra ideias revolucionárias. Eram os White-Collars (que no Brasil vão virar a “Classe Média”) que aceitavam serem os controladores do discurso social. Exercendo seus micropoderes em benefício da manutenção do sistema como está. Não serão nunca elite econômica e em contrapartida recebem desta elite a segurança de que jamais serão “proletários”.

No Brasil, o argumento de que nossa classe média tem alguma relação direta – ainda que de mentalidade – com a escravidão sofre de sérios problemas. Primeiro porque entre o fim da escravidão e a composição de uma classe média urbana e industrial existe quase cinquenta anos. Se é verdade que podemos argumentar que nosso país ainda não se livrou do preconceito racial não se pode dizer que escravidão ainda está entre nós. Tampouco que a classe média urbana brasileira, formada apenas a partir dos processos industriais do final dos anos 30 se consolidou enquanto grupo social antes do final da segunda guerra mundial. Há um espaço de tempo bastante razoável entre o fim da nossa escravidão e o surgimento de nossa classe

média urbana. Este espaço não pode ser coberto pelo prolongamento de explicações estruturais, pura e simplesmente.

Os historiadores que se debruçam sobre o século XIX no Brasil, mostram três características interessantes a respeito dos nossos grupos urbanos. Embora ainda não possam ser chamados de “classe média” (porque ausentes estão as questões industriais que transformam o século XX brasileiro) são chamados, na literatura, de “Estratos médios urbanos”. Normalmente, eram grupos que tinham a formação semelhante aos “White collars” de Mills (médicos, advogados, engenheiros ou partícipes de burocracia estatal), mas que dividiam o espaço urbano com dois outros grupos de cidadãos. De um lado, a um grupo de “bem-nascidos” empobrecidos, que ainda ocupava os cargos dirigentes da burocracia do Estado por meio de relações de clientela e lealdades pessoais, e, de outro, comerciantes que eram mais ou menos ricos dependendo de sua atividade. Se ligadas ao tráfico negreiro tinham mais acesso a recursos, se ligados a venda de bens de consumo urbano, gozavam de menos recursos e mesmo inserção nos poderes de Estado.

Assim, a chamada “classe média” brasileira que vai surgir no final dos anos 30 é formada, no mínimo, por três diferentes grupos e imaginar que ela toda tem uma mesma mentalidade de origem não parece um pressuposto empiricamente sustentável. Entretanto, o pacto que descreve Mills para as sociedades industrializadas (no caso os EUA) já era

presente no Brasil desde meados do XVIII. José Murilo de Carvalho mostra que a nobreza brasileira nunca foi nobreza hereditária, dependendo da boa vontade da coroa portuguesa primeiro, e depois do imperador para fazer com que o filho de um Barão, fosse também Barão. É claro que essa “boa vontade” tinha seu preço. A submissão das elites urbanas, ideológica e socialmente, aos desígnios da monarquia é característica que só se rompe no Brasil na última década do século XIX. Nossos estratos médios, pois, sempre se colocaram na função social que Mills descreve: como um guardião da desigualdade social visto como privilégio aos que tem “mérito”. Da mesma forma, os comerciantes brasileiros não se comportavam de forma capitalista. Fernando Novais, Stuart Schwartz, João Luís Fragoso, entre outros e outras, demonstram que durante muito tempo, comerciantes que eram riquíssimos em função de sua atividade não mobilizavam seus capitais para reinvestir em seus negócios, pois preferiam adquirir terras e escravos - passando, assim, a cortejar a coroa com objetivo de “ascensão social”. Ser rico, na sociedade brasileira dos períodos colonial e imperial, era ter terras e escravos, de maneira que a questão simbólica relacionada à distinção sempre foi preponderante no Brasil.

Lembremos que a partir da segunda metade do século XVIII, qualquer reforma da coroa portuguesa que colocasse em risco a “natural desigualdade entre os homens”, base do Antigo Regime, foi duramente combatida. Foi assim em 1773, quando o Marquês de Pombal de-

cretou o fim da escravidão em Portugal, presente desde o início do século XV, causando desespero aos escravistas no aquí e no além-mar. Foi assim durante as reformas de outro Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, que entre os anos de 1797-98 propôs uma política de tributação justa, o fim dos Morgados, dos monopólios e maior controle no tráfico de escravos, e os setores dominantes protestaram duramente até que conseguiram a manutenção de seus privilégios e a dinamização do tráfico de escravos. Foi assim, também e sobretudo, durante as lutas pela independência política do Brasil, 1821-1824, nas quais as elites provinciais só aderiram à causa quando a permanência do escravismo e do tráfico de escravos não corriam riscos. Aliás, cumpre destacar, que a nossa unidade nacional deve muito ao escravismo – escravidão sistêmica - como projeto de futuro do Estado brasileiro, após a outorga de 1824, como demonstra Luiz Felipe de Alencastro.

As razões pelas quais as elites provinciais se movimentaram politicamente de forma hegemônica em relação a manutenção e ampliação do tráfico de escravos e do escravismo, no século XIX, está intimamente ligada ao fato de que a maioria desses homens frequentaram a Universidade de Coimbra Reformada, após 1772, instituição da Coroa Portuguesa responsável por conferir unidade ideológica às elites da sua principal colônia no empuxo das reformas pombalinas provenientes da Ilustração Portuguesa. Enquanto

a Ilustração Francesa rompeu com o Antigo Regime, guilhotinando a nobreza, criando o Sufrágio Universal e a agenda de combate à escravidão com o *Code Noir*, a Ilustração Portuguesa fortaleceu o Antigo Regime português e as desigualdades sociais e as econômicas que lhes eram subjacentes e com apoio das elites locais por meio de um pragmatismo político sem precedentes. Esse é um fator importante a se considerar no processo de formação do Estado Brasileiro. Além disso, as relações econômicas e suas ramificações materiais por todo o século XIX e boa parte do XX não devem ser analisadas sem levar em conta a nossa elite imperial e seu projeto de manutenção do escravismo como linha política do Estado Nacional. Isto é uma das explicações para que o Brasil não tenha iniciado um projeto industrial ainda no século XIX. Tínhamos um imperador dito intelectual, tínhamos um excesso de capital imenso (fruto da exportação de café) e mesmo assim nenhuma capacidade de transformação desta estrutura econômica em algo capitalista, como fizeram os EUA, por exemplo.

Assim, os núcleos urbanos brasileiros que vão se fortalecer a partir do final dos anos 30 eram compostos de pessoas que tinham no simbolismo social da distinção um valor importante, que aceitavam de bom grado a postura de contenção das classes baixas pelo domínio dos mecanismos de convencimento e coerção e que viam o espaço geográfico das cidades como seus espaços sociais. A este grupo, após as mudanças estruturais de Vargas, vão se unir os proletários

urbanos e os “white collars” propriamente ditos. No Brasil, portanto, essa elite de trabalhadores de colarinho branco (que vai se transformar na nossa classe média) tem diversas origens sociais e diferentes explicações para a chancela moral da desigualdade, proveniente da escravidão somada ao pacto social que tem como um dos atores o próprio Estado, ou mesmo a própria ideia de diferenciação proletária urbana que detectou Mills.

Nossa classe média prefere manter símbolos de superioridade do que receber possibilidades de ascensão econômica. São aqueles grupos que compram carros com valores muito mais altos no Brasil do que no resto do mundo (chamado de “preço Brasil”) e que só são praticados aqui mesmo. Porque, o carro, o celular, a casa na praia ou a mobília da sala não valem o seu “valor de uso”, mas são medidas por um referencial de diferenciação social que é a gênese da própria classe média brasileira. Ela não empreende porque não lhe interessa o risco, mas ela busca financiamentos maiores do que poderia pagar por itens que sejam demonstradores de sua diferenciação. Escolhe locais na cidade para frequentar em função da diferenciação que ele pode oferecer. E, portanto, isto não é fruto de um racismo (embora o elemento de cor certamente esteja presente) mas é resultado do pacto social urbano brasileiro existente desde o século XIX. O negro sofre mais, mas o nordestino, o proletário ou aquele que não tem “berço” também não é aceito no grupo.

Neste sentido, o que fez o lulismo que desgostou tanto a este grupo? E por que ele não se revolta com Temer e a destruição do país? A verdade é que diante deste pensamento, Lula é mais perigoso que Temer. Lula, por diminuir a diferença relativa entre os proletários e os “white collars” e por fazer com que os espaços geográficos e institucionais comesçassem a ser partilhados. Desta forma, o governo Lula obriga que os privilégios de acesso aos bens públicos comesçassem a ser diminuídos, com um número cada vez maior daqueles que “não tem sua posição meritocrática na sociedade” entrando em universidades, exigindo seus direitos serem respeitados pela polícia ou invadindo áreas que não eram de seu espaço social (como shoppings, cinemas, restaurantes ...). Por outro lado, Temer representa a certeza de uma sociedade desigual, fundamentalmente desigual. Em que cada grupo “sabe o seu espaço”. E, ainda que Temer empobreça o país e diminua os ganhos que eventualmente esta classe média tenha, se ele o fizer de forma desigual será aceito. Se as classes baixas caírem ao limite da fome e não representarem problema para as hierarquias sociais, a classe média se adaptará à nova realidade econômica imposta por Temer. A classe média se entenderá em perigo se houver o desmonte das máquinas estatais que abrigam grande parte de seus membros. Por isto Temer sofreu maiores protestos com o congelamento dos salários do que com o fim da CLT. É também por isto que os políticos estão com medo de votarem a reforma da pre-

vidência e recuaram em propostas sobre polícia e exército.

Para a compreensão desse processo não é necessário recorrer ao ano zero da nossa história por meio de uma metodologia nada rigorosa na qual se cobra de um ensaio de 1936 as explicações do movimento político da esquerda brasileira na crise deflagrada desde 2013. Não é preciso desqualificar autores que forneceram análises sobre os nossos dramas para demonstrar o que muitos já demonstraram: o liberalismo brasileiro conviveu bem com o escravismo e ainda convive com a nossa histórica desigualdade social, racial, econômica e de gênero. Não é preciso, também, rebaixar parte da intelectualidade brasileira à condição de “imbecil” e parte da esquerda à condição de “vítima” em razão da “introjeção do liberalismo pela esquerda brasileira” para justificar o presidencialismo de coalização e as alianças que lhe são subjacentes. A esquerda deve disputar a institucionalidade porque ela é a única capaz de colocar em prática um projeto de combate históricas às desigualdades brasileiras. Também não precisamos culpar uma grande conspiração internacional para dominação do país. A explicação mais simples é sempre a melhor. Nossa classe média é fruto de uma fusão de grupos urbanos nobiliárquicos empobrecidos, comerciantes sem os valores capitalistas e um novo bloco de trabalhadores urbanos industrial que acordaram tacitamente em fazer a função dos “White collars”, descrita por Mills.

Eu não me importo de empobrecer de forma absoluta se for mantida a desigualdade social e econômica de forma relativa aos grupos menos privilegiados. E eu vou lançar todo o meu ódio contra aqueles que tenham “traído” este pacto. Que com o meu voto tiverem criado um sistema de aproximação de classes por meio de subsídios econômicos, que chegou a envolver a aproximação física de espaços geográficos e institucionais. Este governo não merece perdão. E isto não tem nada a ver com a corrupção. Tem a ver com a “natural desigualdade entre os homens”, conforme entendida por tais grupos urbanos. Eles queriam “o país deles de volta”. Este sentimento foi canalizado pelos interesses internos e internacionais, numa briga cada vez mais clara entre liberais internacionalistas, fascistas e grupos corruptos que lutam pela sua própria existência. Os três, entretanto, concordam que a sociedade é – e deve continuar sendo – desigual. Fundamentalmente desigual. O ódio é a qualquer ideia de igualdade de direitos, e a diminuição das desigualdades sociais será combatida violentamente. E a corrupção é apenas uma das ferramentas que dispõem estes grupos para fazer as coisas “voltarem ao normal, ao seu devido lugar”. Se Temer faz uso dela para manter o Brasil um país estratificado, ele nunca escondeu isso e não há problema algum para esses grupos, porque esse é seu projeto de país. Não se podia é construir uma sociedade igualitária. Isto não se pode aceitar. Igualdade jamais. Cabe à esquerda a tarefa de construir a igualdade em todos os tempos e em quaisquer condições históricas.

6. OS (NOVOS) DONOS DO PODER NO BRASIL: REVISIONISMO HISTÓRICO NO GOLPE DE 2016 ⁶

No auge das manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, Henrique Meirelles - ex-presidente do Banco Central nos dois mandatos do presidente Lula e ex-ministro da Fazenda de Michel Temer - publicou o editorial “Raízes do (novo) Brasil”, na “Folha de S. Paulo”, em 22 de março de 2015, em uma explícita referência à paradigmática obra de Sérgio Buarque de Holanda - publicada em 1936. O editorial de Meirelles começa afirmando que, com o fracasso das capitâneas hereditárias, no governo-geral de Tomé de Souza (1549), “o Brasil (sic) começou com uma gigantesca estatal”, em razão de todas as propriedades deste enorme território serem da Coroa Portuguesa, de sorte que as pessoas que aqui habitavam eram seus funcionários.

Para combater o “Estado forte”, Meirelles conta o caso do criado de quarto do governador-geral, um funcionário de sua total confiança, que foi nomeado para o importante cargo de intendente, responsável pelo abastecimento e controle de cargas que saíam e chegavam no porto da Capitania da Bahia. Pouco tempo depois, o intendente Garcia D’Ávila fez enorme fortuna: construiu uma residência maior e mais confortável que a de Tomé de Souza, e chegou a ter “uma fazenda (sic) que ia de Salvador a Sergipe,

com mil quilômetros de profundidade entre litoral e interior. Por muito tempo, ele foi o homem mais rico do Brasil e, a partir daí, estabeleceu nobre descendência”.

Para o ex-ministro do governo Temer, e candidato derrotado à Presidência nas eleições de 2018, a trajetória de Garcia D’Ávila é paradigmática da formação do país, das raízes de seus problemas, de sua cultura e “do excesso de Estado e da gênese das questões éticas atuais, a corrupção em 2015”. Meirelles termina seu editorial afirmando que, felizmente, o país mudou muito desde então. Para ele, a chegada de levas de imigrantes responsáveis pela modernização industrial do país “demanda uma economia mais eficiente e produtiva” ao tempo em que “cobra também um governo ético e transparente que reflita o amadurecimento do país [...] e a ascensão de uma classe média numerosa, mais instruída e exigente”, contrária ao “aumento excessivo do Estado”.

Como se pode verificar, Henrique Meirelles mobilizou a história do passado do país para, por meio de uma leitura muito própria do processo de formação da burocracia na Capitania da Bahia, engrossar o caldo das manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff e anunciar o programa “Pontes para o futuro” com objetivo de diminuir o Estado, congelar os investimentos na saúde e educação e o fim de várias políticas públicas, que ele ajudou a implantar

6 . https://www.freepik.com/free-photo/woman-s-hand-showing-power-thunders_6599368.htm

durante sua passagem no Ministério da Fazenda. Ao transformar a burocracia do território do Brasil, no século XVI, praticamente em uma Petrobrás na qual a trajetória de Garcia D'Ávila aparece como o caso mais notório de "corrupção", Henrique Meirelles desconsidera a natureza patrimonialista da relação colonial no Antigo Regime Português e a criação do governo-geral em razão das inúmeras revoltas indígenas ocorridas nos 30 primeiros anos da invasão portuguesa no território do Brasil.

Meirelles também não menciona a principal razão do superlucro do intendente Garcia D'Ávila: a escravidão africana, o tráfico de pessoas escravizadas e o escravismo como a principal variável que articulou as relações políticas, econômicas, culturais e religiosas da vida colonial. Ao desconsiderar, não citar, o escravismo, escravidão sistêmica, Henrique Meirelles escondeu do leitor da "Folha de S. Paulo" uma das principais razões da corrupção do Estado brasileiro: famílias de senhores de terra e de escravos, que também ocuparam as estruturas internas desse Estado desde Tomé de Souza até hoje. Pasmem! Tomemos o exemplo da família escolhida por Henrique Meirelles: os Garcia D'Ávila, cujo morgado passou para sua sobrinha em 1796, Dona Ana Maria de São José e Aragão, em uma disputa pela herança sem paralelos no Brasil em situação colonial, que foi resolvida com junção da família Garcia D'Ávila com os não menos poderosos Pires de Carvalho e Albuquerque.

Tradição, família e propriedade

A trajetória da família Garcia D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque comprova que o editorial que Henrique Meirelles publicou no diário "Folha de S. Paulo", em março de 2015, não passa de panfleto político de um projeto de Estado mínimo ultraliberal, no qual ele ocupou lugar de destaque após o golpe de 2016. Além disso, um panfleto altamente crítico ao legado dos governos petistas, especialmente no que se refere ao fim da ocupação das estruturas internas do Estado por algumas famílias e ao social desenvolvimentismo como direção de um Estado forte e alto investidor nas áreas sociais. Até porque, a razão da fortuna do primeiro Garcia D'Ávila e seus descendentes adveio da escravidão, do tráfico de escravos, do monopólio de comércio e de arrecadação de tributos, além da venalidade de cargos a partir da segunda metade do século XVIII em diante. Alguns membros dessa família ocuparam os mais altos postos na hierarquia militar e no Judiciário ocupam até hoje. Informações que são silenciadas por Meirelles, pois invalidam por completo o argumento central do editorial.

Depois, o Estado brasileiro nunca começou como uma grande estatal: trata-se de um Estado patrimonialista típico de sociedades modernas, mas com o escravismo (escravidão estrutural) como a variável determinante que lhe confere especificidade no caso brasileiro. O escravismo, no Antigo Regime, nos trópicos conferiu cores próprias ao processo de formação da burocracia após a do-

minação do território brasileiro: a titulação de terras dos senhores donos de escravos, e que ocuparam postos na governança local, se deu a partir de um reinado europeu do Antigo Regime. O que carrega, essencialmente, características do poder legitimado tradicionalmente e, não precisando necessariamente, para esta titulação, de algum mérito pessoal, tampouco obedecendo a uma ordem racional legal. Isso nos obriga a pensar a trajetória dos “conquistadores” que ocuparam o território desde o começo da exploração colonial, a maioria proveniente da pequena fidalguia portuguesa, no processo de formação do Estado brasileiro: historiadores que se ocupam do tema têm demonstrado que a ocupação e a conquista da América engendraram possibilidades de ampliação do cabedal econômico, social, política e simbólico. Os domínios ultramarinos, sobretudo o território do Brasil, representavam para homens como Garcia D’Ávila a possibilidade de se tornarem “nobres da terra”, por meio do escravismo e da detenção de monopólios, exercendo o mando sobre homens e mulheres, e sobre a própria burocracia. Trata-se aqui do setor que deu base de sustentação para a exploração colonial, com o rei distante, por mais de três séculos.

Isso não é novidade para Henrique Meirelles, também não deveria ser para os detratores das obras de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, e da esquerda, (des) qualificando-a de burra como tem feito com alguma frequência Jessé de Souza – fenômeno editorial empatado em vendas com Leandro

Narloch, o revionista-mor da História Brasileira. Uma leitura menos apressada do passado brasileiro, e da história das ideias no Brasil, não afirmaria que “as teses de ‘Os donos do Poder’ não valem um vintém”, tampouco ficaria surpreso com o fato de que essa família ocupa as estruturas internas do Estado há 500 anos. E tem implicações: quando a Coroa portuguesa quis implementar reformas “modernizadoras”, no final do século XVIII, com o fim do morgado, fim dos monopólios e a implantação de tributação justa. Essa mesma família protagonizou, junto com seus pares e outros setores sociais, uma revolta na Bahia, conhecida até os dias de hoje como “Conjuração Baiana de 1798”, que balançou as estruturas da Coroa portuguesa, obrigando-a ao recuo reformista e ao estabelecimento de uma série de soluções de compromissos com esse grupo de poderosos, que dobraram seus cabedais com a permanência de estruturas mercantilistas, às vésperas da Independência Política no Brasil, em 1822-1824.

7. COMBATES PELA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA RESPOSTA AO REVISIONISMO HISTÓRICO

7

Habitados que fomos, desde meados do século XIX, a enxergar o passado (o Brasil Colônia, a América Portuguesa, etc.) como etapa da teleologia dita *pré-nacionalista*, os manuais de História do Brasil continuam a resumir o ano de 1929 a uma das várias crises do capital: o famigerado crack da bolsa, em Nova York. A data é sobretudo importante, para além do impacto devastador provocado na órbita econômica: enquanto especuladores norte-americanos arruinavam a si mesmos e aos outros, na inglória tentativa de salvaguardar a pele em meio à (des)ordem dos números, um grupo de jovens historiadores criava, na França, a *Revue des Annales* – considerada um marco dos novos modos de vislumbrar e fazer História. Isso significa que, há pelo menos 90 anos, desconfia-se que a historiografia não defende mais a inexorabilidade dos documentos, fatos, testemunhos ou evidências. Compreendida, desde o século XIX, como ciência (saber específico) e reconfigurada como disciplina curricular, passou-se a discuti-la como discurso plurívoco que registra eventos de breve ou longa duração (história a respeito de). Quer dizer, há quase um século admite-se que uma das tarefas do historiador é problematizar o pre-

térito, sem perder de vista que a escrita da história envolve um conjunto de artifícios textuais, combinados a diferentes versões (ou percepções) sobre determinado evento, situado geográfica e temporalmente.

Na última semana de setembro, o atual vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, movimentou as redes sociais com dois *twitters* sobre História do Brasil. No primeiro, comemorou a criação das capitâncias hereditárias no reinado de d. João III, em 1532, afirmando que “o país nascia pelo empreendedorismo que o faria um dos maiores do mundo. É hora de resgatar o melhor de nossas origens”. No segundo, afirmou que “donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoieiros, tropeiros, com suas mulheres e famílias, fizeram o Brasil. *Só um povo empreendedor* constrói um país dessas dimensões que segue o destino manifesto de ser a maior democracia liberal do Hemisfério Sul” (grifos nossos). Essas declarações, nas redes sociais, são emblemáticas de dois movimentos intimamente relacionados e que estão no centro político do bolsonarismo, aqui entendido como um fenômeno de massa cunhado pela extrema direita.

O primeiro movimento diz respeito ao *revisionismo* histórico como um fenômeno central dos governos de centro-direita, para além de nossas fronteiras, mas que, no Brasil, adquire estatuto de

7. Artigo escrito com o professor Jean Pierre Chauvin (USP) e publicado originalmente no Jornal da USP em 11 de outubro de 2019.

negacionismo histórico e tem embasado o discurso do governo de “um capitão entre generais”, na feliz expressão do pesquisador William Nozaki para designar o projeto de destruição e desnacionalização do Estado brasileiro. O segundo movimento diz respeito à estratégia desse revisionismo, que subtrai tensões, ignora fissuras, menospreza explorações, disfarça rupturas e atos de resistências, em nossa história, reduzindo-as à expressão unívoca e pantanosa de “marxismo cultural”, com o objetivo de a um só tempo destruir e apagar qualquer vestígio da consciência pública, que coloca em xeque os fundamentos ideológicos do poder vigente, e impor significados próprios à história para legitimar esse mesmo poder.

O general Hamilton Mourão não publicou seus *twitters* na última semana de setembro à toa; tampouco recorreu despretensiosamente à palavra “empreendedorismo” para designar a relação de exploração colonial portuguesa no território do Brasil desde o século XVI. Um dia antes da publicação do primeiro *twitter*, em 27 de setembro de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) noticiara que a informalidade no mercado de trabalho bateu recorde, desde 2016, e representa atualmente 41,4% da população empregada no País. São 38,8 milhões de pessoas sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas, autônomos sem CNPJ, atuando por conta própria, “empreendedores de si mesmos”. A sigla “Você S/A” nomeia a promessa de rentabilidade material e simbólica, concomitante com o processo

de “autovalorização de si”: cada sujeito acumularia valor ilimitadamente – S -S’, nos termos de Laval e Dardot, em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* –, através de esforço pessoal e sem contar com o amparo da seguridade social. No processo de subjetivação do capitalismo em seu momento neoliberal, a “autovalorização de si” pressupõe um movimento duplo e perverso: o apagamento das condições históricas, que colocaram o sujeito em determinada situação, e a redução da própria existência, situada num presente absoluto e sem saída (para além do próprio esforço), pois nega a história das lutas da classe trabalhadora e esvazia partidos e sindicatos, como instâncias de representação dos trabalhos formais ou informais.

Finalmente, o que implicaria aceitar a ideia de que seria louvável “resgatar” (ou seja, retroceder cinco séculos depois) “ao melhor de nossas origens” (ou melhor, celebrar o genocídio e a exploração dos povos originários ou trazidos à força da África, em nome da “conquista” e colonização)? Proclamar o revisionismo histórico como negacionismo é um dos pilares da atual política. O general Hamilton Mourão sabe que a palavra “empreendedor” deriva do termo francês *entrepreneur*, utilizado pela primeira vez em 1755, pelo economista irlandês Richard Cantillon, para designar o “indivíduo que assumia riscos”. Ou seja, pelo menos até o final do século XVIII não se confundiam os sentidos de *empresa* e *empreendimento*; é ainda menos aceitável atribuir a etiqueta *empreendedorismo* (como alardeado desde o final do século

XX) ao processo de rapinagem da água e do solo, simultaneamente ao massacre, tráfico e escravização de índios e negros.

Por um lado, a chegada dos portugueses e o início da exploração do território do Brasil envolveu riscos: a incerta (e insalubre) travessia por mar; o contato, nem sempre pacífico (e quase nunca pacificador), com os povos originários; os limites de exploração e domínio, impostos pela dimensão territorial; a necessidade de mão de obra (compulsória) para o estabelecimento de feitorias e, mais tarde, a instalação de engenhos, etc. Porém, faltou ao vice-presidente mencionar que as capitanias hereditárias foram doações régias em contrapartida pelos serviços prestados em Portugal, e em outros domínios ultramarinos, a fidalgos da Casa Real, conforme demonstra Ronald Raminelli, em *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Também faltou observar que “A invariável orientação do régio conselho, que presidia as resoluções da monarquia, jamais se afastou da regra de auferir o máximo das colônias e nelas despender o mínimo”, como mostrou Almeida Prado, em *São Vicente e as capitanias do sul do Brasil: as origens (1501-1531)*.

Luiz Felipe de Alencastro, em *O trato dos viventes*, mostrou que, dos 12 capitães donatários, seis nunca vieram ao Brasil; dois abriram mão das doações; e outros voltaram para Portugal. Como observa Pedro Puntoni, apenas duas capitanias foram relativamente bem-sucedidas, devido ao grau de violência com

que aprisionaram indígenas, utilizados compulsoriamente como mão de obra; dois capitães não conseguiram efetivar a exploração do território, frente à resistência indígena à escravidão. Constatado o fracasso das capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa instituiu o Governo Geral na capitania da Bahia, com a chegada de Tomé de Sousa, em 1548, que trazia ordens expressas (em Regimento daquele ano) para punir severamente os líderes das resistências indígenas; replicar a cadeia burocrática da sede reinol; construir engenhos e, o mais importante: obter mão de obra para obter superlucro com a exportação da cana-de-açúcar. Daí para a escravidão de africanos e africanas, trazidos(as) à força pelo tráfico para o trabalho compulsório ao lado dos indígenas, nos engenhos das capitanias do território do Brasil, foi um pulo. Portanto, é difícil sustentar que o território teria sido construído por “donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoieiros, tropeiros, com suas mulheres e famílias”. Além de desconsiderar que o Brasil, como país, não existia antes da outorga de 1824, o vice-presidente pressupõe haver relações de igualdade entre quem mandava e quem trabalhava, em uma sociedade fundamentalmente desigual como a do Antigo Regime, vigente em Portugal. Para além dos dados fartamente documentados, que remontam ao século XVI, o Brasil de hoje está longe de ser o maior exemplo de democracia liberal no Hemisfério Sul, em razão do Golpe Parlamentar de 2016 e dos constantes ataques ao Estado de direito e ao bem-estar social. Por outro

lado, e apesar disso, o Brasil ainda é, sem dúvida, o maior país da América do Sul: nação cuja unidade foi construída por meio do consenso entre os poderes locais em torno da escravidão como um projeto de Estado no século XIX.

Outro aspecto a ser considerado: o Estado brasileiro não teve início comparável com a atuação de uma grande estatal, séculos depois. Tratava-se de um Estado patrimonialista, típico em sociedades modernas, assinalado pela escravidão estrutural, como variável determinante que lhe conferia especificidade. O escravismo, no Antigo Regime dos trópicos, conferiu cores próprias ao processo de formação da burocracia após a dominação do território brasileiro: a titulação de terras dos senhores donos de escravos, e que ocuparam postos na governança local, se deu a partir de um reinado europeu do Antigo Regime. Não se obedecia a uma ordem racional legal; havia cores próprias a uma racionalidade legal, sobretudo após a promulgação dos Regimentos, o que nos levaria a repensar a denominação dada aos “conquistadores” que ocuparam o território desde o início da exploração colonial – a maioria proveniente da pequena fidalguia portuguesa, no processo de formação do Estado brasileiro. Historiadores que se ocupam do tema têm demonstrado que a ocupação e a “conquista” da América engendravam possibilidades de ampliação do cabedal econômico, social, político e simbólico. Os domínios ultramarinos, sobretudo o território do Brasil,

representavam para um punhado de homens a possibilidade de se tornarem “nobres da terra”, graças ao escravismo e à manutenção de monopólios, enquanto exerciam o mando sobre homens e mulheres, e, por assim dizer, capitaneavam a própria burocracia, a fundir lei, execução e mando, invariavelmente, em benefício próprio e com desprezo no trato dos demais viventes.

8. HÁ UMA SEMANA: O PRÓXIMO MUNDO SERÁ DOS LENTOS, OU NÃO SERÁ!⁸

Estou confinada desde 5 de março, um domingo extremamente quente como hoje, quando eu e Bento, meu filho mais novo, de 9 anos, saímos do apartamento pela última vez para comprar sorvetes porque duas amigas do partido jantariam conosco naquela noite. Há um mês, eu, Fátima Fróes, Maria Marighella e nossos filhos Bentos nos abraçamos com nossos cotovelos e pés porque já sabíamos do contágio do coronavírus, mas conversamos tranquilamente enquanto as crianças brincavam, bebemos vinho e fizemos planos para uma próxima reunião. Não imaginávamos que aquela seria a última noite de um mundo que entrou em colapso e nos impôs o maior desafio de nossas vidas: sobreviver a um inimigo invisível que, nesse último mês,

8 Artigo publicado originalmente no site “Opera Mundi” em 12 de abril de 2020.

já contabiliza mais de 1.206.480 casos de contágio em 190 países e quase 80 mil mortes – foi a primeira notícia que recebi do mailing da AFP ao acordar às 5h30 nesse domingo absurdamente quente aqui em Salvador.

Sentimentos contraditórios neste 30º dia quarentena: do lamento profundo por essas pessoas e essa tragédia ao *empotecimento* por ter quebrado a primeira regra criada após sete dias de confinamento: entrar em contato com esse mundo em colapso só depois do almoço, lá pelas 14 horas. Como se eu não fizesse parte desse mundo em colapso ou tivesse a possibilidade de escolher não fazer. Como se tudo ainda fosse uma questão de escolha individual e eu pudesse voltar para a vida de antes. Mas qual vida eu tinha antes? Coloco o celular no criado-mudo e começo a respirar com calma numa tentativa patética de controlar a ansiedade e a sensação de aceleração do tempo que chega destruindo quase tudo. Suada, levanto-me da cama para colocar a água do café no fogo, vou até o quarto de Bento só para ouvir sua respiração e resolvo tomar um banho gelado, tentando fazer tudo sempre igual, como se fosse mais um domingo quente em Salvador. Não é, eu sei. Aliás, não existe mais domingo na quarentena, esse dia santo para alguns, dia de descanso para outros, dia ensolarado de praia lotada com amigos e crianças brincando aqui em Salvador e à noite show no Pelourinho ou na Concha Acústica do TCA.

Volto para o domingo possível nesse confinamento e enquanto tomo meu café quente encontro uma mensagem no e-mail profissional enviada no sábado à noite com o pedido de uma declaração da editora que publicou um livro com um artigo meu no ano passado. Fico preocupada. Que tipo de medo ou ansiedade faz alguém conseguir pensar em prazos da plataforma Sucupira com o mundo em colapso e as pessoas morrendo? Que tipo de culpa faz alguém trabalhar em um sábado à noite para cumprir as exigências das avaliações dos Programas de Pós-Graduação depois que as bolsas de pesquisas foram monocraticamente cortadas e quando, provavelmente na mesma hora, o ocupante do MEC estava tuitando preconceitos e agressões contra a China, piorando o maior vexame diplomático com o único país capaz, nesse momento, de fornecer insumos médicos para conter o contágio da pandemia do coronavírus?

Tive vontade de responder o e-mail com um convite para um bate-papo com cerveja e o anexo da notícia sobre a carga de máscaras e ventiladores pulmonares compradas pela Bahia estar presa nos EUA. Só não o fiz porque não queria quebrar mais uma regra que aprendi aqui em Salvador: assuntos profissionais devem ser tratados em horário comercial. Volto às notícias que me enviaram no celular nas últimas doze horas, a terceira regra que criei nessa quarentena: não acordarás de madrugada para fumar e ler as mensagens no celular. Sou do grupo de risco, quase um combo de risco: além de uma doença au-

toimmune na tireoide, continuo fumando alguns cigarrinhos. A sorte é que nos últimos dois anos comecei a correr na academia de ginástica. A má sorte é que não há atenuantes para o coronavírus, qualquer um de nós, todos nós, em maior ou menor grau, seremos atingidos. Que merda. Como vítimas, ou como supervítimas, como é o caso no Brasil.

Começo a ler as notícias dos principais jornais e paro na divulgação da pesquisa sobre a popularidade crescente do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (Democratas), que tem sido constantemente ameaçado de demissão pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, que perdeu alguns apoios no último mês. O dado mais estarrecedor, no entanto, é que 59% dos entrevistados por telefone acham que o presidente não deve renunciar. Paro, respiro fundo e olho para o cigarro: como parar de fumar nesse roteiro de filme B americano que virou esse país desde outubro de 2016? Como controlar a ansiedade e o medo que tem invadido meus dias e noites nessa quarentena porque a pandemia do coronavírus acontece no momento em que aqui, no Brasil, o presidente eleito é um negacionista histriônico que faz da pulção de morte seu modo de governar, negando a realidade, espalhando mentiras, recusando medidas protetivas adotadas no mundo inteiro e colocando em risco a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Como ninguém é capaz de parar esse sujeito? Como conviver com essa parcela da população que é que capaz

de nos matar e/ou morrer pelo presidente desse Estado genocida e suicida? Como sair desse amontoado de tragédias? Sem alternativa, volto às notícias no celular com o barulho da mensagem de uma amiga querendo saber se o PT, nosso partido de filiação, força hegemônica da esquerda brasileira, divulgou alguma nota sobre o chamado “Golpe Branco”, noticiado na imprensa italiana e silenciado na imprensa brasileira, com a presidência operacional controlada pelo Gal. Braga Netto. Nada, nada de nada, até o momento. A única resposta do PT que li nesse domingo foi uma nota protocolar assinada pela Presidente Gleisi Hoffmann, repudiando a admissibilidade do processo de cassação do PT pelo vice-procurador-geral eleitoral, Renato Brill de Goés, divulgado ontem à noite.

É incrível como enquanto o PT elabora notas protocolares de repúdio contra a nova fase do lawfare bolsonarista e contra o pedido de impeachment protocolado por uma trinca de deputados federais corajosos do PSOL, com um milhão de assinaturas, o extinto centrão foi ressuscitado como força política ao fazer resistência ao negacionismo genocida do Bolsonaro protagonizada pelo governador da Bahia, Rui Costa, presidente do Consórcio do Nordeste, que tem tentando manter as relações entre a China e o Consórcio para conter a disseminação do contágio do coronavírus na região. Por isso, é realmente inacreditável ler nesse domingo textos extemporâneos de alguns militantes do meu partido contra a “tutela militar” do general Mourão na possibilidade de acontecer o impea-

chment ou a renúncia do eleito, desconsiderando que essa tutela, esse “Golpe Branco”, já ocorreu quando o gal. Villas Boas ameaçou ao STF antes da prisão do ex-presidente Lula.

É mais incrível ainda ler nesse domingo parte da militância de esquerda repudiar o comentário de Lula reconhecendo o esforço do governador de São Paulo, João Dória Jr., e do prefeito da capital, Bruno Covas, bem como o repúdio ao esforço conjunto do governador da Bahia com o prefeito de Salvador, ACM Neto. Para esse grupo, a pandemia do coronavírus que já matou milhares e promete matar milhões quando atingir as comunidades pobres da periferia do mundo parece não ser uma questão urgente nesse momento. Importante mesmo é enviar mensagem no WhatsApp com a foto de um prato de comida por achar que faz resistência ao jejum oficial ou ao grupo que foi até o Palácio do Planalto rezar e fazer um culto improvisado com o eleito, disseminando ódio à ciência e vírus de toda sorte.

Olho para o relógio do celular e vejo que já são quase 10 horas da manhã. Bentinho ainda dorme o sono de quem não tem a dimensão da tragédia que estamos vivendo. O calor senegalês em Salvador já está quase insuportável e resolvo afastar o suor e algum desencanto com a quase ausência da oposição indo até a janela do quarto e fumar com calma o primeiro cigarro do dia, olhando o mar de uma das praias urbanas mais bonitas da Bahia, aqui em Ondina. Carros passam e pessoas cami-

nham na orla como se o mundo fosse o mesmo de sempre, como se a pandemia fosse apenas uma “gripezinha”, como se eles fossem incontamináveis, que triste. Saudades dos meus. Olho a foto linda com meus três filhos no grupo da família e dou risada ao reler as mensagens que escrevi para minhas filhas mais velhas, mulheres feitas, paulistanas ainda convictas, obrigando-as a virem para cá com minha neta e meu genro para passarem essa quarentena comigo e com Bentinho. Que angústia essa distância, que saudades daquele barulho danado de bom quando estamos reunidos.

Meus vizinhos começam a fazer algum barulho e uma colega também professora da UFBA, moradora do primeiro andar, coloca na radiola uma música linda do Luiz Caldas que cantei e dancei toda prosa e feliz com amigos no último carnaval de Salvador. Vontade de descer e agradecer essa alegria imensa com um abraço forte. Começo a cantar baixinho: *“Eu não sou brocha eu quero uma/ cabrocha para lambadear/ fazer meus filhos depois/ Poder criar, com um pratinho/ na mão um shortinho pra vestir/ e da educação nunca vou desistir/ mademoiselle não pode pensar/ que já não temos tempo a perder/ pra não me encher/ vou lutar/ oba oba/ sou bonito como o apache e o ilê”*. Quanta resistência e luta nesses versos que arrastam multidões nas ruas dessa cidade da Bahia de todos os santos, tantos encantos e inúmeras revoltas. Quanta sedição no carnaval baiano e que sempre foi lida e interpretada na chave preconceituosa da “baianidade” como um modo de viver festivo, porém

atrasado e lento de uma região fornecedora de mão-obra-precária para ser super explorada no Sudeste e lugar de férias de sudestinos apressados.

Impossível olhar para esse mar lindo e não pensar que viver em Salvador, mesmo confinada, é realmente um privilégio. E arrisco escrever: talvez a única saída. *A Bahia é a vanguarda do mundo!*, vaticinou Jorge Amado depois de formular o conceito de “materialismo nagô” - como um bom marxista ortodoxo, porém não dogmático -, no belíssimo filme do Rex Schindler, em 1969, “Bahia, por exemplo”. Não à toa, esse argumento foi retomado quase trinta anos depois pelo geógrafo baiano Milton Santos que, em 1996, publicou o fundamental “A força dos lentos”. Que título fantástico para discutir técnica, espaço e tempo do homem comum, pobre, periférico em um país na periferia, e resistente às forças da globalização, do capitalismo e dessa modernidade que matou a relação subjetiva com o tempo e o espaço e está nos matando por meio desse coronavírus. As lembranças dessas discussões do grupo de pesquisa são interrompidas pelo toque do celular.

Dona Rita, proprietária de um mercadinho no Rio Vermelho, bairro boêmio de Salvador, pergunta como eu e Bento estamos e me avisa que entregará as frutas e verduras em torno do meio-dia. Agradeço, encerro a ligação, olho no relógio do celular: 10h49! Quase disse pra mim mesma “nossa, como as horas passam”, mas esse pensamento ridículo foi boicotado pela lembrança de

um episódio massa e que me marcou profundamente. Estávamos eu e Bento comprando tomates e cebolas no mercadinho da Dona Rita no Rio Vermelho, que fica perto do Acarajé da Dinha e em frente a uma academia de ginástica dos ricos e famosos de Salvador. Dona Rita, proprietária do estabelecimento, estava sentada em frente a caixa registradora, com os pés em uma cadeira e o ventilador praticamente em seu rosto, era março, hora do almoço, um calor senegalês. De repente, um moço entrou no mercadinho e pediu um lanche na chapa com um refresco. Dona Rita disse que as atendentes estavam almoçando e que era melhor ele procurar outro estabelecimento. O moço insistiu, disse que precisava comer alguma coisa rápida para ir trabalhar, que não tinha tempo pra procurar outro lugar e nem esperar e perguntou: “A senhora não pode se levantar, preparar meu lanche e servir o refresco? Eu vou pagar!”. Dona Rita olhou pra mim, olhou pra ele e respondeu com a máxima autoridade: “poder, eu posso, mas não quero ...”.

A sofisticação de quem não precisou ficar confinada pra aprender que é sim possível limitar a velocidade dos mais velozes, dos mais fortes. Lentos de todo mundo: uni-vos!

9. NEGACIONISMO HISTÓRICO: ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS⁹

Em seu conhecido *A Era dos extremos*, Eric Hobsbawm chamou atenção para a velocidade com a qual o mundo presenciou, ao longo do século 20, as experiências mais radicais de ódio na política, materializadas em crimes de massa perpetrados por Estados autoritários que negavam a humanidade de certos grupos sociais. Esse “breve” século 20 foi também capaz de produzir, segundo o historiador francês Henry Rousso, formas inéditas de negação desses crimes que, tomadas em conjunto, fazem parte do horror e não de fenômenos distintos a ele. Popularizado por Rousso, o termo negacionismo invadiu a cena pública do mundo ocidental do pós-guerra quando alguns indivíduos alcançaram popularidade ao postularem que o extermínio dos judeus havia sido uma gigantesca farsa histórica patrocinada por poderosos interesses políticos e econômicos ligados ao Estado de Israel e ao movimento sionista internacional. Negacionistas como Robert Faurisson, David Irving, Ernst Zundel e Roger Garaudy, entre outros, procuraram legitimar seus lugares no campo intelectual ao afirmarem que suas teses falaciosas eram “revisionismos históricos”, elaborados por meio dos procedimentos metodológicos obri-

gatórios do trabalho do historiador: levantamento e exame crítico das fontes, construção de hipóteses explicativas e formulação de conclusões objetivas.

Ao estabelecerem indevidas relações de equivalência entre as teses negacionistas e o legítimo exercício de revisão historiográfica, alguns setores da imprensa, da política e da comunidade acadêmica da França naturalizaram formas de falsificação do passado que, como demonstrou a historiadora Deborah Lipstadt, não passavam de um “revisionismo ideológico”. No campo da política institucional, o negacionismo fincou raízes no mais importante grupo partidário da extrema-direita francesa, o Front National. Jean-Marie Le Pen, um dos seus fundadores e notório negacionista do Holocausto – processado e condenado em última instância por isso – chegou ao segundo turno das eleições presidenciais de 2002, o que também ocorreu com sua filha, Marine Le Pen, na disputa eleitoral de 2017. Durante a campanha, Marine afirmou que a “nação francesa” não era responsável pela deportação de 13 mil judeus para os campos de concentração, mesmo que a colaboração com o nazismo seja reconhecida pelo estado francês desde 1995. Apesar de derrotada, a candidata do Front National teve quase 35% dos votos, mesmo depois de ser acusada pelo presidente israelense Reuven Rivlin de praticar um “negacionismo de tipo novo” ao negar a responsabilidade da França no Holocausto.

⁹ Artigo originalmente escrito com o historiador Alexandre Avelar da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e publicado na Revista Cult em 03 de setembro de 2020.

Por outro lado, a comunidade de historiadores prontamente denunciou as implicações éticas e epistemológicas do negacionismo para uma justa memória do passado nazista e para os direitos humanos de uma maneira geral, bem como para o campo histórico, em particular. Em seu já clássico *Assassinos da memória*, Pierre Vidal-Naquet inaugurou um significativo conjunto de obras historiográficas que desmontou as falácias antisemitas e ideológicas produzidas por indivíduos como Robert Faurisson, explicitando que os negacionistas são: revisionistas ideológicos e inescrupulosos falsificadores do passado. Por isso, não tardou para o combate à negação dos horrores do Holocausto atingisse a esfera jurídica. Um dos casos mais notórios foi o do britânico David Irving. No ano 2000, ele não apenas foi derrotado em um processo que moveu contra a historiadora americana Deborah Lipsdat, que o havia chamado de “o mais perigoso falsificador da história”, como foi sentenciado pelo juiz Charles Gray como “antisemita, racista, polemista de direita e pró-nazista”. Lipstadt havia demonstrado, em seu *Denying the Holocaust*, publicado em 1993, que Irving manipulou fontes históricas para negar o papel de Adolf Hitler na morte de milhões de judeus, para diminuir o número dos mortos nos campos de concentração e para afirmar que nenhum judeu perdeu a vida nas câmaras de gás.

Os exemplos citados sugerem pistas importantes para o argumento central deste artigo. A primeira delas é que não se deve simplificar o entendimento

do negacionismo histórico, reduzindo a complexidade do problema ao baixo repertório cultural e intelectual dos falsificadores da história. Mesmo que os negacionistas sejam pessoas moralmente condenáveis, não estamos diante de um problema cognitivo. Parece-nos adequado pensar o negacionismo histórico como o elemento estruturante de uma certa governamentalidade contemporâneas, compreendida, em termos foucaultianos, como um conjunto de instituições, procedimentos, análises e táticas que adquirem sentido e forma quando articuladas pelo negacionismo histórico.

Essa “governamentalidade negacionista” implica o exercício de uma forma específica de poder que tem por alvo um setor – ou setores – da população, cuja eliminação real ou simbólica legitimará as ações violentas de outro setor social organizado em uma “máquina de guerra” – também uma “máquina negacionista” – comandada por um líder que, não raro, se apresenta como antissistema e toma para si a missão de ocupar o Estado, negar sua relevância e centralidade para, ao fim e ao cabo, destruí-lo. Essa forma política parece estar transitando da necropolítica, de acordo com o conceito desenvolvido por Achille Mbembe – na qual o Estado define quem deve viver e quem deve morrer – para o Estado Suicidário, nos termos de Paul Virilio e Vladimir Safatle, um experimento novo em que o Estado é o ator de sua própria destruição na fase terminal do ultraliberalismo.

Chegamos, assim, ao nosso argumento central: considerando o nível de produção material e simbólica das sociedades contemporâneas, de acesso a produtos e serviços, de direitos sociais conquistados por movimentos sociais organizados, de produção científica e de acúmulo político para a redução das desigualdades estruturais, a extrema-direita que viabiliza a necropolítica e o Estado suicidário só consegue ser eleita e se conservar no poder por meio da governamentalidade negacionista, na qual o negacionismo histórico atua como variável determinante.

Não há discordância entre os especialistas sobre o fato de que o momento inaugural do negacionismo se dá no próprio ato de exterminar os indesejáveis de uma determinada sociedade, mas não se encerra nele. A máquina genocidiária também precisa perpetuar o horror para continuar subjugando determinado grupo social, e a maneira mais eficaz é deixar o trauma das vítimas de um genocídio em suspensão, destruindo as condições de possibilidade para que um fato seja pensado como tal. Como aponta o crítico franco-armênio Marc Nichanian, esta negação original é a aniquilação da factualidade do fato, e a negação do direito à memória e da crença de que a escrita da história é o caminho possível para a restituição da experiência pura. Nichanian também chama a atenção para os infundáveis testemunhos e depoimentos dos sobreviventes das diversas formas de terror obedecerem aos perpetradores genocidiários que, a todo

o momento, demandam provas dos crimes por eles praticados e negados.

Na lógica genocidiária, não basta o aniquilamento de milhões de pessoas nos campos de concentração, pois a morte seriada, como destacou o sociólogo argentino Daniel Feierstein, deve se completar no espaço das representações simbólicas por meio de determinados modos de narrar e de representar a experiência do aniquilamento. Essas formas de elaboração devem gerar outros modos de articulação social entre as pessoas, redefinindo identidades e reconfigurando imaginários históricos, os quais, não raro, se traduzem em reações nostálgicas e mitificadas de passados que, mais ou menos distantes, são destituídos de todas as tensões e conflitos sociais. A hipótese que aqui ensaiamos é a de pensar o negacionismo como um destes procedimentos simbólicos responsáveis pela “realização” completa do horror, ao mesmo tempo que se abre para novos horizontes de expectativa.

Um negacionista nunca é apenas um negacionista; é também um ideólogo que diz como deve ser o futuro por meio da falsificação histórica do passado. O negacionismo, segundo Bruno Latour, pode assim ser visto como uma forma de escapismo, de reencantamento do mundo, e uma reação à impossibilidade de fugir de nossa tragédia original na Terra. A simples negação ou o esquecimento absoluto não permitiria a formulação simbólica plena da experiência genocidiária e tampouco constituiria algum tipo de utopia autoritária, objetivo final da

governamentalidade negacionista. Para que haja ampla identificação entre os indivíduos e o desejo de um futuro autoritário e violento, os falsificadores históricos precisam estabelecer relações de equivalência ético-epistemológica entre suas falsificações históricas destituídas de compromisso moral e os depoimentos das vítimas e as produções históricas que denunciam esses genocídios.

Para tanto, os falsificadores do passado precisam mobilizar mecanismos mais subterrâneos de subjetivação negacionista e fortalecer modos implícitos de negação, de acordo com o psicólogo Israel Charny. Ainda que os negacionistas históricos elejam preferencialmente grandes eventos traumáticos, como genocídios e outras formas de horror estatal e violações dos direitos humanos, a forma mais difundida de negação é a chamada “negação inocente”, que pode se manifestar de várias formas. A primeira delas é por meio de um processo psicológico de defesa contra experiências traumáticas, caso do cantor Geraldo Vandré, violentamente torturado, mas que até hoje nega publicamente a existência de tortura nos porões da ditadura civil-militar no Brasil.

A “negação inocente” também ocorre no espaço das opiniões em uma sociedade democrática e plural quando, por exemplo, um programa de televisão quer “ouvir os dois lados” sobre assunto médico e convida um cientista e um negacionista científico, estabelecendo relação de equivalência entre quem tem compromisso com a vida e quem tem

compromisso ideológico com uma extrema-direita cujo negacionismo pode acarretar na morte real e simbólica de milhares de pessoas. Não à toa, entre os teóricos do Direito Penal há relativo consenso em torno da ideia de que a sua não penalização dos negacionistas estimulam falas da nossa trivialidade cotidiana que transformam experiências individuais em negacionismo histórico: “eu estive lá e não era assim como você está dizendo”. Quando amplamente divulgado nas redes sociais e na esfera pública, esse tipo de negacionismo histórico desenvolve e dá forma a um sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade liderada por alguém que mobiliza o ativismo do negacionismo histórico para dar base de sustentação social para governos autoritários dispostos a desautorizar (eliminar) pessoas e falsificar narrativas.

Diante da possibilidade de surgimento de outros regimes autoritários com práticas genocidiárias e do dever ético de evitá-los, os dispositivos jurídicos existentes nos diversos estados europeus foram acionados na formulação das chamadas *Lois Mémoires* que penalizam criminalmente os negacionistas históricos dos crimes de lesa-humanidade. Isso foi possível porque um conjunto articulado de especialistas de diversas áreas, incluindo os do Direito Penal, forneceu contribuições significativas sobre o tema, chamando atenção para o fato de que o “negacionismo histórico” não é um ato a parte do genocídio ou de outra forma de violação dos direitos que se queira negar. Ao contrário, ele é a últi-

ma etapa do genocídio, o que irá perpetuá-lo indefinidamente e, portanto, não pode ser qualificado como uma questão de liberdade de expressão, mas como um problema grave de violação da dignidade humana, a essência dos Direitos Fundamentais.

As leis que criminalizam a negação do Holocausto – e também de outros genocídios – sempre geraram controvérsias entre os historiadores a respeito dos usos da história pelos sistemas judiciais. Para os historiadores franceses contrários à penalização dos negacionistas históricos e signatários do manifesto *Liberté pour l’histoire*, de 2005, as leis memoriais são “indignas” porque: 1) o conhecimento histórico não pode ser instrumentalizado por nenhum poder que lhe seja externo; 2) a judicialização do passado representa uma grave ameaça à liberdade de expressão e ao trabalho de pesquisa; 3) leis contra o racismo e o ódio racial são instrumentos jurídicos já utilizados na condenação de negacionistas, como demonstramos no início deste artigo. A vivacidade do debate sobre a penalização dos negacionistas reatualizou as discussões sobre os limites e as possibilidades entre história e direito. Se considerarmos a vigência da única lei que possui uma norma penal aplicada por juízes na repressão ao negacionismo do Holocausto na França, a Lei Gayssot, de 1990, não parece ter havido qualquer restrição ou ameaça ao trabalho dos historiadores franceses e nada parecido a uma “história oficial” foi instituído.

Ao contrário, pois a Lei Gayssot, não faz mais do que assumir, em seu texto, fatos históricos já estabelecidos, há muito tempo, pelos historiadores.

Assim, para Israel Charny e Daniel Feierstein, a compreensão das diferentes formas de negação é o ponto de partida fundamental para a formulação de campanhas mais eficazes de enfrentamentos em várias esferas dos falsificadores do passado e revisionistas ideológicos – grupos que mobilizam as estruturas fundamentais de sociedades democráticas, como a liberdade de expressão e os princípios do respeito à diversidade e à tolerância, para atacá-la. A penalização jurídica do negacionismo histórico como violação dos Direitos Fundamentais e a urgente necessidade de proibir a divulgação desses conteúdos na esfera pública, portanto, só ocorrerá por meio de políticas públicas elaboradas em parceria por um judiciário comprometido com os princípios republicanos e democráticos e um conjunto de historiadores e sua associação representativa comprometidos eticamente com a dignidade humana.

10. OQUEI, VOCÊS VENCERAM: BATATAS FRITAS!¹⁰

No início da pandemia da Covid-19, Ruy Castro lançou o livro *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20* (Companhia das Letras), requeitando a disputa sobre o início do modernismo na ponte aérea Rio-São Paulo. A tese é divertida: na década de 1920, o Rio de Janeiro não precisava ser modernista, pois, como capital do país, já era moderna havia tempos! Ruy Castro não foi o único a demonstrar que a Semana de 22 e o modernismo paulista da primeira geração construíram um movimento ideológico de transição, mais do que propriamente artístico e estético, com a missão de superar o atraso atribuído à formação do “povo brasileiro” por meio de uma narrativa deslocada da realidade. Nas últimas duas décadas, especialistas de vários matizes têm chamado a atenção para o fato de que o processo de construção de São Paulo como centro político, cultural e econômico do país não tem relação direta com o modernismo. Clement Greenberg foi taxativo em *Arte e cultura: ensaios críticos* (Ática) ao afirmar que o modernismo paulista não teve nada de moderno, apesar de se anunciar hegemônico desde meados do século 20.

Essa pretensão só foi possível em razão de um processo, qualificado por

Pierre Bourdieu de “imposição da taxonomia legítima”, que esteve presente nos bancos da Universidade de São Paulo (USP) por meio de artigos, teses e editoriais publicados por discípulos, especialmente Antônio Candido. Ana Paula Simioni demonstrou no artigo “Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação” que, em 1953, Candido defendeu o pioneirismo de 1922 e do modernismo da primeira geração como marcos fundadores de um processo que superaria o histórico “atraso” brasileiro por meio do resgate de elementos culturais locais, “populares, primitivos e mestiços” e cujo resultado foi chamado pelos paulistas de “cultura nacional”. Ruy Castro questiona esse processo e reivindica o pioneirismo carioca, que teria decorrido da burocracia presente na “metrópole à beira-mar”: o número de cargos da cidade-capital teria levado à absorção de elementos culturais de baianos, cearenses, gaúchos, mineiros, pernambucanos e paulistas, projetando-os para a cena nacional em movimentos como a bossa nova, por exemplo.

O paroquialismo presente na divergência sobre o pioneirismo do modernismo e da modernidade no Brasil explicita o processo de das análises: considerar nacional o conjunto de fenômenos que ocorreram na região Sudeste por meio de um rebaixamento histórico, político e cultural das demais regiões, condensadas na expressão “regionalis-

¹⁰. Artigo originalmente escrito com o historiador Alexandre Avelar da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e publicado originalmente na Revista Cult em 05 de março de 2021.

mo”. A falácia defendida por parte da intelectualidade sudestina, no pós-ditadura militar, sobre os princípios vanguardistas da primeira geração, só se realizaria completamente com a incorporação de elementos culturais de outras regiões presentes na “literatura regional” – os tais “búfalos do Nordeste”, nos termos de Oswald de Andrade (1890-1954) referindo-se à literatura de denúncia de José Lins do Rego (1901-1957) e Jorge Amado (1912-2001), em oposição à transgressão autorreferente da primeira geração do modernismo paulista.

Búfalos e batatas à parte, em 1969, em pleno regime militar, Rex Schindler dirigiu o filme Bahia, por exemplo, com depoimentos de Dorival Caymmi, Jorge Amado, Carybé, Gal Costa, Glauber Rocha, Mário Cravo e Caetano Veloso e com cenas de Dona Olga do Alaketu e Mãe Menininha do Gantois – provavelmente o primeiro registro fílmico da ialorixá. A certa altura do filme, o diretor pergunta a Jorge Amado, no quintal da Casa do Rio Vermelho, em Salvador: “A Bahia pode ser considerada a capital cultural do Terceiro Mundo?”, ao que o escritor sorriu, chamando atenção para a modernidade do candomblé como resistência e autonomia cultural da população negra escravizada. Comunista, porém não dogmático – graças aos orixás –, Jorge Amado foi ministro de Xangô do Ilê Axé Opô Afonjá e fez parte da geração que lutou contra a invenção sudestina de uma Bahia vocacionalmente lenta, subnutrida e subletrada, retratada como região onde a natureza se sobrepunha à sociedade.

Apesar de não ser nordestino, Rex Schindler era um búfalo que denunciou no cinema o atraso da Bahia como um projeto político. Nas cenas finais de Bahia, por exemplo surgem obras de arte moderna, prédios novos, desfile de moda, shows, depoimento de Gal Costa em sua fase mais psicodélica, cantos do candomblé, acarajés, abarás, prédios antigos, negros jogando capoeira, ancestralidade africana nas cerimônias do candomblé e o depoimento de Glauber Rocha (“na Europa, a Bahia é tão conhecida quanto o Brasil!”). O que até hoje é tratado como piada pela grande imprensa com sede no eixo Rio de Janeiro-São Paulo foi um manifesto! A Bahia como metrópole produtora de cultura vanguardista em constante intercâmbio com regiões da Europa, sem a mediação de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Essa tese também está presente no “Manifesto ainda que tardio” (1976) de Rubem Valentim, pintor, escultor, gravurista baiano e também ministro de Xangô do Ilê Axé Opô Afonjá.

Em novembro de 2018, teve início, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), a exposição Construções afro-atlânticas, 90o obras de Valentim reunidas por uma curadoria entusiasta da tese de que a primeira geração de modernistas elaborou “um verdadeiro programa para o intelectual e o artista nativo” – como Rubem Valentim foi retratado. Não parece ter sido por outra razão o fato de haver, na porta de entrada da exposição, um banner com um trecho do “Manifesto antropofágico” (1928), em vez de trechos do manifesto escrito pelo próprio artista, contradizendo a visão da curadoria

sobre ele e o significado de sua obra: “Valentim é um dos artistas que, de maneira mais completa e ambiciosa, levou a cabo o projeto antropofágico”. Apesar de o nome da exposição fazer referência a elementos afrodiaspóricos das obras escolhidas, o silenciamento sobre a centralidade do candomblé na vida e na produção do artista é paradigmático da mais completa tradução dos limites do modernismo e da modernidade como sinônimos legitimados pela pujança econômica de uma região.

Rubem Valentim chamou atenção para a pluralidade dos modernismos do Brasil ao reafirmar os valores míticos de uma cultura afro-brasileira mestiça, animista e fetichista de sua linguagem plástico-visual-signográfica: “o peso da Bahia sobre mim – a cultura vivenciada; com sangue negro nas veias – o atavismo; com os olhos abertos para o que se faz no mundo – a contemporaneidade [...] sem se filiar a nenhum dos movimentos ou correntes artísticas estrangeiras ou nacionais”. Foi além ao lutar contra a criminalização do candomblé – assunto de polícia até 1976 – e ao anunciar em suas obras que o não-lugar produzido pela miséria capitalista também gerava uma cultura de resistência presente no Brasil desde a invasão portuguesa. Se concordarmos com a tese de Valentim de que a modernidade também está presente nas diversas formas de resistência – e nós concordamos! – a proposta deste dossiê Brasil: Manifestos é compreendê-lo em seu conjunto como um manifesto: “Sempre fomos modernos”.

Mas essa modernidade, como já indicamos, não se resume aos vencedores que ganharam as batatas porque defenderam o pioneirismo do modernismo paulista da primeira geração de 1922, ou porque seus herdeiros atualizaram essa defesa e, sem subterfúgios, decidiram vincular a comemoração do centenário da Semana de Arte Moderna às comemorações paulistas do bicentenário do 7 de setembro de 1822, o marco oficial para as lutas pela independência do Brasil. Nossa modernidade também não diz respeito à vitória em 2018 dos que se regozijaram com a volta da coluna grega como base da mesa de tampo de vidro, apoiados por quem escolheu ficar acima do muro para decretar o fim dos manifestos ou da política nos manifestos, como provoca Lucio Agra em seu artigo “ManiFesta dos ‘condenados ao moderno”.

Fomos derrotados em 2018, mas este dossiê/manifesto é um ato fundador de sujeitos-coletivos e seus compromissos com outro país. Como na chamada Conjuração Baiana, quando, na manhã de 8 de agosto de 1798, seus partícipes divulgaram boletins manuscritos com duras críticas ao príncipe regente dom João 6º e seus “despóticos ministros” anunciando: “Animai-vos, Povo Bahinense, que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade. O tempo em que todos seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais”. Quem há de negar a modernidade do uso desses vocativos por quatro homens pobres, livres, pardos e negros que afirmaram sua

humanidade no fazer política e não no trabalho escravo?

Somos modernos quando abusamos da crítica social e do tom convocatório das imagens fílmicas presentes no manifesto “Eztetyka da fome”, de Glauber Rocha, analisado por Waltencir Oliveira. Somos modernos quando reafirmamos a africanidade na formação do Brasil tal como aparece no “Manifesto contra o sincretismo religioso” (1983), liderado por Mãe Stella de Oxóssi, assinado pelas principais ialorixás do candomblé da Bahia e discutido por Vilma Reis. Somos modernos quando a vereadora Maria Marighella analisa um poema escrito por seu avô, o deputado e líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN) Carlos Marighella, que, ao responder a uma prova ginásial de Física, nos lembrava que a política está intimamente ligada à arte de liberar as potências da vida.

Justamente por isso, por tudo isso, somos fundamentalmente modernos quando compreendemos que “as coisas calminhas cutucam tanto quanto um tiro na testa”, como nos alerta Fabrícia Jordão ao demonstrar como o artista cearense Leonilson reabilitou e reposicionou os problemas da autonomia, da função social do artista, da especificidade da forma da política e do político na arte. Questões fundamentais para o artista Gustavo Von Ha, cuja obra está à margem dos discursos hegemônicos e, justamente por isso, cheia de potência subversiva, atualizada neste nosso turbulento e distópico presente. Em tempos de nostalgias reacionárias, de corro-

são da democracia e de ressurgência de formas fascistas de gestão da vida social, os manifestos reunidos nesse dossiê não assumem a revelação de uma potência imanente, mas foram pensados em função de seus limites, de seus não-ditos e de sua condição de estar em algum lugar entre teoria e prática, palavra e mundo, texto e ato, produção autoral e indústria cultural. Enfim, um gênero de encruzilhada, de incertezas e de movimento, que não teme assumir seu maior risco: o de realizar-se, transformando-se em história. Boa leitura!

PARTE II: POLÍTICA PARTIDÁRIA

11. VOTOS DO NORDESTE DEVEM DECIDIR AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS¹¹

Dos assuntos mais comentados na semana sobre as eleições, os maiores destaques foram as presenças no nordeste dos candidatos a vice na chapa de Luís Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PC do B), bem como do candidato Geraldo Alckmin (PSDB). Tais presenças comprovam o que ficou explícito nas eleições presidenciais anteriores: os votos do nordeste irão decidir eleições de 2018.

Na história recente da república brasileira, o Nordeste teve um papel fundamental na composição das chapas para as eleições presidenciais. Por ocasião da inauguração da transposição do Rio São Francisco e com a então possibilidade de ser preso arbitrariamente e sem provas, Lula levou para o palanque Fernando Haddad e Ciro Gomes, a chapa dos sonhos de gregos, troianos e centristas progressistas de vários matizes.

Com a prisão política do candidato à presidência pelo PT, a presença dos candidatos da chapa PT/PC do B levou milhares de pessoas às ruas de capitais e demais cidades de vários estados do

nordeste, comprovando a possibilidade de algumas candidaturas estaduais de centro esquerda ganharem no primeiro turno: Flávio Dino (PC do B/MA), Rui Costa (PT/BA) e Fátima Bezerra (PT/RN), por exemplo.

Além disso, comprovou também o que as pesquisas divulgaram nesses últimos dias: há um caminho bastante favorável para a transferência de votos do Lula para o chapão Lula/Haddad/Manuela. Essa transferência pode ser comprometida se a coordenação da campanha do PT/PC do B não mobilizar o principal ponto dessas eleições: o legado do Lulismo nacionalmente, destacando suas estruturais diferenças regionais, como articulador de um pacto envolvendo setores progressistas de vários matizes, capaz de inaugurar uma nova era de progresso econômico, político, social e cultural.

A coordenação do chapão PT/PC do B não precisa apostar em estratégias na campanha como a “piada” classista e preconceituosa sobre chamar o Haddad de “Andrade” e a Manuela D’Ávila de “Manuela Grávida” porque é mais fácil para o “povão nordestino” gravar os nomes da chapa petista ao mesmo tempo em que reivindica, com razão, a criação

11. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 06 de setembro de 2018.

de seis Universidades Federais apenas na Bahia.

O Nordeste mudou muito durante os governos petistas. Aqui, em 2013, as manifestações foram por mobilidade urbana e ampliação dos direitos conquistados. O projeto de integração nacional dos governos petistas – o fim do chamado Brasil Profundo – incidiu sobre a nossa histórica desigualdade regional: hoje, o sertanejo e a sertaneja não são mais obrigados a deixar sua terra e família para servir de mão de obra precarizada e super explorada nas capitais do centro-sul. Isso nunca tinha acontecido antes e não parece ser por outra razão que, depois de 2016 e tantas arbitrariedades políticas e jurídicas, a aprovação do PT e de Lula só crescem.

As políticas públicas com contrapartidas, como o Bolsa Família, vários programas de agricultura familiar, a política de valorização do salário mínimo, a construção de um milhão e meio de cisternas (água), milhares de imóveis do “Minha Casa, Minha Vida” e dezenas de Universidades Federais e Institutos Técnicos, entre outras políticas públicas, politizaram uma geração de nordestinos e nordestinas que, não à toa, foi a primeira a sofrer na pele as consequências da Reforma Trabalhista e da Emenda Constitucional do congelamento dos investimentos (gasto é o termo que o golpismo usa) na saúde e na educação, após o golpe de 2016.

Muitas pessoas dessa geração foram as primeiras a cursar a graduação

em uma universidade pública, gratuita, com políticas afirmativas de permanência, ensino de qualidade e bolsas de pesquisas em todas as áreas. As pesquisas de intenção de votos têm demonstrado o resultado dessa politização: a chapa PT/PC do B chega a ter, em alguns estados do nordeste, quase 70% das intenções de votos. Por isso, para desespero do planalto central e de sua base aliada, não está funcionando a estratégia de lançar Henrique Meirelles como candidato fantasia do golpista MDB para distrair a população do vínculo entre os tucanos e a candidatura de Geraldo Alckmin com as reformas golpistas.

Para boa parte da população desse país, o MDB, o DEM, os tucanos do PSDB e Geraldo Alckmin representam o que há de mais atrasado no mundo: malas de dinheiro desviado, o roubo da merenda escolar de crianças pobres, o autoritarismo heteronormativo, o superfaturamento de obras faraônicas e uma geração de políticos velhos e cafonas, que não são nem liberais – pois querem os lucros rápidos do rentismo e o encarceramento da população em situação de miséria que eles mesmo produzem.

Não parece ter sido por outra razão que, além de não ter mobilizado ninguém nas ruas do nordeste, mesmo com a presença anacrônica de coronéis em algumas prefeituras, quando o candidato do golpismo e do PSDB, Geraldo Alckmin, resolveu se fantasiar de Lula com um chapéu de vaqueiro do sertão para tirar fotos e gravar vídeos para a campanha na televisão nas terras de

uma sertaneja que cria cabras. Dona Marluci aparece na gravação falando que votará em Lula! A sabedoria sertaneja de dona Marluci anunciou aquilo que a direita e parte da esquerda fingem desconhecer e que definirá as eleições de 2018: Dona Marluci votará no legado do Lulismo no Nordeste porque não aceitará voltar para o passado de uma pátria tão desigual e tão subtraída. Não aceitará mais viver em um país do centro-sul maravilha às custas da miséria dela e de sua gente. E essa é a grande novidade da política brasileira.

12. A FACA ENTROU NA DEMOCRACIA E DEFLAGROU A DISPUTA ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE¹²

“A faca entrou” é o nome do novo livro publicado no Brasil de Theodore Dalrymple, pseudônimo do médico psiquiatra britânico Anthony Daniels, com larga experiência clínica em países como Zimbábue e Tanzânia, além de atuar em presídios ingleses. Tal experiência é mobilizada pelo autor para criticar no livro os “excessos do comunismo” e aquilo que ele chama de “vitimização fomentada pelo assistencialismo governamental”, transformando-o em referência para nomes como Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé, e livro de cabeceira de onze entre dez liberais.

Não à toa, Daniels esteve em São Paulo em abril desse ano (2018) a convite do Instituto Liberal, quando proferiu palestra para um auditório lotado com 600 pessoas, entre as quais eleitores de João Dória Jr., Geraldo Alckmin, Paulo Skaf e Jair Bolsonaro. No final do evento, alguns presentes gritaram as palavras de ordem: “Fora, petralhas” e “Fora Lula, Fora PT”. “Petalha” é o termo usado para designar pejorativamente membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e para criminalizar as políticas dos governos petistas durante o período de 2003 a 2013, no qual o Estado de Bem Estar Social se consolidou por meio de planos, projetos e políticas de integração nacional, reparação social e de transferência de renda com contrapartida, tirando 40 milhões de pessoas da miséria absoluta e diminuindo as históricas desigualdades brasileiras do chamado “Brasil profundo”.

Esse mesmo Estado durante os governos petistas, no entanto, também foi responsável pelo “capitalismo de conciliação”: a melhoria substancial de todas as classes sociais, incluindo a classe dominante nas figuras de banqueiros, empresários e os responsáveis pelos “campeões” nacional. Isso explica o fato de que a maioria dos políticos que vociferaram o termo “petralha” tenha sido base aliada dos governos petistas desde 2003, entre eles o Deputado Federal e presidente, Jair Bolsonaro. Há duas semanas, durante um comício no Acre, o mesmo presidente simulou descarregar um fuzil ao tempo em que gritava que

“vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre”. Não foi a primeira manifestação de ódio contra os membros do Partido dos Trabalhadores de Jair Bolsonaro. Também não foi a primeira vez que a imprensa e a justiça brasileiras foram lenientes com a apologia à violência escancarada pela campanha da extrema direita e mobilizada pela grande imprensa desde 2013.

Na semana que passou, por exemplo, o PT entrou com processo contra o Deputado Federal por injúria eleitoral, incitação ao crime e ameaça, mas a Procuradora Geral da República, Rachel Dodge, não só descartou o crime de injúria eleitoral por “tratar-se de ofender alguém na campanha” (o presidenciável estava fazendo comício!), como afirmou que “o termo petralhada não personifica ninguém”. Quando o judiciário e parte da sociedade brasileira fazem de conta que está tudo bem ameaçar de morte publicamente a oposição política e que as instituições estão funcionando mesmo com a violência e o ódio de ocasião mobilizados pela campanha da extrema direita no Brasil, todos nós perdemos, e não é pouco, com a naturalização da barbárie.

A começar pelo próprio presidenciável Jair Bolsonaro que, infelizmente, na semana que passou, foi esfaqueado durante a campanha nas ruas de Juiz de Fora em um ato violento e inadmissível, amplamente repudiado e prontamente investigado. Como o agressor foi preso em flagrante, parte da imprensa descobriu que ele foi filiado ao PSOL e tratou de buscar os vínculos entre a violência do agressor e sua militância, criminali-

zando mais uma vez o exercício político da esquerda brasileira. Marina da Silva, novamente presidenciável em 2018, não demorou a declarar que o atentado a Jair Bolsonaro foi um ataque à democracia e por meio de um feminismo de ocasião conclamou as mulheres a defendê-la, mas a ex-senadora nunca repudiou publicamente as declarações de Jair Bolsonaro elogiando os feitos findos do torturador Brilhante Ustra e desejando que a ex-presidenta Dilma Rousseff morresse de câncer durante o impeachment/golpe de 2016.

O presidenciável do PSL, por sua vez, após sair da zona de risco de morte, na primeira oportunidade deixou-se fotografar simulando fuzilar outrem, respondendo com a violência que lhe é usual, e recendo o colega pastor Silas Malafaia que rapidamente atribuiu a autoria do atentado aos petistas mineiros. Após o condenável atentado, grupos de extrema direita se manifestaram pelo país: usaram verde e amarelo, cantaram o hino nacional, rezaram pela saúde de Jair Bolsonaro, pediram “direitos humanos para humanos direitos” e ameaçaram de morte “petralhas” e opositores políticos que repetem “Eu sou Lula” cuja frase foi proibida pelo ministro Luís Felipe Salomão, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por considerá-la uma “afronta” à decisão do colegiado pela impugnação da candidatura de Lula.

No mesmo final de semana, no jornal Valor, o cientista político estadunidense Steven Levitsky, da Universidade de Harvard, afirmou que participou de um encontro fechado com 15 empresá-

rios brasileiros que juntos concentram boa parte do nosso PIB e todos eles declararam apoiar Jair Bolsonaro (PSL) contra Fernando Haddad (PT) no segundo turno. No domingo, dia 9, o Comandante do Exército Brasileiro, general Villas Boas, afirmou em entrevista exclusiva ao jornal O Estado de São Paulo que o atentado a Jair Bolsonaro pode questionar a legitimidade do novo governo eleito no Brasil e que as forças armadas serão mobilizadas para a manutenção da “estabilidade democrática” no país em eventual deflagração de conflito em razão do resultado das eleições de 2018.

No início dessa segunda-feira, o sítio da InfoMoney publicou o resultado de uma nova pesquisa FSB/BTG após o atentado: Jair Bolsonaro sobe de 26% para 30% das intenções de voto, conquistando consolidada posição no segundo turno enquanto os demais candidatos a segunda vaga aparecem “tecnicamente empatados” nessa nova categoria heurística criada pelos institutos de pesquisa nessas eleições de 2018. Seja como for, “a faca entrou” no corpo de um presidencial e na essência de nosso Estado Democrático, e explicitou aquilo que não poderá ser negado daqui a algumas décadas por desconhecimento ou distração pelos apoiadores da política da violência e do ódio: as eleições de 2018 representam a disputa entre a civilização e a barbárie. Entre o Estado Democrático de Direito e o Estado de Exceção. Entre a Democracia e o Fascismo, enfim.

13. O MILITARISMO E O ANTIPETISMO PODEM SER DERROTADOS NAS ELEIÇÕES?¹³

Desde as manifestações de 2013, a sociedade brasileira tem presenciado um número crescente de pessoas pedindo a volta da ditadura militar no país, por meio da justificativa falaciosa de combater o “perigo comunista” na América Latina e sua “intrínseca corrupção generalizada e degenerativa”. Estas são duas pautas históricas mobilizadas pela classe dominante para afastar o exercício político da classe trabalhadora e a consolidação de um Estado de Bem-estar Social para combater as desigualdades estruturais, como ocorreu nos governos petistas. Não por acaso, na conjuntura atual, setores da imprensa fizeram questão de associar o anticomunismo ao antipetismo e fortalecer a ideia de que esse só será defenestrado da face da terra por meio do militarismo, que se aliou e tem se expressado por meio do fascismo, com a candidatura da chapa de Jair Bolsonaro, tendo como vice o general da reserva Hamilton Mourão.

Com o golpe de 2016, com um governo às voltas de corrupção com provas e reprovado pela imensa maioria da população brasileira, Michel Temer terceirizou a articulação política de seu mandato tampão ao general da reserva Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional

13. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 17 de setembro de 2018.

(GSI) da Presidência. Entre outras funções, precisou gerenciar crises, como a intervenção militar no Rio de Janeiro e a greve dos caminhoneiros. De lá para cá, foram várias as manifestações públicas de militares da ativa e da reserva sobre a situação política do país, de sorte que o comandante do Exército, general Villas Bôas convocou os principais presidenciais de 2018 para serem sabatinados sobre o futuro político do país na caserna.

Algo inédito desde o processo de redemocratização do Brasil, essas aparições públicas dos militares, com apoio de parte da população e da imprensa engajada no golpe de 2016, consolidou-os como variável importante do espectro político brasileiro. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, no início de setembro, Villas Bôas não se constrangeu ao anunciar a possibilidade de questionar a legitimidade das eleições de 2018 caso o resultado não agrade um grupo das Forças Armadas. Por muito menos, na mesma semana, o comandante em chefe do Exército do Uruguai, Guido Manini Ríos, foi preso por 30 dias por desrespeitar a hierarquia dos poderes e opinar sobre um projeto de lei proposto pelo governo de Tabaré Vázquez.

Seja como for, está cada vez mais explícita a fase política que nos espera no pós-eleição. Com Jair Bolsonaro fora da campanha no primeiro e no segundo turnos em razão do ataque sofrido em Juiz de Fora, o candidato a vice e general da reserva Hamilton Mourão entrou com pedido no TSE para ocupar a cabeça da chapa em debates e entrevistas. Sabe-se

que jamais um capitão irá questionar a ordem de um general, sobretudo se esse mesmo general aproveitar a oportunidade aberta pelo ataque para anunciar o descontentamento do Exército com a Constituição Cidadã de 1988 e seu projeto de uma nova Constituição cujo texto deverá ser elaborado por um grupo de “homens notáveis” escolhido pelos militares e, só depois, submetido ao Congresso Nacional para “apreciação”.

Não se enganem com a liturgia do golpe deflagrado em 1964, senhoras e senhores, pois agora os militares ligados ao general Mourão estão mobilizando um dos principais dispositivos da democracia moderna, que é o voto, para legitimarem a instauração de um Estado autoritário. No programa “Painel” da Globonews, um dos canais pagos mais engajados no golpe de 2016, com a participação do ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, do professor Wanderley Messias Costa e do general Rocha Paiva, que, além de reivindicar os militares como força política necessária para o país, subscreveu ao teor da entrevista do general Villas Bôas em relação à possibilidade de intervenção militar caso os presidenciais Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) sejam eleitos. Afirmou ainda a necessidade urgente de uma nova Constituição “elaborada por gente competente e que não tenha tantos direitos, mas vários deveres”. Assim, como explicar o recrudescimento político do setor do Exército ligado ao general Villas Bôas na reta final das eleições?

Algumas hipóteses e um caminho.

1. O criminoso ataque contra Jair Bolsonaro se configurou como força política apenas para o general Mourão.

2. A maioria da população já sabe que o antipetismo como sinônimo de anticomunismo não encontra paralelo nos governos petistas.

3. Depois que o PT anunciou Fernando Haddad como candidato à Presidência e Manuela D’Ávila como vice, o crescente processo de transferência de votos de Lula comprovou o acerto da tática política petista. Depois de três dias de campanha, já existe a possibilidade de Haddad vencer Bolsonaro no primeiro turno em algumas regiões, como no Nordeste e no Norte, conforme pesquisa divulgada pelo Datafolha da última sexta (14).

Por fim, no final de tarde deste domingo (16), a família de Bolsonaro divulgou um vídeo nas redes sociais no qual o candidato reconheceu a sua derrota para o general da reserva Hamilton Mourão, reafirmou seu compromisso com o projeto de país autoritário e fascista, conclamou seus pares militares a barrarem a “venezualização” do Brasil com a possibilidade de o PT vencer as eleições e denunciou uma “fraude prospectiva”: se ele não for eleito presidente em 2018 é porque o PT “fraudou as eleições”. O candidato silenciou sobre algo que sur-

giu espontaneamente nos últimos dias e que já se configura como a maior saída da crise política e esperança de um país democrático: diante de inúmeros atos violentos e discursos de ódio do presidencial, dois milhões e quinhentas mil mulheres se organizaram nas redes sociais em uma campanha nacional para barrar o fascismo e o autoritarismo que ameaçam o país desde 2013, com um ato de protesto nacional marcado para o próximo 29 de setembro.

É sabido que o fascismo e o autoritarismo dos militares não serão derrotados nas eleições de 2018, até porque se Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin ou Marina Silva não ganharem as eleições, teremos um país rachado como no final de 2014. No entanto, a conjuntura mudou e a realidade tem demonstrado que poderemos revogar os danos das reformas golpistas, as perdas dos direitos sociais conquistados e uma relativa harmonia entre os que têm opiniões distintas sobre o mundo se os presidentiáveis do campo progressista se inspirarem na Revolução Severina. Ela é formada por milhões de mulheres, nordestinos e nordestinas que barrará o fascismo e, no segundo turno, formará uma frente antifascista e pelo fortalecimento da democracia brasileira, apoiado pela maioria da população.

A considerar a manifestação de milhares de pessoas da cidade de São Paulo neste domingo (16), na Avenida Paulista, a favor da chapa de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila, podemos concluir: ele e eles não passarão!

14. O “PAU NA MESA” NAS ELEIÇÕES DE 2018: FEMINISMO, MACHISMO E FASCISMO ¹⁴

Toda mulher que ocupa espaços de representação na esfera pública passa por situações constrangedoras e violentas. A esfera pública, em qualquer lugar do mundo, é pensada como um espaço de predominância masculina com códigos de conduta, vestimenta e mecanismos de qualidade performática, sobretudo na política: via de regra, exige-se que a mulher demonstre controle, força, certezas, sobriedades, introspecção – isto é, que ela reproduza características consideradas masculinas e apague definitivamente as consideradas femininas se ela quiser ter vida longa nesses espaços. No Brasil, as mulheres que ocuparam e ocupam protagonismos na política são diariamente constrangidas publicamente por serem mulheres.

Quem não se lembra da entrevista de Jô Soares com a ex-prefeita Marta Suplicy na qual ele perguntou se ela usava calcinhas vermelhas e ela respondeu se o entrevistador também sentia curiosidade sobre a cor das cuecas do então prefeito do Rio de Janeiro. Quem não se lembra dos constrangimentos diários sofridos pela ex-presidenta Dilma Rousseff, que teve a vida devassada e viu sua sexualidade e sua glândula tireoide virarem capas de uma revista de grande circulação nacional. Sem contar a violência que

ela sofreu em rede internacional durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo, em 2014.

Aliás, durante o processo de impeachment/golpe, o deputado federal e presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) votou pela cassação da presidenta em homenagem ao torturador confesso da mesma: Brilhante Ustra. Durante uma entrevista ao vivo para a Rede TV, em 2008, o deputado Bolsonaro e a deputada Maria do Rosário se desentenderam e ele afirmou em rede nacional que não estupraria a deputada porque ela não merecia. Indignada, a deputada se aproximou dele, que a empurrou e a chamou de vagabunda. Em 2013, esse mesmo deputado e atual presidenciável vociferou na tribuna contra a presidenta Dilma Rousseff por ela ter nomeado uma “sapatona”, Eleonora Menicucci, para Ministra das Mulheres. A ficha corrida do presidenciável é extensa e está disponível nas redes sociais.

O fato é que em razão de discursos cada vez mais odiosos e violentos contra as mulheres e as chamadas minorias, e pelo risco de Jair Bolsonaro ser eleito em 2018 foi que, em poucos dias, quase três milhões de mulheres do país inteiro deflagraram espontaneamente o movimento “#EleNão” na tentativa de esclarecer à população sobre os riscos de o país ser governado por alguém que fletta explicitamente com o fascismo, com a tortura, com o sexismo, com o machismo e com todo tipo de preconceito. Esse

14. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 24 de setembro de 2018.

movimento não parou de ganhar adeptos, de sorte que a manifestação marcada para o próximo dia 29 de setembro, no país inteiro, já conta com apoio de amplos setores da sociedade civil organizada, incluindo alguns setores que também apoiaram o impeachment/golpe de 2016.

Desde então, pesquisas com 30% da população brasileira apoiando o fascismo de Jair Bolsonaro e a ampla maioria no Nordeste fazendo oposição ao bolsonarismo têm pautado as análises que afirmam que as mulheres e xs nordestinxs são a esperança nas eleições de 2018 ao tempo em que a grande imprensa tem tentado barrar a vitória de Fernando Haddad ao conclamar os demais presidenciáveis para uma Frente Ampla Antifascista no 1º turno em torno da candidatura de Ciro Gomes (PDT), que na última semana mereceu a capa da Revista Época como a única alternativa à polarização política do país, capaz de derrotar Jair Bolsonaro. A tese de Ciro Gomes como alternativa ao bolsonarismo não se sustenta.

Primeiro porque, segundo as pesquisas divulgadas diariamente desde a oficialização da chapa PT/PC do B, Fernando Haddad (PT) é o único candidato com forças políticas reais e crescentes de disputar o segundo turno com um projeto republicano e democrática capaz de derrotar o fascismo bolsonarista em 2018. Não se trata, contudo, de uma questão de número de votos, pois o fascismo não se derrota nas urnas, uma vez que ele é também um modo de organi-

zar a vida dos indivíduos em sociedade. Justamente por isso, a violência fascista é uma escalada que vai sendo naturalizada à medida de sua radicalidade: no caso brasileiro, a masculinidade branca, heteronormativa e viril tem sido mobilizada para domesticar o que surge como dissidente e fora da ordem.

E esse tipo de violência, infelizmente, não é privilégio do fascismo bolsonarista, que deve ser combativo de todas as formas. Ele é legado do escravismo e faz parte do cotidiano: na última sexta-feira (21), em entrevista à Rádio Autêntica Favela, em Belo Horizonte, Ciro Gomes afirmou: “O PCC usa essa meninada do GDE (facção do Ceará) e coloca uma metralhadora na mão dele, um fuzil pesado, e aquele menino que talvez o pau seja pequeno, acha que aquele fuzil pode ser o pau grande que ele não tem”. Esse não foi o único e provavelmente não será o último destempero do candidato durante a campanha de 2018. No entanto, boa parte da imprensa brasileira, das mulheres do #EleNão e de setores da esquerda adeptos do voto útil: compram a imagem de Ciro Gomes como o candidato da conciliação por meio de um “pacto social” que irá findar a polarização entre petistas e antipetistas, entre civilização e barbárie.

Não se trata de estabelecer relações rasas de equivalência entre Jair Bolsonaro e Ciro Gomes. Trata-se, ao contrário, de explicitar o grau de violência da sociedade brasileira e o complexo desafio do movimento feminista #EleNão. Precisamos derrotar o bolsona-

risimo nessas eleições, mas também precisamos derrotar na longa duração essa razão masculina de ascensão ao poder que travestida em civilização acaba mobilizando a heteronormatividade branca e viril da bravata e do “pau na mesa” do “cabra macho” para a manutenção do status quo no Brasil e sua intrínseca violência que é também barbárie. Por isso, nessa eleição devemos votar em candidaturas negras e feministas, e na chapa composta por um homem e uma mulher que sabem que política é também subjetividades, diversidades, parcialidades, feminismos, maternidades monoparentais, corpos, afetos.

15. DA REVOLUÇÃO SEVERINA AO #ELENÃO: A POLITIZAÇÃO DAS MULHERES¹⁵

Sábado, 29 de setembro de 2018, 14h30, Salvador (BA). Uma multidão de pessoas chegando à Praça do Campo Grande para a manifestação contra o candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL), conhecida pela palavra de ordem “#EleNão”. Nas redes sociais, o #EleNão é um movimento articulado por três milhões de mulheres com o objetivo de barrar o fascismo representado por essa candidatura e com potencial para ir além das manifestações do último sábado, pois quem participou das manifestações

viu que não há mais como calar a voz ativa e ativa das mulheres brasileiras.

Das tantas cenas lindas e emocionantes que presenciei, das tantas mulheres que conheci e cujas lutas reconheci como minhas também, dona Amália foi quem mais me emocionou: dezenas de mulheres caminhavam para a Praça do Campo Grande quando uma [caminhoneira] SUV passou em alta velocidade e o motorista gritou: “Bolsonaro é mito, suas vagabundas”. No auge dos seus 73 anos, dona Amália respondeu brava: “vagabundo é seu pai que não te ensinou a respeitar uma mulher”.

Rimos alto, quase antecipando a catarse que ocorreria nas horas seguintes daquela manifestação inesquecível. Foi quando aquela senhora forte me perguntou: “você combate qual tipo de Bolsonaro?”. Antes que eu respondesse aquela pergunta inesperada, ela me contou brevemente sua história. Nascida em Cícero Dantas – antiga Bom Sucesso –, cidade do semiárido da Bahia que carrega o nome de um antigo e poderoso coronel local, dona Amália é a sétima filha de nove irmãos, cuja mãe morreu precocemente por falta de atendimento médico na cidade. Aos 10 anos, seu pai a entregou para uma família importante de Salvador com a promessa de que ela estudaria enquanto “ajudaria nos serviços domésticos da casa”. “Essa era a sina de muitas de nós do sertão”, disse-me dona Amália, que não estudou, trabalhou sem hora para iniciar e terminar,

15. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 01 de outubro de 2018.

sofreu todo tipo de humilhação, passou fome, chorou muito “até encontrar o pai dos meus filhos, aquele traste”.

Dona Amália conheceu Joseilton em um forró na Cidade Baixa e depois de seis meses de namoro se casaram e tiveram três filhos. O casamento foi feliz até Joseilton ser demitido, começar a beber e a ser muito violento. “Era pinga e porrada toda noite, e larguei aquele traste depois que passei a receber o [benefício] Bolsa Família de quase R\$ 50”. Com esse valor, dona Amália fugiu de casa com seus filhos e foi morar com uma amiga em um bairro longe de Salvador, chamado Valéria. Começou a fazer faxina diariamente e voltou a estudar à noite.

Com o passar do tempo, o valor do Bolsa Família passou para R\$ 210 e dona Amália começou a construir a sua laje e “amarrou as trompas” logo depois do divórcio e de se casar pela segunda vez com um “homem bom”, que se encontraria com ela na manifestação depois que ele saísse do trabalho. Caminhei até a Praça do Campo ouvindo a história de vida da sertaneja guerreira e ela me disse: “cada uma de nós está aqui lutando contra um Bolsonaro. O meu é esse: não quero que esse monstro tire o Bolsa Família de mulheres como eu porque isso significou uma revolução na minha vida”.

Durante os governos petistas, a renda mensal repassada a 93% de mulheres responsáveis pelo Cartão Cidadão do Bolsa Família libertou-as das várias violências de uma vida em constante

transitoriedade geográfica, econômica, emocional, efetiva. A estabilidade de uma renda fixa, por menor que seja – e é preciso ser muito miserável para que R\$ 210 faça diferença na vida de alguém -, possibilitou que mulheres sertanejas planejassem suas vidas, suas maternidades e suas afetividades.

Novos sentimentos, novas experiências, novos movimentos e a politização das sertanejas/severinas não tem mais volta, felizmente. Foi o que se viu na manifestação antifascista e antibolsonarista no sábado aqui em Salvador, na maior parte do país e em vários lugares do mundo. Muitas delas gritavam: “Éramos felizes e sabíamos! #EleNão para o Brasil voltar a ser feliz de novo”! Embora a frase seja o slogan da campanha do presidencial Fernando Haddad (PT), o que se viu no sábado aqui em Salvador foi uma manifestação com 100 mil pessoas, entre as quais mulheres de todos os credos, classes sociais e partidos políticos, conferindo uma enorme diversidade e um caráter altamente politizado da manifestação.

Diferentemente de 2013, a manifestação #EleNão contou com a presença de vários partidos e com inúmeras campanhas nas ruas, especialmente de mulheres candidatas ao Legislativo. As organizadoras fizeram questão de marcar posição sobre o caráter suprapartidário do movimento e não apartidário, pois uma das principais demandas do movimento é por mais mulheres progressistas ocupando espaços de representação, nas estruturas internas do Estado.

Nós soubemos que aquela manifestação seria inesquecível para a Bahia quando o trio elétrico de Daniela Mercury deu os primeiros acordes de uma guitarra baiana, acompanhada por milhares de mulheres cantando a versão brasileira da histórica canção antifascista “Bela Ciao” e depois pela palavra de ordem “#EleNão”, repetida incontáveis vezes por uma multidão linda e combativa contra a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) e tudo o que significa de retrocesso em direitos conquistados, o que significa de miséria, ódio, violência, machismo, obscurantismo e de ameaça do fascismo no Brasil. Vinte e quatro horas depois das manifestações que levaram quase três milhões de pessoas às ruas de todo país, o #EleNão já é a maior manifestação feminista da história brasileira. Que o movimento tenha vida longa e seja o ponto de partida para a nossa Revolução Severina, um país democrático e diverso para todas e todos.

16. O CINTURÃO PROGRESSISTA NO NORDESTE E O LULISMO COMO OPOSIÇÃO AO FASCISMO¹⁶

O resultado do 1º turno das eleições de 2018 deixou muita gente perplexa e desanimada. Se é verdade que as pesquisas confirmaram a tendência para

a eleição presidencial com Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno, isso não ocorreu com o legislativo brasileiro. Políticos com respeitáveis trajetórias, como Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Chico Alencar, Dilma Rousseff entre tantos deputados, não foram eleitos, dando lugar a novos agentes que vão desde as subcelebridades das manifestações de 2015 contra o governo do PT, como Alexandre Frota e Kim Kataguri, e uma bancada imensa no empuxo da Lava Jato.

De acordo com os dados disponibilizados pelo TSE, se compararmos o resultado das eleições do legislativo em 2014 e 2018, políticos implicados na Lava Jato e com protagonismo no golpe/impeachment da Presidenta Dilma também não foram eleitos: Magno Malta, Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima. A grande imprensa tem elogiado a mudança de perfil dos políticos eleitos como um dos desdobramentos das manifestações de 2013, mas omite a representatividade dos novos eleitos. O número de policiais e militares eleitos para as assembleias, câmara e senado pulou de 18 para 73, muitos deles do PSL das regiões centro-sul do país ao tempo em que o PT elegeu a maior bancada do congresso com 57 deputados, a maioria das regiões norte e nordeste.

Segundo a declaração de bens dos candidatos eleitos no 1º turno, dos 567 parlamentares 48,85% tem patrimônio superior a R\$ 1 milhão, sendo que no

16. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 11 de outubro em 2018.

senado federal a proporção é de dois em cada três senadores com patrimônio médio de R\$ 2 milhões. De acordo com o site de notícias UOL “um dado curioso é que, nas duas Casas. Os políticos mais ricos [eleitos] se apresentaram ao eleitor como professores, [mas] ambos são grandes empresários da educação”. Além disso, cumpre destacar que entre os governadores eleitos no 1º turno e as pesquisas sobre a disputa no 2º turno: é possível afirmar que o país sairá novamente rachado das eleições de 2018, com um cinturão progressista nas regiões norte/nordeste e conservador/autoritário no centro-sul.

Muitos analistas políticos têm afirmado que essa “polarização”, pra usar um termo da moda cunhado pelos isentos, ocorre desde as eleições de 2014, com a presidenta Dilma Rousseff (PT) eleita e Aécio Neves (PSDB) contestando o resultado das eleições. No entanto, chamo atenção para o fato de que essa polarização política ocorre desde as manifestações de 2013: há uma diferença substancial nas manifestações ocorridas no centro-sul em junho de 2013, pedindo “Fora Todos”, e nas manifestações contra o aumento da tarifa no restante do país, especialmente no Nordeste – pois a diferença quantitativa de participantes e qualitativa de demandas são gritantes.

O que explica essas diferenças e as polarizações políticas nos últimos processos eleitorais é a assimetria do Lulismo no país. Pode-se afirmar com alguma tranquilidade que o resultado das eleições de 2018 seria outro se Luís

Inácio Lula da Silva não tivesse sido preso arbitrariamente e tivesse concorrido. Lula é um sertanejo que virou um operário líder sindical, o que explica muito sobre o Lulismo e o movimento político de Lula nos dois mandatos, com destaque para a sua imensa capacidade de negociação e conciliação forjadas nas lutas do chão da fábrica e nas ruas e seu projeto de integração nacional e fim do chamado “Brasil Profundo”. Entre 2003 e 2013, o Nordeste teve índice de crescimento de 4,1% ao ano, enquanto o país ficou na marca de 3,3%, de acordo com o Banco Central. Só no ano de 2012, por exemplo, a economia local cresceu o triplo da brasileira. Em 2014, a região passou a ser a segunda maior em consumo, atrás apenas do Sudeste, e corresponde a 13,8% da economia nacional.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2012, o nordestino teve o maior ganho de renda entre todas as regiões, o que fez com que a participação da base da pirâmide social caísse de 66% para 45%. Tudo isso fez com que a classe média deixasse de representar apenas 28% da população nordestina em 2002, para ser 45% em 2012. As ações dos governos petistas para a região também geraram empregos: em 2002, apenas cinco milhões de nordestinos tinham emprego formal. Já em 2013, esse número passou para quase nove milhões. Em 2002, quando o presidente Lula foi eleito, mais de 21,4 milhões de nordestinos viviam em situação de pobreza. Em 2012, esse número caiu para 9,6 milhões, segundo

estudo da Fundação Perseu Abramo, com base em dados do IBGE.

Por isso, a importância do programa Bolsa Família para a região, que chegou a ter mais de 35 milhões de pessoas e 7 milhões de famílias beneficiadas pelo maior programa de transferência de renda com contrapartidas: filhos na creche, mulheres com acompanhamento ginecológico e planejamento familiar. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Nordeste tinha 413.709 universitários. Em 2012, esse número saltou para 1.434.825. O número de cursos de doutorado e mestrado também cresceu 33% entre 2010 e 2012 no Nordeste. Com isso, a região ultrapassou o Sul e passou a segunda com maior número de estudantes do ensino superior – 20% do total –, atrás apenas do Sudeste. Sete das 18 universidades criadas nas gestões petistas estão no Nordeste. Apenas quando o Partido dos Trabalhadores chegou à Presidência da República, ações concretas para afastar o fantasma da seca no Nordeste foram realizadas: 1,2 milhão de cisternas foram construídas para consumo humano, pelo o Programa Água para Todos, garantindo água a 22 milhões de sertanejos ao tempo em que para levar acesso à eletricidade de forma gratuita, o governo Lula criou o programa Luz para Todos. Apenas no Nordeste, o programa já tinha atendido, até 2015, mais de 1,5 milhão de famílias, beneficiando cerca de 7,5 milhões de pessoas (PNAD).

Para quem vive nessas regiões, esses programas, entre outros, resultaram

em uma melhoria de vida concreta que foi acompanhada por um processo intenso de politização da importância do Estado Brasileiro no combate às desigualdades econômicas e às assimetrias regionais. Isso significa afirmar que metade da população deu um recado claro nas eleições majoritárias de 2014 e primeiro turno das eleições de 2018: o Lulismo efetivado no Norte e no Nordeste é o ponto de partida de qualquer programa de governo daqui pra frente e assim por diante. Não à toa, esse reformismo de alto impacto dessas regiões tem sido a maior resistência ao processo de fascistização no Brasil. Também tem sido no Nordeste as manifestações mais violentas contra os que votaram no candidato à presidência do PT, Fernando Haddad, como ocorreu com o Mestre Moa do Badauê, assassinado com 12 facadas por uma pessoa sem antecedentes criminais.

Certo está o candidato Fernando Haddad (PT) que tentou sem sucesso um pacto ético e pacífico com o candidato Jair Bolsonaro (PSL), que além de não aceitar, chamou Fernando Haddad de “canalha”. A sociedade brasileira precisa entender que o que está em jogo, com a fascistização de 30% dos eleitores, é a própria democracia.

Só em um regime democrático fortalecido poderemos construir as bases para um regime que Boaventura de Souza Santos define como pacífico e democrático, firmado na complementaridade entre as democracias representativa e participativa; modo de produção menos assente na propriedade estatal

dos meios de produção do que na associação de produtores; regime misto de propriedade onde coexistem a propriedade privada, estatal e coletiva (cooperativa).

Um Estado que saiba competir com o capitalismo na geração de riqueza e lhe seja superior no respeito pela natureza e na justiça distributiva; nova forma de Estado experimental, mais descentralizada e transparente, de modo a facilitar o controle público do Estado e a criação de espaços públicos não estatais; reconhecimento da interculturalidade e da plurinacionalidade (onde for caso disso); luta permanente contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da lealdade partidária; promoção da educação, dos conhecimentos (científicos e outros) e do fim das discriminações sexuais, raciais e religiosas como prioridades governativas.

17. A ONDA E A SOLUÇÃO FINAL DO FASCISMO BRASILEIRO: AS ELEIÇÕES 2018¹⁷

Em 1º de novembro de 2014, durante uma manifestação contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, recém-eleita, o então deputado federal

eleito Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente Jair Bolsonaro, parabenizou o Polícia Militar de São Paulo por agir com violência apenas contra quem “não teve educação em casa”. Na ocasião, Eduardo Bolsonaro gritava “Fora Cuba, fora PT” com uma arma na cintura enquanto manifestantes entravam em uma catarse coletiva com o hino nacional, ameaçavam as pessoas e gritavam enfurecidos: “nossa bandeira jamais será vermelha”, “morreram petistas de merda”, “fora comunistas”. Essas imagens foram capas em vários jornais do país, foram transmitidas ao vivo e retransmitidas à exaustão em rede nacional pela TV Globo. O Judiciário brasileiro não se manifestou a respeito.

Nas manifestações de 15 de março de 2015, no Rio de Janeiro, um homem que vestia uma camiseta do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) foi expulso por manifestantes em Copacabana aos gritos de “vai pra Cuba”, “morreram, petistas”. Em Brasília, manifestantes carregavam uma faixa com a suástica nazista e pedia: “Fora Paulo Freire!”, “volta ditadura militar”. Enquanto seguiam as transmissões ao vivo das manifestações que os comentaristas da GloboNews qualificavam de “pacíficas” e “frequentadas por gente bonita”, as redes sociais exibiam imagens de ódio como uma foto de bonecos de Lula e Dilma enforcados em um viaduto e da sede do PT em Jundiá, interior de São Paulo, alvo de um ataque com fogo. O Judiciário brasileiro não se manifestou

17. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 16 de outubro de 2018.

a respeito e a imprensa continuou alimentando o ódio ao PT.

Por ocasião das manifestações de 16 de agosto de 2015 contra o governo Dilma Rousseff, nas quais as pessoas usaram roupas com as cores da bandeira nacional e gritavam palavras de ordem racistas, xenófobas, preconceituosas e cheias de ódio, na avenida Paulista, em São Paulo, os dizeres dos cartazes variavam entre: “Dilma, sua vaca”, “Haddad, seu bundão”, “Morra, Lula, ladrão”, enquanto a multidão usando as cores da bandeira nacional ia ao delírio ao som do hino nacional e dos gritos “Fora PT”.

No Rio de Janeiro, um estudante de jornalismo chileno fez um vídeo com várias entrevistas, entre elas um senhor que vociferou a ideia que ele fazia de petista: trata-se de um grupo de pessoas que cresceu sem a figura paterna em casa, pois todos eles foram “acertadamente” mortos pela ditadura civil e militar. Assim, sem a “força e o pulso firme” da autoridade paterna em casa, e criados apenas pelas mães, petistas são pessoas “degeneradas”, corruptas por natureza e perigosas; pessoas que devem ser “eliminadas” do país, segundo esse senhor. O Judiciário brasileiro não se manifestou a respeito, a imprensa continuou naturalizando essas afirmações e alimentando o ódio ao PT e 20% da população brasileira apoiou esse tipo de manifestação.

A escalada fascista no Brasil só piorou com a efetivação do golpe/impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), no final de 2016. Quem conseguiu

esquecer a cena transmitida em rede nacional do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) votando a favor do impeachment da presidenta ao tempo em que homenageou o torturador Brilhante Ustra, que a torturou por mais de dois anos? Quem até hoje não se lembra do presidente Jair Bolsonaro xingando a deputada federal Maria do Rosário de “vagabunda” e “feia, que não merece nem ser estuprada”, por ela tê-lo denunciado de incitar a violência contra mulheres e pobres no plenário do Congresso Nacional? Quem consegue fingir que não ouviu Jair Bolsonaro afirmar que a única coisa boa no Maranhão é o Presídio de Pedrinhas e que ele é contra o [programa] Bolsa Família, porque mulheres e meninas engravidam só para receber o “benefício”, contra todas as pesquisas.

Apesar de essas frases e posturas serem tipificados como crimes no Código Penal: o Judiciário brasileiro não se manifestou a respeito, a imprensa continuou naturalizando essas manifestações e alimentando o antipetismo por meio do fascismo, que tem em Jair Bolsonaro seu principal expoente. Talvez seja em razão da naturalização da violência e do fascismo, por boa parte da imprensa e do Judiciário brasileiro, que durante a campanha presidencial no 1º turno, em um discurso no Acre, Jair Bolsonaro sentiu-se autorizado a “empunhar” um tripé de câmera como arma, simular atirar e gritar para uma multidão enfurecida que, se eleito, varreria os “petralhas” da face da terra. Um pouco antes, o mesmo Jair Bolsonaro gravou um vídeo segurando um punhado de capim e afirmando que

em um futuro governo dele essa seria a alimentação dos petistas.

Procurada a se manifestar diante de tamanha descompostura e violência, a Procuradoria Geral da União, na figura da senhora Rachel Dodge, entendeu que não houve manifestação de violência e incitação ao ódio contra a militância e dirigentes dos Partidos dos Trabalhadores. Talvez seja em razão da leniência de parte do Judiciário brasileiro que essa onda crescente de adesão ao fascismo, por amplos setores da sociedade brasileira, como a principal força de oposição ao petismo, tenha chegado ao segundo turno das eleições de 2018, com Jair Bolsonaro com 59% das intenções de votos e Fernando Haddad com 41%.

Estamos a 12 dias do resultado final das eleições presidenciais em 2018, muitos de nós perplexos com a possibilidade de o Brasil ser governado pelo fascismo bolsonarista, cujo projeto de país a população desconhece e, em razão das manifestações citadas, resume-se ao ódio ao nordestino, à comunidade LGBT, às mulheres, aos movimentos sociais e ao Estado de Bem-estar social. Desde o lamentável e condenável atentado contra Jair Bolsonaro, ele se recusa a participar de debates públicos, alegando impedimento médico, mas tem dado entrevistas exclusivas nas quais ele diz o que fará se for eleito: ele é a favor de tortura e do extermínio de populações que não se enquadram na sociedade fascista. Ele é pública e orgulhosamente racista, misógino, homofóbico e acha que a população das regiões Norte e do Nordeste

deve servi-lo. Ele também é contra os direitos conquistados pelos trabalhadores, contra a autonomia das universidades públicas, contra o ensino fundamental e médio presenciais e a favor de espalhar o pânico por meio de mentiras contra o PT.

É nesse candidato que, segundo a pesquisa do IBOPE, de 15 de outubro, 59% da população brasileira irá votar. O antipetismo transubstanciou-se na barbárie como projeto dessa parcela da população, que no futuro não terá como alegar que sujou as mãos de sangue porque não sabia do que se tratava e foi enganada. Estamos a 12 dias das eleições e ainda há tempo de evitar que esse longo e tenebroso inverno se abata sobre nós. Ainda dá tempo de votar na democracia e resgatar o traço de humanidade que há em cada um/uma dos 59% que pretende eleger o fascismo como resolução de conflitos. Porque na democracia, há o antipetismo. No fascismo: não haverá democracia, antipetismo e talvez nem você que votou contra a sua própria humanidade.

18. A MARCHA DA INSENSATEZ BRASILEIRA: APERTEM OS CINTOS, POIS O TSE SUMIU¹⁸

Ainda há tempo de evitar que o Brasil faça a sua marcha da insensatez e escolha a autodestruição no próximo domingo. “A marcha da insensatez: de Troia ao Vietnã”, da historiadora norte-americana, Bárbara Tuchman, foi publicado no Brasil em 1984, tornando-se, desde então, um dos principais livros de cabeceira de toda uma geração de progressistas e humanistas. O sucesso se deve ao argumento central da obra: por meio de alguns episódios históricos e um mitológico – o cavalo de Troia: uma armadilha dos gregos – a autora demonstra que a história da humanidade é também a história das escolhas insensatas e insanas, com as populações e seus líderes flertando com alguma frequência com a derrota e a autodestruição. Mas, como é possível que seres humanos escolham a sua própria destruição se um dos pilares da razão moderna é a preservação da vida? Vejamos a situação do Brasil na última semana.

Na última quinta-feira (18), o jornal *Folha de São Paulo* voltou a fazer jornalismo por meio de uma reportagem que denunciou a campanha do presidencial Jair Bolsonaro (PSL) por crime de caixa 2: um grupo de empresários está contratando empresas, por até 12 milhões de reais, para disparar fake

news contra o PT com o objetivo de disparar o favorecimento da campanha de Jair Bolsonaro. A legislação eleitoral considera crime doação não declarada por empresas para campanha: caixa 2, que segundo o bacharel de Curitiba, Sérgio Moro, é o pior dos crimes. Fato de repercussão internacional em razão da materialidade da denúncia e com várias manifestações de repúdio, aqui no Brasil. No entanto, a violência e a insensatez desencadeadas cadenciaram as manifestações. No mesmo dia, eleitores de Bolsonaro ameaçaram a jornalista, publicaram a foto do filho dela e impulsionearam duas hashtag #FolhaPutinhadoPT e #JornalistaPutavagabunda.

Pressionados por várias forças políticas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que se pronunciaria sobre a denúncia em uma entrevista coletiva na tarde de sexta-feira (19), que foi adiada e ganhou novas denúncias. No sábado (20), fiscais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) invadiram a sede do Sindipetro-NF (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense) e apreenderam exemplares deste jornal Brasil de Fato. O recolhimento foi feito após mandado judicial emitido pelo juiz eleitoral de Macaé, Sandro de Araújo Lontra, que qualificou o jornal como portador de “matérias pejorativas contra o candidato Jair Bolsonaro (PSL)”. Um golpe à liberdade de imprensa.

Ainda no final de semana, um dos principais vídeos divulgados nas redes sociais foi uma resposta do deputado fe-

18. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 22 de outubro de 2018.

deral Eduardo Bolsonaro (PSL), filho de Jair Bolsonaro, sobre o Supremo Tribunal Federal. “Se quiser fechar o STF você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo, sem querer desmerecer o soldado e o cabo”, ameaçou o rebento durante palestra em um cursinho de Cascavel (PR). O filho de Bolsonaro ainda advertiu: “O STF vai ter que pagar pra ver. E se pagar pra ver, vai ser ele contra nós [...] Será que eles vão ter essa força mesmo?” Em Marte não temos conhecimento, mas em qualquer Suprema Corte aqui na Terra, o deputado federal teria de se explicar penalmente no próprio STF em razão do foro privilegiado. No entanto, aqui no Brasil, a atual presidenta do TSE, ministra Rosa Weber, visivelmente constrangida, afirmou no domingo (21), durante entrevista coletiva à imprensa, que o referido vídeo com a fala de Eduardo Bolsonaro contra o STF foi montagem com trechos descontextualizados. Inacreditável!

Em seguida, quando um repórter perguntou como o TSE pretende combater a disseminação de *fake news* a uma semana do segundo turno da eleição presidencial de 2018. A resposta foi paradigmática da força política predominante do Judiciário brasileiro desde o golpe/impeachment de 2016. “É importante combater as fake news de ambos os lados [...] se alguém souber como fazer, nos avise, por favor”. A materialidade da denúncia veiculada por reportagem da Folha de SP envolve a campanha de Jair Bolsonaro, mas o TSE resolveu investigar as duas campanhas, mesmo sem prova material contra a campanha de Fernando Haddad (PT).

Essa coletiva constrangedora de imprensa ocorreu em rede nacional e contou com a participação da presidente do TSE, o ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Sérgio Etchegoven, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a advogada-geral da União Grace Mendonça, o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Rogério Galloro, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Carlos Lamachia. A mesa limitou-se a versar sobre as urnas eletrônicas serem auditáveis, sobre os mais 2 milhões de mesários presentes no primeiro turno e alguns episódios ilícitos – razões pelas quais a ministra Rosa Weber concluiu que o resultado, no primeiro turno das eleições de 2018, foi um “verdadeiro show da democracia” e as instituições brasileiras estão funcionando.

É verdade esse bilhete ministra, as instituições brasileiras estão funcionando, mas para uma parcela da população que permanece livre para violar as leis e a democracia. A parcela que votou no candidato Jair Bolsonaro que, no mesmo momento em que vossa excelência comemorava o show da democracia brasileira, transmitia por rádio um discurso cheio de ódio para milhares de pessoas na avenida Paulista, em São Paulo. Um discurso prometendo matar petistas, homossexuais, índios, negros, nordestinos, mandar para o exílio os militantes de esquerda e dos movimentos sociais como o MST e o MTST, e prender os que ficarem no país.

Porém, essa outra parcela da população que não conta com a sorte do funcionamento das instituições, tem sofrido toda sorte de violência em razão da leniência e politização de parte do Judiciário brasileiro, e do antipetismo cultivado com ódio quatrocentão. É a parcela da população de onde veio a transexual Laysa e o Mestre Moa do Katendê, ambos brutalmente assassinados porque faziam parte do “grupo de risco” definido pela milícia familiar que dominou parte do país, e das instituições que parece que funcionam para todos desde 1549. É verdade esse bilhete, ministra, a democracia brasileira está dando um show... de horror.

19. VOCÊ S/A NA POLÍTICA BRASILEIRA: ENTRE O PABLITISMO E O TABATISMO¹⁹

Sobre a votação na Reforma da Previdência – aquilo que o professor Pablo Ortellado sugeriu para escaparmos dos discursos fáceis -, a deputada Tábata Amaral respondeu: “Se com isso eu me tornar impopular e não ser reeleita, beleza. Com a formação que eu tenho, consigo emprego onde eu quiser”. Daqui a quatro anos corre-se o risco de não haver mais emprego. Em 15 de julho de 2017, um ano antes da campanha para a eleições presidenciais, o profes-

sor de gestão de políticas públicas da Universidade de São Paulo/Leste e cujas pesquisas já receberam financiamento das organizações de George Soros, Pablo Ortellado, escreveu uma coluna no jornal Folha de São Paulo com o título “Esquerda e Direita, parecidas demais”. Na ocasião, o argumento do articulista foi explicitado no primeiro parágrafo: “Um desavisado pode achar que o PT tem uma agenda radicalmente diferente do governo Temer. O partido votou contra o teto dos gastos, tem feito oposição sistemática à reforma da Previdência e criticado a agenda do governo, como se fosse o reverso da sua. No entanto, pouco tempo atrás, o governo Dilma apresentou propostas semelhantes”.

Após estabelecer relações de equivalência onde não havia e nunca houve ao desconsiderar a ruptura institucional deflagrada pelo processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, Golpe de 2016, o professor decretou que mais da metade da população brasileira era desavisada porque apoiava o legado dos governos petistas e o então candidato virtual à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, para o pleito de 2018. Na ocasião, a questão para o articulista era entender as razões pelas quais a maioria da população reconhecia as diferenças entre os governos petistas e as reformas do governo de Michel Temer, após as eleições do final de 2016 nas quais o PT obteve resultados pífios em razão do recrudescimento

19. Artigo originalmente publicado no site “Brasil 247” em 04 de julho de 2019.

nacional do antipetismo e a ascensão do bolsonarismo.

Para tanto, o professor questionou a despeito do resultado da pesquisa: “se a diferença das propostas de Temer e Dilma é apenas de grau e detalhe, porque a retórica do PT faz crer que vivíamos um processo de expansão dos direitos e agora vivemos um “desmonte golpista”? Tal como um Procusto redivivo que tenta enquadrar a realidade à medida de sua cama de ferro, Pablo Ortellado tenta a todo custo convencer os leitores do jornal sobre a ausência de ruptura institucional entre os governos em 2016 e a incidência desse processo na continuação de políticas públicas. Para o professor, o apoio de mais da metade da população ao legado dos governos petistas ocorreu em razão de uma narrativa disruptiva da militância petista que, à época, afirmava que os governos petistas “estão em disputa e podem avançar mais, sendo necessário engajamento para fazer prevalecer a posição progressista. O que teria faltado aos governos petistas é vontade e compromisso”.

Na mesma coluna, Pablo Ortellado afirma tratar-se de falsa explicação acusar os governos petistas de ausência de vontade e compromisso, pois a verdadeira razão para a “continuidade” dos governos petistas & governo Temer foram os “constrangimentos institucionais” - limites contáveis e os imperativos da gestão macroeconômica. A certa altura desse rocambole argumentativo, o professor mobilizou a variável petista para o presidencialismo de coalização sobre

“os limites da correlação de forças” para afirmar: “se quisermos influenciar a ação dos políticos, temos que parar de nos deixar enganar, entender os constrangimentos da política institucional e controlar os políticos no jogo da política real e não no da ilusão que nos vendem para nos distrair”.

Por que estou recuperando o rocambole argumentativo desse panfleto antipetista atávico do pablitismo? Porque trata-se da gênese da retórica da “Nova Política”, que além de construir trajetórias no lugar de projetos coletivos ao esvaziar a relevância de partidos e sindicatos como instâncias fundamentais de representação da classe trabalhadora, precisa apagar a experiência e o legado de governos de centro-esquerda que fortaleceram o Estado de Bem Estar Social e efetivaram políticas públicas de diminuição das desigualdades e assimetrias regionais – o Lulismo. Atualmente, essa “Nova Política” tem como expoente feminina a deputada Tábata Amaral (PDT/SP), que gosta de dar carteirada de pós-graduada em Ciência Política em Harvard, financiada pelas organizações Lemann/Etlin e não por acaso também é articulista da Folha de São Paulo. A atuação da deputada nos primeiros seis meses de mandato tem causado reações controversas na imprensa e nas redes sociais, sobretudo após a votação pela Reforma da Previdência, contrariando os interesses da classe trabalhadora e as orientações de seu partido.

Meu objetivo aqui não é criticar o apequenado desempenho político da deputada Tábata Amaral – coisa que boa parte da esquerda brasileira tem feito com afinco desde a aprovação em primeiro turno da Reforma da Previdência. Meu interesse é pensar as trajetórias de Pablo Ortellado e Tábata Amaral como partes de um grupo coeso que tem crescido como força política no cenário nacional: as razões pelas quais a tal da “Nova Política” obtém ressonância entre os leitores da grande imprensa e obtém milhares de votos, sobretudo no centro-sul, mesmo quando a única novidade dessa turma é a explicitação da representação dos interesses do estágio atual do neoliberalismo da classe dominante. Meu argumento é que não é possível a compreensão desse fenômeno descolado de outro fenômeno estrutural: a subjetivação do neoliberalismo na política.

Uma das críticas mais contundentes sobre os governos petistas recaí sobre a ausência de politização da sociedade para a implantação de políticas públicas que começaram a diminuir as desigualdades estruturais do país, desconsiderando a contradição entre o Lulismo, na acepção de André Singer, e o Neoliberalismo. Vejamos. Uma das maiores forças do neoliberalismo em seu estágio atual é a promessa de rentabilidade material e simbólica com o processo de “autovalorização de si”, com o sujeito acumulando valor indefinidamente por meio da própria trajetória. Não se trata mais da classe dominante dos tempos idos que se constituía como tal por deter os meios de produção.

Trata-se, ao contrário, de um processo de tornar a si mesmo e a própria relação consigo mesmo em capital, cujo processo Laval e Dardot enquadram na fórmula (S-S’).

A questão que se coloca no processo de subjetivação neoliberal é que quando o sujeito engendra a si mesmo, ilimitadamente, em capital material e simbólico, ele apaga progressivamente os legados simbólicos, a alteridade e a impossibilidade que a determina até reduzir a própria existência em um presente absoluto e sem saída para além do próprio umbigo. Na política, isso é trágico, pois significa negar as diferenças políticas com suas implicações para a elaboração de políticas públicas, esvaziando por completo o papel de partidos políticos e de sindicatos como instâncias de representação da classe trabalhadora formal e mesmo informal e precarizada.

Não parece ter sido por outra razão que quando duramente questionada por parte de seu eleitorado sobre a votação a favor da Reforma da Previdência – aquilo que o professor Pablo Ortellado sugeriu para escaparmos dos discursos fáceis -, a deputada Tábata Amaral respondeu em uma rede social: “Se com isso eu me tornar impopular e não ser reeleita, beleza. Com a formação que eu tenho, consigo emprego onde eu quiser” – esquecendo-se, inclusive, que daqui a quatro anos, quando terminar seu mandato, corre-se o risco de não haver mais emprego no bolsonarismo nem para os formados em Harvard. Logo depois, em sua última coluna na Folha de São Paulo, a mesma deputada afirmou: “muitos partidos já não

representam de fato a sociedade, mas somente alguns de seus nichos” rrsrs. Em marte, desconhecemos, mas aqui na terra nunca houve um partido político que representasse a um só tempo os interesses da classe dominante e da classe trabalhadora. Tampouco houve quem se elegeisse com 215 mil votos, como é o caso da deputada, sem estar em um partido político.

Para além do aspecto cômico/trágico que a marca “Harvard” tem obtido com o bolsonarismo e seus colaboracionistas no Brasil, a principal questão que precisamos nos colocar no campo da esquerda sobre o processo de subjetivação neoliberal na política brasileira é como barrar esse círculo vicioso? Se a subjetivação neoliberal na política, assim como em outras esferas, é re-produzida pela autovalorização de si mesmo, como escapar daquilo que é a sua própria essência? Como dialogar com alguém e/ou uma turma que não consegue ou finge não entender que nada mais interessante para a classe dominante que apoiou e elegeu o bolsonarismo do que reduzir o exercício da política à algumas trajetórias que “flexibilizam” as demandas da maioria da sociedade em um momento de recrudescimento do Golpe de 2016 e o desmonte total do Estado de Bem-estar Social iniciado durante os governos petistas? Como dialogar com os eleitores da “Nova Política” que se reconhecem no processo de subjetivação neoliberal mesmo quando são as maiores vítimas desse processo, que pauperiza crescentemente a maioria da sociedade brasileira no bolsonarismo?

Longe de dar respostas prontas, algumas questões. Tanto a direita rediviva com as manifestações de junho de 2013, quanto a centro-esquerda da chamada “Nova Política” foram incensadas pela formação e financiamento dos chamados “think thanks” ligados a dupla Soros & Lemann que, por meio de táticas e narrativas muito próprias, têm tentado com algum êxito ocupar o centro do espectro político brasileiro, vazio desde a adesão do PSDB ao Golpe de 2016. Na esquerda brasileira, predominantemente composta pelos partidos PT, PSOL e PC do B, também houve tentativas de ampliar seu espectro político e ganhar esse espaço vazio por meio da criação de novos coletivos e o uso de novas tecnologias na militância e nas campanhas desde 2016. No entanto, a esquerda brasileira mesmo estando em processo de fortalecimento e contando com o apoio de pelo menos 30% da população votante do país ainda patina em torno dos impasses da conjuntura, à medida que tanto a direita rediviva quanto a esquerda da “Nova Política” dialogam sem constrangimentos com o bolsonarismo, chegando a levar ao limite a perda de crença na via partidária e sindical ao naturalizar as rupturas, igualar tudo no mesmo balaio e decretar tais instâncias obsoletas em nome de um ethos neoliberal de trajetórias que vendem flexibilização das demandas da classe trabalhadora e empreendedorismo individual, como o fazem o professor Pablo Ortellado e a deputada Tábata Amaral.

Há quem diga que a saída para esse impasse reside na radicalidade da defesa da democracia participativa e no fortalecimento de partidos e sindicatos – dimensões historicamente conflitantes na esquerda brasileira, uma vez que é preciso superar suas antinomias constitutivas. No entanto, uma coisa é certa: para boa parte do eleitorado do centro-sul, base social do bolsonarismo e da “Nova Política”, a crescente pauperização da maioria da população é projeto e o preço a ser pago para a manutenção das estruturais desigualdades e assimetrias regionais, pois o Nordeste não é mais o mesmo depois dos governos petistas.

Fato é que ainda em 2017, durante um evento sobre cultura na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, expoente da “Nova Política” carioca e candidata a deputada federal pelo PSOL/RJ, foi convidada a falar sobre a crise política brasileira e os caminhos da esquerda para uma plateia lotada de universitários. A professora iniciou sua participação com uma foto da ex-presidenta Dilma Rousseff apertando a mão de Aécio Neves no final do último debate da campanha presidencial de 2014, na rede globo. O objetivo de usar a foto foi mostrar para uma plateia diversa da região do Recôncavo Baiano que não houve Golpe em 2016, pois o governo Temer era a continuação da política petista durante os mandatos da Dilma Rousseff – i.e. não houve uma ruptura democrática em 2016.

Muita gente ficou indignada, incomodada, questionou e tal, mas ao final de sua apresentação ela foi educadamente aplaudida. Horas depois, um grupo de alunos veio conversar comigo e eles estavam indignados porque a Universidade Federal do Recôncavo Baiano era um projeto de 20 anos, duas décadas de luta daquela população e, afinal, "como assim é tudo igual? Não é mesmo porque o [ex-presidente] Fernando Henrique Cardoso não criou a nossa Universidade; quem fez isso foi o Lula", disse uma aluna. Tudo isso para escrever: metade da população brasileira não é desavisada e sabe perfeitamente bem o que é desonestidade intelectual e sabe a diferença entre as conquistas sociais antes do Golpe de 2016 e depois, sobretudo agora na arquitetura da destruição do Estado Brasileiro no bolsonarismo.

Gosto muito de contar esse episódio porque ele é paradigmático da maior antinomia a ser superada por parte da esquerda: a empáfia de achar que o Estado Brasileiro se reduz ao centro-sul do país e que o custo de suas demandas é o retorno ao chamado Brasil profundo, como se esse país não fosse terrivelmente assimétrico regionalmente. Regiões como o Norte e o Nordeste ainda têm parte da população faminta de comida, água, conhecimento, cultura, casa, roupa, sapato, mobilidade urbana, mobilidade internacional, boa política e bom combate – mesmo depois de começar a ter acesso a tudo de tanto nos governos petistas e que essa “Nova Política” com seus políticos S/A tratam com desdém desde 2013 e o Bolsonarismo tem

retirado porque além de a desigualdade e o desmonte do Estado de Bem Estar Social serem projeto, nessas regiões Jair Bolsonaro não obteve 18% dos votos, configurando-se em áreas de grande resistência no país.

20. O QUE FAZ UMA PROFESSORA PESQUISADORA DE UNIVERSIDADE PÚBLICA? E QUANTO ELA GANHA?²⁰

Uma professora adjunta DE, em regime de dedicação exclusiva, como eu (estou indo para adjunta III): leciona 8 horas em sala de aula e quando leciona na pós-graduação (um semestre obrigatório por ano) são 12 horas/aula. Cumpre destacar que a dedicação exclusiva é sobre a jornada de trabalho e não a vida: temos companheiro, filhos, casa, família e tal. Como em qualquer carreira. O restante do tempo de trabalho é dividido em orientações de pesquisa de IC, monografia de conclusão de curso, mestrado e doutorado; a elaboração da própria pesquisa docente que requer muito tempo, pareceres de artigos e livros, escrita de livros e artigos, seminários, congressos, palestras, organização e coordenação de eventos científicos, participação em bancas de defesa de mestrado e doutorado e bancas de concurso público – pelo país afora.

Para lecionar na pós-graduação e orientar mestrados e doutorados, a docente precisa submeter ao colegiado um projeto de pesquisa, deverá publicar um livro a cada 3 anos e dois artigos por ano em periódicos Qualis A ou B, preferencialmente. Essa avaliação ocorre de quatro em quatro anos, de maneira que o corpo docente do PPG não é vitalício e depende das atividades realizadas de seus membros. A maioria de nós lê em um mês o equivalente ao dobro da média anual da população, sem exageros. Muitos de nós acumulam cargos na administração universitária: direção, coordenação do PPG, chefia de departamento, sindicato e colegiados – fui do CONSUNI/UFBA por dois anos, por exemplo, com leituras de relatórios imensos, propostas de plano pedagógico da instituição, pareceres e tal.

Tudo isso precisa ser comprovado semestralmente em relatórios com documentos probatórios e aprovado por comissões formadas por outros docentes que emitem outros relatórios sobre o desempenho do docente avaliado, que deverão ser aprovados ou não na Congregação. O nosso salário está disponível no portal da transparência do governo federal, apequenado diante da campanha indecente de desmoralização do funcionalismo público no geral e dos professores e pesquisadores brasileiros em particular. Se comparado com a média salarial da população brasileira ganhamos bem mesmo sem aumento salarial há três anos, mas estamos longe

20. Artigo originalmente publicado no site “GGN” em 22 de julho de 2019.

de levar uma vida nababesca como diz o atual ocupante do MEC, com o objetivo descarado de acabar com a pesquisa e privatizar as universidades públicas desse país.

Ele mente.

Ele deturpa.

Ele nos ataca.

E nós estamos em combate e lutaremos.

21. LULA, CIRO & MARTA²¹

Marta Suplicy é uma das mais bem cotadas para a prefeitura de SP nas eleições de 2020. Em qualquer cenário, Marta sai com pelo menos 10% das intenções de voto nas pesquisas, sobretudo nas periferias e regiões mais pobres de SP em razão dos CÉUs. Ciro Gomes – que é malcriado, mas não é besta –, teve um pouco mais de 1 milhão de votos na cidade de São Paulo. O reduto político de sua família, Ceará, obteve os maiores índices educacionais. Liguem os pontos. Não à toa, Ciro Gomes está tentando levar Marta para o PDT.

No entanto, a governança de Marta Suplicy em SP foi petista. Lula e o DN sabem disso. Sabem também que o que está em disputa é a sobrevida do

PT paulista, a disputa pela oposição ao dorismo e a construção da oposição ao bolsonarismo nacionalmente. Ganhar a prefeitura de SP é central para o PT.

O convite para Marta Suplicy voltar ao PT obriga Ciro Gomes a se mexer mais rápido e mais explicitamente, e coloca Marta Suplicy na lona: como foi descartada pela direita depois de cumprir o papel de bate pau, ou ela irá se aliar ao PDT e a alguém que irá trucidá-la politicamente em SP, ou ela garantirá alguma sobrevida na política, no PT. Além de obrigá-la a rever publicamente suas posições durante o Golpe de 2016.

Qualquer que seja o movimento político de Marta daqui pra frente e assim por diante, sua candidatura à prefeitura de SP ainda é uma virtualidade. Vamos usar a energia para derrotar o bolsonarismo. A política não é fígado. Muito menos marido traído.

22. BOLSONARO E MOURÃO SÃO IGUAIS?!²²

Sou petista e votei em Haddad, geral sabe. E continuarei votando e militando. Escrito isso: Bolsonaro e Mourão não são iguais. Mourão não tem partido, muito menos base social de 30%. Faz parte de uma corporação que está rachada e com uma base emputecida em

²¹. Artigo originalmente publicado no site “GGN” em 18 de outubro de 2019

²². Artigo originalmente publicado no site “GGGN” em 03 de novembro de 2019.

razão das medidas do bolsonarismo na última semana – e isso faz diferença: até aqui, o general não tem força política para mobilizar um baile em um sábado à noite, quanto mais mobilizar permanentemente uma base odiosa, pulverizada e antipetista.

O clã Bolsonaro tem, por isso é preciso desmobilizar a base social de 30% do bolsonarismo urgentemente. O impeachment de bolsonaro resolve esse problema, entre outros: acaba com o poder político dos filhos, de Sérgio Moro e do governador do Rio de Janeiro, atacando o centro do projeto de nacionalizar a experiência miliciana no Rio de Janeiro. Mas isso só será possível por meio de dois movimentos complementares: não voltar pra casa depois de ocupar as ruas e chamar setores do centro-direita para compor a Frente Amplíssima, uma gerin-gonça tropical, contra o bolsonarismo. Porque estamos vivendo atualmente o auge do confronto: civilização X barbárie.

Precisamos ter responsabilidade política nesse momento. Fazer uma oposição responsável e qualificada, deixando de ser pautada pelo bolsonarismo. É preciso construir as bases do #ForaBolsonaro, por meio do impeachment. Porque esperar para derrotá-lo em 2022 é terceirizar a direção política da oposição e movimentar-se apenas em função de eleições que não estão garantidas. Esperar ele sangrar politicamente é, também e sobretudo, assumir publicamente que a oposição de centro-esquer-

da no Brasil não está à altura do desafio bolsonarista. Até porque lutar/fazer oposição ao liberalismo é diferente de lutar contra o bolsonarismo e seu Estado policialesco com viés dinástico.

Porque se a oposição, especialmente o PT, continuar pautada por ele, se continuar deixando correr, teremos sérios riscos de não rolar 2020/2022 e ainda assistir um dos filhos dele ser nomeado ou eleito presidente por um congresso apequenado. Parece-me claro como o sol intenso em Salvador hoje: trata-se um projeto familiar de poder, que precisa urgentemente ser derrotado. Sem o #ForaBolsonaro será a maior derrota histórica da esquerda brasileira. E por W.O.

23. O ARTIGO DE JOÃO FILHO, A FRENTE AMPLA E O LULA LIVRE²³

Começo esse artigo esclarecendo que escrevo como militante do Partido dos Trabalhadores, lugar a partir do qual tenho manifestado publicamente minhas opiniões políticas com alguma frequência nos últimos anos. E como militante do PT, concordo com a ponto de partida do artigo de João Filho, publicado no *The Intercept Brasil*, em 8 de setembro do corrente, ao constatar que as eleições de 2022 já começaram após os ataques do atual presidente Jair Messias Bolsonaro

23. Artigo originalmente publicado no site “Brasil 247” em 19 de setembro de 2019.

ao atual governador do Estado de São Paulo, João Doria Jr., seu principal concorrente para atrair o eleitorado da direita política brasileira enquanto, segundo o autor, a esquerda segue “dividida, desarticulada e paralisada diante da violência do bolsonarismo no poder”. Divergimos fortemente, entretanto, sobre as razões pelas quais a esquerda ainda não se uniu para derrotar o bolsonarismo.

João Filho afirma que um dos maiores obstáculos para a construção de uma Frente Ampla para derrotar o bolsonarismo é o “cacoete da hegemonia petista”, que o autor acredita ser o fator decisivo para o PT se recusar “a participar de qualquer movimento que não tenha a liberdade de Lula como bandeira principal”. O autor se refere à ausência de algumas lideranças do PT, sobretudo de Fernando Haddad, no evento realizado há quinze dias na PUC/SP: “Direitos Já – Fórum pela Democracia”. Trata-se de um evento que contou com a presença de vários movimentos sociais e religiosos, e de amplo arco de lideranças políticas no país: Flávio Dino (PCdoB), Ciro Gomes (PDT), Márcio França (PSB), Marta Suplicy (atualmente sem partido, mas ex MDB e ex PT). Além de presenças virtuais por meio de mensagens gravadas por figuras como Kassab, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin e Anastasia.

João Filho cita a ausência de lideranças do PSOL, sobretudo de Guilherme Boulos, por exemplo, mas não tira implicações sobre isso uma vez que o objetivo do texto é centrar sua crítica no PT, conforme o título anuncia. Tanto mais que

o autor não comenta sobre o significado da presença do Presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, militante histórico, um dos principais formuladores do PT e um dos responsáveis pela campanha presidencial de Lula e depois de Fernando Haddad em 2018. O autor também não comenta o significado da presença do Presidente da CUT, Central Sindical ligada ao PT, Vagner Freitas. Se eles também não representam o PT, quem mais representa?! Concentra-se, no entanto, em transformar a liberdade de Lula em empecilho para a formação de uma Frente Ampla, e o faz retomando a decisão do PT em manter a candidatura do ex-presidente até o limite do prazo regulamentar em vez de ceder a cabeça de chapa para Ciro Gomes (PDT) porque ele venceria Bolsonaro no segundo turno.

Ao desconsiderar a lógica matemática elementar que demonstra que antes do segundo turno havia o primeiro turno e passar pano para um dito português secular sobre o problema das consequências – o bolsonarismo – é que elas vieram depois de 2013, do Fora Todos, do Golpe de 2016, João Filho mobiliza novamente a cantinela sobre o “cacoete da hegemonia petista” para cobrar a adesão do PT e de outras lideranças do partido ao esboço de uma Frente Ampla ensaiada no evento. Só que ao colocar a reivindicação da participação dessas lideranças petistas no centro de seu argumento, o autor acaba reconhecendo publicamente a falta de densidade social e fragilidade de qualquer movimento político das forças de centro-esquerda para

barrar o bolsonarismo sem a adesão do PT: o nome disso é hegemonia, Bino! João Filho acaba acertando sem querer.

O Partido dos Trabalhadores não é hegemônico na esquerda brasileira em razão do “cacoete” de suas lideranças, como o autor afirma. O PT é hegemônico por várias razões, mas aqui destacarei três. Trata-se de um partido de massas altamente capilarizado com quase dois milhões e meio de filiadas e filiados, com 3187 diretórios municipais, 289 comissões permanentes e outros tantos diretórios aguardando formalização em um total de 5570 municípios no país. Trata-se, também, de um partido que governou por quase quatro mandatos consecutivos, com muito mais acertos do que erros para a maioria da população e, não por acaso, foi alvo de uma campanha altamente articulada entre FIESP, Agronegócio, *Think Tanks* americanos, rentistas, bancada da bala, judiciário, mídia para criminalizá-lo. Por fim, foi a maior liderança política do PT, e não de outro partido, que foi sequestrado politicamente pela parcela mais corrupta do judiciário brasileiro para garantir a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do país.

Por isso, a liberdade do ex-presidente Lula é defesa central para o Partido dos Trabalhadores, sobretudo depois das provas incontestáveis da #VazaJato, publicadas pelo *The Intercept Brasil*, sobre toda sorte de arbitrariedades cometidas pelo então juiz Sérgio Moro em conluio com o procurador Deltan Dallagnol na operação Lava Jato para aprisionar sem

provas o primeiro candidato nas pesquisas e que seria eleito no pleito de 2018. Essa “sentença anunciada” foi o golpe fatal no Estado Democrático de Direito que já estava bastante subtraído pela farsa das pedaladas fiscais que resultou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, o Golpe de 2016, e na criminalização do Partido dos Trabalhadores. Assim, duas questões: como defender a democracia brasileira sem se opor àquilo que a subtraiu? Como derrotar o bolsonarismo sem se opor ao seu único projeto bem-sucedido: o antipetismo?

Nesse momento, qualquer pacto contra o bolsonarismo e em defesa da Democracia sem o #LulaLivre significa, no limite, mais uma conciliação entre setores da classe média que historicamente se organizaram politicamente para barrar a classe trabalhadora do universo da política e das estruturas internas do Estado com o objetivo de manter as nossas estruturais desigualdades. A eleição de Jair Messias Bolsonaro também foi o resultado desse processo, de sorte que o retorno à normalidade democrática no país não ocorrerá ao custo de mais uma injustiça contra a classe trabalhadora. Razão pela qual, para o PT, não há defesa possível da Democracia sem a defesa da liberdade do ex-presidente Lula e a anulação dos processos ligados à Lava Jato. E para o centro-esquerda de maneira geral, não há como derrotar o bolsonarismo sem combater e não alimentar o anti-petismo, pois nesse momento o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores significa o fortalecimento de todo campo político de centro-esquerda necessário

para essa tarefa urgente. Até para garantir as eleições de 2022 e disputá-las.

Entretanto, pesquisas recentes demonstram alguma força do anti-petismo, de maneira que ainda não há consenso sobre o #LulaLivre na sociedade brasileira, muito menos entre as forças de centro-esquerda como ficou claro no texto de João Filho e nas orientações para a realização do evento na PUC/SP, que interditaram a palavra de ordem #LulaLivre, conforme demonstrou a reportagem de Luís Nassif. E o caminho para ampliar-mos essa pauta na sociedade me faz concordar novamente com João Filho sobre a importância da presença de lideranças petistas em eventos como o que ocorreu na PUC/SP, mas por razões distintas. No estágio atual do bolsonarismo ameaçando recrudescer o regime, é urgente que o PT construa uma Frente Ampla com lideranças políticas de todos os matizes, inclusive as que estiveram no Golpe de 2016 e se arrependeram, em defesa da Democracia e para derrotar o bolsonarismo.

Não me parece haver saída possível além de uma aliança tática de centro-esquerda para o retorno da normalidade democrática no país. Não se trata, contudo, de uma Frente Ampla na qual o Partido dos Trabalhadores tenha de abrir mão de seu projeto político e econômico para o país, entrando com seus militantes e eleitores, algo em torno de 40% dos votantes, para ceder capital político para lideranças sem base social ao tempo em que sua principal liderança política permanece arbitrariamente pre-

so na sede da Polícia Federal em Curitiba. Não há vida fácil na política, sabemos. Nossas lideranças petistas precisam articular uma Frente Ampla e participar de eventos como o “Direitos Já – Fórum pela Democracia”.

Para tanto, devem reivindicar as pautas do Partido dos Trabalhadores, desobedecendo quaisquer orientações que interditam o #LulaLivre - como fez o governador do Maranhão, Flávio Dino, e até o Paulinho da Força no evento na PUC/SP. Devem, sobretudo, explicar a centralidade da liberdade do ex-presidente Lula e a importância do Partido dos Trabalhadores para a Democracia brasileira e divulgar o nosso projeto político para o país por meio de, entre outras coisas, esclarecimentos sobre o Programa Emergencial de Emprego e Renda (PEER) que o Partido dos Trabalhadores formulou para a recuperação dessa crise econômica sem paralelo na nossa história. O nome disso é boa política, Bino! Precisamos voltar a fazê-la entre nós e, sobretudo, com os que discordam de nós. Pois neste momento não participar desses eventos e não construir uma Frente Ampla para derrotar o bolsonarismo e pela Democracia significa imobilismo – algo que além de não fazer parte da história dos Partido dos Trabalhadores, é caro apenas ao bolsonarismo. A rima é infame, eu sei, mas a realidade com Jair Messias Bolsonaro é muito mais.

24. VILMA REIS & MAJOR DENICE & RUI COSTA²⁴

Muita gente boa daqui da Bahia e ligada ao movimento negro já escreveu sobre a construção da candidatura de Vilma Reis e o impacto que essa candidatura tem causado na executiva do Diretório Estadual do PT/BA, de maneira que não tenho muito a acrescentar além de ressaltar a beleza e a potência desse movimento político de mulheres ligadas aos movimentos sociais. Máximo respeito e enorme torcida! Minha questão neste artigo é outra: a estratégia de Rui Costa, Jaques Wagner e o atual presidente do diretório estadual do PT, Éden Valladares, de escolher como candidata uma mulher negra, Denice Santiago, que não é ligada aos movimentos sociais e nem filiada ao PT, mas tem um trabalho admirável no combate à violência contra as mulheres.

Essa estratégia com o objetivo de dividir o coletivo de mulheres do movimento negro para controlá-las e esvaçar a pré-candidatura de Vilma Reis é absolutamente violenta pelo seu lastro histórico. Homens brancos e senhores de engenho e de gentes escravizadas utilizavam a mesma estratégia de dividir para dominar e evitar a rebeldia e a fuga de homens e mulheres para os quilombos. Vejam vocês. Na eleição municipal de 2016, ACM neto escolheu uma mulher negra para ser a vice-prefeita da chapa, a professora Célia Sacramento.

Essa escolha conferiu legitimidade social à candidatura do pequeno déspota e serviu para as fotos oficiais da prefeitura da "primeira capital do Brasil", mas Célia Sacramento teve uma atuação pífia no cargo, foi controlada pelo prefeito e teve seu papel político esvaziado de maneira quase irreversível.

Agora em 2020, na corrida para a escolha das candidaturas municipais, o diretório estadual do PT, que foi eleito recentemente com o principal objetivo de "renovar" as práticas políticas do partido, resolve recorrer ao que há de mais velho e violento na história brasileira. E isso depois de o governo estadual conseguir aprovar a venda do colégio Odorico Tavares com o voto de TODCXS deputadxs do PT, PCdoB (Erielma e Olívia Santana votaram contra a venda do colégio Odorico Tavares) e PSB - à revelia da população, as tais bases com as quais eles querem se reconectar. Rui Costa e Jaques Wagner, inclusive, foram conversar com Lula em SP sobre a escolha da combativa Denice Santiago como candidata do PT e aproveitaram pra tirar uma foto amplamente divulgada nas redes sociais como se tudo já estivesse decidido e resolvido. Bom, se já está decidido, "quem souber morre", como se diz aqui na Bahia.

O fato é que há uma maneira de dar um olé político na truculência desses homens do diretório estadual: a admirável Denice Santiago precisa se rebelar a esse lugar de subordinação e recusar o

24. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 31 de janeiro de 2020.

papel de candidata de ocasião do partido. Com essa atitude, Denice Santiago se somaria às candidaturas de Vilma Reis e Fábbya Reis e fortaleceria o movimento político das demais candidaturas de mulheres negras, junto com Juca Ferreira também. Quase uma pré-candidatura coletiva de mulheres negras legitimadas pelos movimentos sociais e pela militância. Essa é a verdadeira maneira de o PT/BA renovar a política partidária e se reconectar com suas bases. Porque renovar a política, senhoras e senhores, não é colocar alguém mais novo de idade, mas com práticas antigas e condenáveis. Mas se eles não querem nos ouvir, se eles insistem em desrespeitar o movimento político das mulheres, não podemos nos calar. É preciso resistir como aqueles homens e aquelas mulheres escravizados resistiram de várias formas nessa cidade e seu termo.

A hora é de desobediência e resistência ao que há de mais rude e cruel no patriarcalismo de esquerda. Sem esquecer que a nossa existência, especialmente das mulheres negras, já é uma puta resistência, como estamos vendo.

25. POR QUEM OS SINOS DOBRAM NA ESQUERDA PETISTA?²⁵

A esquerda nacional não morreu porque ela nunca existiu. O que sempre existiu e existe é o centro-sul nacionalizando diagnósticos & prognósticos. É justamente com essa provocação sobre a hegemonia petista na esquerda brasileira e as forças que giram em seu entorno que Vladimir Safatle, em artigo publicado no El País, em 10 de fevereiro de 2019, intitulado "Como a esquerda brasileira morreu", faz uma dura crítica à política dos governadores petistas no Nordeste, especialmente ao governador da Bahia, Rui Costa. A repercussão do artigo tem gerado alguma polêmica na esquerda, inclusive entre críticos ácidos do PT da Bahia, por isso a minha proposta neste texto é deixarmos a literalidade para os bolsonaristas, "*horse concours*" nesse quesito, e analisar o essencial da crítica de Vladimir Safatle no artigo. O cinturão progressista do Nordeste, região de resistência petista e oposição ao bolsonarismo, formado na eleição de 2018, está agonizando e corre perigo de morte em 2020 em razão da política dos próprios governadores petistas com equívocos de mérito e de método, que tem vários pontos em comum com o bolsonarismo. Essa pasteurização, ausência de polarização de projetos políticos, pode acabar com o predomínio petista na região que hoje é a coluna de sustentação do

25. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 13 de fevereiro de 2020.

Partido dos Trabalhadores, a maior força de esquerda do país. Vejamos.

Equívocos de mérito porque o governador da Bahia, Rui Costa - infelizmente, o caso mais paradigmático desse processo - , além de não politizar o enorme legado dos governos petistas de Lula e Dilma no Nordeste e avançar com ele, tem implantado parte significativa da agenda do bolsonarismo na Bahia: a militarização da educação pública do estado, o fechamento de escolas e a venda de seu terreno em área com o metro quadrado mais caro da cidade, o fechamento de períodos noturnos em vários colégios, a reforma da previdência sem esclarecimento e diálogo com a categoria, a colaboração pouco transparente com a polícia do Rio de Janeiro em uma operação para prender uma testemunha fundamental no esquema da "rachadinha" (se provada seria um duro golpe no bolsonarismo) e que resultou em um homicídio que até a imprensa *mainstream* tem chamado de queima de arquivo. E o mais grave, a militarização da política e o esvaziamento da própria política como consequência.

Mesmo contando com alto índice de aprovação até o final de 2019, essas ações foram efetivadas nos primeiros dias 2020. Um ano absolutamente central para as esquerdas brasileiras para garantir que as eleições municipais sejam o ponto de partida para a derrota da extrema-direita no Brasil. Justamente por isso, a questão é: se as semelhanças entre a política do governador da Bahia e o bolsonarismo se sobrepõem às dife-

renças, por que a população do cinturão progressista no Nordeste continuará votando no PT em 2020 se é tudo a mesma coisa - ainda que não seja no conjunto? Por que a população das principais cidades do Nordeste, predominantemente negra e pobre, continuará votando no PT com a extrema-direita levando vantagem significativa sobre nós por acolher e proteger, ainda que de maneira questionável, um contingente imenso praticamente ignorado pelas esquerdas de mulheres-mães solo pobres e negras cujos filhos são as principais vítimas do genocídio da população negra?

Essa mesma população que além de se sentir desprotegida pelo Estado que tem retirados seus direitos recentemente conquistados, tem sido reiteradamente apertada da esfera política pelo governo petista da Bahia - e isso nos leva ao equívoco de método, que poderá comprometer não só o cinturão progressista no Nordeste em 2020, como a espinha dorsal do PT Nacional. Como pedir que a militância do PT saia às ruas defendendo o Plano Emergencial de Emprego e Renda (PEER) se as dez diretrizes desse Plano não são adotadas nos estados e municípios governados pelo PT? Como exigir que essa população tivesse ido às ruas protestar contra a reforma da previdência bolsonarista se ela tentava abrir canais de negociação para evitar a aprovação da reforma da previdência do estado da Bahia?

Como devemos nos reconectar com a população se essa mesma população, organizada em coletivos e movi-

mentos sociais, escolhe uma candidata, a socióloga Vilma Reis, que tem seu direito de concorrer às prévias do PT em Salvador boicotado de todas as formas, incluindo as mais perversas: que vai do silenciamento público do nome da pré-candidata pelo governador à imposição da candidatura de uma policial militar, uma mulher também negra com um trabalho respeitável, mas que não é filiada ao partido dos trabalhadores e, portanto, não organicidade com o projeto petista de governo e nem compromisso com a defesa do legado dos governos petistas. Como a militância do PT poderá se reconectar com a população se um dos maiores problemas das cidades do país inteiro é o genocídio da população negra e o racismo institucional, e a executiva estadual do PT/BA decidiu no gabinete que a única resposta que o partido para esses dramas concretos da população é a cidade ser governada por uma policial militar que até o momento só tem nos oferecido seu silêncio em nome da hierarquia da corporação por ocasião do caso amplamente divulgado nas redes sociais no qual um adolescente negro foi agredido e humilhado em razão de seu cabelo *black power*?

Como o PT pretende se renovar como força política hegemônica de oposição ao bolsonarismo se no lugar das prévias do partido em Salvador, as executivas dos diretórios estadual e municipal acordaram um encontro meramente homologatório e com inscrições limitadas feitas na internet no qual a militância terá voz e poderá espernear à vontade, mas não poderá votar porque

decidiu-se que a escolha dx candidatx do PT à prefeitura de Salvador será feita por delegadxs, atuais presidentxs das zonais, que não foram eleitxs no último PED para esse objetivo específico? Por que fortalecer a democracia participativa no partido se sempre é possível usar o verniz da representatividade para deixar mais palatável um dirigismo autoritarismo rude, não é mesmo? Por tudo isso, que não é pouco, Vladimir Safatle expõe a maior contradição da esquerda petista nesse início de 2020 e acerta muito quando afirma que falta polarização e sobra duplicidade, principalmente no governo do estado da Bahia que é central para o petismo e para a sobrevivência do cinturão progressista formado em 2018. Por isso, a polarização entre projetos de país, o ultraliberalismo pauloguedista X o social desenvolvimentismo petista, precisa ser aprofundada, radicalizada e amplamente divulgada para ser o ponto de partida para a derrota do bolsonarismo.

Lulismo no Nordeste: reformismo de alto impacto conflitivo

Chamo atenção para as históricas assimetrias regionais do Brasil conferirem características diversas para o conjunto de políticas públicas dos governos petistas, implementadas no período de 2003-2015. O lulismo no Nordeste nunca foi o mesmo lulismo no Centro-sul, região industrializada que sempre concentrou uma classe média com amplo acesso à água, energia elétrica, moradia, educação, lazer, três refeições ao dia e dentição completa. Aqui no Nordeste, não. A maioria da população fora dos

centros urbanos vivia no escuro, sem acesso à água, à educação, à comida. Por isso, a democratização do acesso às políticas públicas do Estado governado pelo PT operou uma verdadeira revolução, a chamada Revolução Severina, que alterou substancialmente todos os indicadores econômicos, sociais e culturais da região.

Desde 2003, o Nordeste deixou de ser o "Brasil Profundo", a região cujo "atraso" foi historicamente construído para fornecer produtos tropicais para o mercado europeu e depois mão-de-obra abundante para ser super explorada no centro-sul. A mudança foi de tal sorte que a página de Economia do portal UOL publicou em 19/02/2013 "Com investimento de U\$\$ 50 bilhões de dólares, o Nordeste vira rota de grandes empresas". Chamo atenção para a data da matéria, uma entre outras tantas que foram publicadas na mesma época. O resultado e as implicações desses investimentos foram temas em outra reportagem na Revista Época, de grande circulação nacional, de 04/07/2015, com direito a manchete de capa "Como o Nordeste virou a China Brasileira". E a Bahia teve um papel protagonista no crescimento da região: até 2015, o estado concentrava o maior número de fábrica de carros e motos, refinarias, estaleiros e siderúrgicas, e uma diversificação de serviços de alta qualidade e rentabilidade.

Esses investimentos só ocorreram em razão das políticas públicas dos governos Lula e Dilma articuladas com as políticas do então governador e atual

senador Jaques Wagner também do PT. Reparem: em 2003, o IBGE apresentou o mapa da pobreza e desigualdade nacional no qual quase 80% dos municípios do Nordeste tinham mais da metade da população vivendo na pobreza e na extrema pobreza. Já em 2004, o Nordeste abrigava mais da metade das famílias que recebiam o Bolsa Família (ALMEIDA; ARAÚJO, 2014/ IBGE 2012). Até 2009, o Nordeste evoluiu na diminuição da desigualdade mais do que as demais regiões do país. De 2003 - 2014 foram criados 16 milhões de empregos com carteira assinada, de sorte que o Nordeste passou de 800 mil pessoas com emprego formal em 2003 para 1 milhão e 700 mil empregos formais em 2010 (Cadastro Geral de Empregos e Desempregados).

É verdade que esses empregos formais não ultrapassaram dois salários-mínimos, mas se considerarmos as históricas assimetrias regionais no país, para famílias inteiras que eram obrigadas a trabalharem em troca de um prato de comida, isso foi extraordinário. Esse valor somado à política de valorização do salário-mínimo do período rompeu com o cruel e perverso destino manifesto de gerações de Severinas e Severinos que foram obrigados a ir para o centro-sul para sobreviver. À essa população foi dado o direito de nascer, crescer e viver em sua terra e com sua família, pois ninguém com alternativa escolhe deixar sua família para ser super explorado e às vezes humilhado na locomotiva do país. Politização maior não há, senhoras e senhores, sobretudo depois da construção de 1, 24 milhões de cisternas, 18 novas

Universidades Federais e 422 Escolas Técnicas só no Nordeste (MEC/2015)

Sobretudo quando se considera que quase 40% das contratações da Faixa 1 do programa "Minha Casa, Minha Vida" se concentravam no Nordeste, região de maior déficit habitacional até 2006. Até o início de 2015, foram construídas 1.730.006 casas em todo país. Dessas, 700 mil casas no Nordeste (PNAD, 2017). É preciso destacar que as mulheres foram protagonistas nos programas de transferência de renda com contrapartidas, de maneira que já em 2010, elas são a maioria das pessoas de referência das famílias monoparentais ou não no Nordeste (PNAD, 2012). No primeiro mandato do governo Lula, a participação do Nordeste no PIB nacional foi de 12,8%. Em 2010, esse número pulou para 13,5%, obtendo um crescimento relativo a 4,6% ao ano - acima da média nacional de 4% (Araújo, 2014). Esses números sugerem muita coisa. A mais importante delas é que enquanto a classe dominante do Nordeste aproveitava o forte investimento estatal e os dólares chineses para investir nas indústrias da região, boa parte da classe dominante do centro-sul, especialmente da locomotiva da nação que marchava acelerada para a insensatez, usou o dinheiro das desonerações para fortalecer o parque industrial nacional e aumentar o número de empregos formais, aplicou no rentismo.

A partir dos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Pessanha (2019) demonstra a evolução

do patrimônio líquido dos fundos financeiros no Brasil em R\$ trilhão, concentrados no Centro-sul: em 2008, ano da crise financeira global, o montante foi de 1,125; em 2011 foi de 1,941; em 2013 foi de 2,469; no ano do golpe de 2016 foi de 3,489. No ano passado, 2019, foi de 5,018. Patrimônio líquido acumulado em TRILHÕES, senhoras e senhores. Esses dados escancaram a insensatez: com a crise global do capitalismo em 2008, houve um racha na classe dominante brasileira, pois a partir de 2013 a classe dominante do Centro-sul aproveitou-se da crise política e dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia para apoiar um projeto de país que afastou a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de aprofundar as assimetrias regionais e reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando -a mais vulnerável às oscilações internacionais. Do ponto de vista de sua vocação histórica: um golpe intraclasses dentro do golpe que está longe de ter terminado em 2016.

O que será da esquerda brasileira?

Agora em 2020, sob o estado policial comandado por Jair Messias Bolsonaro e viabilizado pelas reformas ultraliberais do Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, o alvo da artilharia bolsonarista é, pelas razões acima, a total desmobilização política e econômica do cinturão progressista no Nordeste. Com o objetivo claro de ampliar seus colégios eleitorais nas eleições municipais de 2020 e consagrar nacionalmente o projeto político de extrema-direita em 2022, cujo epicentro

é Rio de Janeiro e São Paulo, o bolsonarismo não tem encontrado resistência e oposição necessárias no governo do estado da Bahia. Ao contrário. Além de pintar com verniz vermelho algumas políticas bolsonaristas, contando com o silêncio de alguns dirigentes da executiva nacional do PT e com a defesa histriônica do indefensável por um grupo de assessores comissionados do estado, a colaboração de Rui Costa ao bolsonarismo por duplicidade está apagando o legado dos governos petistas no Nordeste e poderá comprometer o principal feito do seu governo: o Consórcio do Nordeste, organismo de oposição, resistência e autonomia da região, mas que pode ter a vida precocemente abreviada justamente pela ausência de polarização de projetos políticos aos olhos da população que tem votado no PT desde 2006, quando o perfil do eleitorado do partido mudou de classe e de região.

Se é pra votar em projeto parecido por que votar em um governo de esquerda que acaricia o lobo feito um gato de estimação ao militarizar a política do estado e da prefeitura com a candidatura de ocasião de uma policial que tem um trabalho respeitável, mas não tem força política dentro da corporação e nem fora dela com os movimentos sociais para construir alternativas ao genocídio da população negra e às desigualdades do racismo institucional que acabam configurando um verdadeiro apartheid da maioria da população negra na cidade e no estado? Como milhões de militantes, sou petista filiada, voto no PT desde 1989, defendo o legado dos governos petistas,

sobretudo aqui no Nordeste - região cuja história eu pesquiso há quase duas décadas e na qual moro há seis anos. Quero muito construir com a população da cidade a campanha da candidatura petista para a prefeitura de Salvador escolhida nas prévias do partido por meio do voto da militância depois dos debates com xs candidatxs. Quero mais ainda defender o governo do estado da Bahia e ajudar a propagandear seus feitos findos, sobretudo o Consórcio do Nordeste.

Mas para a militância defender o partido na Bahia e organizar a resistência ao bolsonarismo nas ruas é preciso realinhar as órbitas da política do partido no cinturão progressista, sobretudo no estado da Bahia, e polarizar nossos projetos de cidade, de estado e de país. Demarcar e consolidar a nossa diferença em relação ao bolsonarismo e a tudo eles têm destruído nesse país desde o golpe de 2016 é a nossa única saída. Porque a pasteurização de governos de forças políticas opostas e irreconciliáveis não derrota o fascismo, mas o fortalece porque é sim a morte da esquerda brasileira. E com tiro de canhão no pé esquerdo.

26. A BAHIA E O DIREITISMO COMO DOENÇA ADULTA DO COLABORACIONISMO DE CENTRO-ESQUERDA²⁶

O presidente Jair Messias Bolsonaro foi duramente criticado no editorial desta quarta (19) da Folha de S. Paulo em razão de seus ataques misóginos e abusos de poder contra uma jornalista do mesmo jornal. Nas minhas redes sociais, vários colegas concordaram com os termos da crítica do editorial, mas lembraram do colaboracionismo do jornal na eleição do bolsonarismo, da adesão em bloco do jornal às políticas neoliberais de desmonte do Estado do pauloquedismo e do silêncio quando a ex-presidenta Dilma Rousseff foi vaiada e xingada em um estádio durante a abertura da Copa, transmitida para boa parte do mundo. Vários colegas daqui da Bahia também criticaram a perseguição da família Bolsonaro à jornalista, mas ficaram mais uma vez em silêncio sobre uma das maiores arbitrariedades do governador Rui Costa. Explico: em 08 de janeiro de 2020, a Defensoria Pública do Estado ajuizou ação civil em caráter de urgência para barrar a apresentação de exames ginecológicos das candidatas que tinham sido aprovadas no concurso público de formação de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

A urgência da ação ocorreu porque apesar de haver um acúmulo teórico sobre a impertinência dessa exigência em concursos públicos e de vários órgãos públicos de outros estados da federação terem abolido o exame ginecológico, altamente invasivo às mulheres, o governo do estado da Bahia desconsiderou essas informações e indicações, e naquela altura estava convocando as mulheres aprovadas no concurso para a apresentação dos referidos exames. Nessa semana, uma desembargadora da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador suspendeu a realização do concurso para PM, Corpo de Bombeiros e Agentes da Saúde da PM, argumentando que as exigências dos concursos públicos do estado da Bahia violam os princípios constitucionais "da dignidade da pessoa humana, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e igualdade de gênero, já que existe a exigência de exames invasivos para as mulheres, o que não acontece com os concursados homens".

Qualquer governante de centro-esquerda, ou só de centro mesmo, preocupado em não fortalecer o fascismo do bolsonarismo teria entendido que a Defensoria Pública do Estado da Bahia cumpriu com seu dever ao defender os interesses da população, de sorte que esse governante teria acatado a decisão da desembargadora e refeito o edital dos concursos, garantindo os princípios constitucionais exigido pela Lei Editalícia e sem transformar esse episódio em mais um fato político que arranharia

26. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 13 de fevereiro de 2020.

mais ainda sua atuação pública no governo do estado. Mas o governador da Bahia, Rui Costa, parece que anda deslumbrado com o alto índice de aprovação do seu governo em 2019, de maneira que na correria usual não tem sobrado tempo para ele se preocupar com o mérito e o método de suas atitudes políticas em público, muito menos com a escalada crescente do fascismo bolsonarista. Na segunda-feira à noite, durante seu programa "papo correria", o governador Rui Costa depois de afirmar que não conseguia entender os propósitos de "duas defensoras públicas" (trata-se de uma mulher e um homem), divulgou os nomes da dupla de defensores públicos que ajuizaram a ação civil e incitou a população a constrangê-los: "procurem pelo endereço de e-mail e telefone, dá uma ligada pra Defensoria, pra ver se convence os defensores pra retirar a ação posta junto à Justiça (sic)".

Nessa conjuntura de desespero, miséria e desemprego crescentes em razão das políticas bolsonaristas e das reformas pauloquedistas, imaginem o que pode vir a acontecer quando um governador incita publicamente a população a tomar satisfação e pressionar a dupla de Defensores Públicos do Estado da Bahia pela retirada da ação ajuizada por contrariar os interesses do governador do estado e não da população, cuja maioria é mulher. Quantas vezes Jair Messias Bolsonaro incitou sua malta de apoiadores a constranger publicamente uma mulher que o contrariou na política? Esse tipo de prática é usual em governadores de um partido de centro-es-

querda? Não, senhoras e senhores, não é. Trata-se de uma misoginia irresponsável e do tipo que a esquerda denunciou no carlismo contra a então prefeita de Salvador, Lídice da Mata. O tipo de misoginia que a esquerda acertadamente denuncia no bolsonarismo, mas que o adesismo dos apoiadores do governador da Bahia, incluindo algumas mulheres, têm silenciado reiteradamente porque "não é tempo" de criticá-lo. E quando é?

Oxalá não aconteça nada com a dupla de Defensores Públicos do Estado e nem com quem se vê obrigada a criticar publicamente o governador do estado da Bahia do seu próprio partido para evitar o desarmamento ideológico da militância e, conseqüentemente, do Partido dos Trabalhadores por meio de um conjunto de erros crassos de Rui Costa que tanto tem fortalecido o bolsonarismo e constrangido o petismo. Quando Vladimir Safatle escreveu que a esquerda morreu como metáfora hegeliana, muita gente fingiu que não entendeu o argumento da crítica: justamente o conjunto de atitudes autoritárias e algumas políticas adotadas equivocadamente pelo governo do estado da Bahia hegemônicas pelo neoliberalismo, que tem comprometido o projeto político de oposição ao bolsonarismo do PT nacionalmente.

Porque fazer oposição não é se alinhar ao bolsonarismo e colaborar com ele, mas tensioná-lo diariamente em todas as suas esferas. Até porque o colaboracionismo com profissionais do ramo fascista tem um preço altíssimo: em uma única nota à imprensa, Bolsonaro conse-

guiu jogar a acusação de execução sumária da principal testemunha no esquema de corrupção das "rachadinhas", que comprometeria sua família no governo, no colo da PM da Bahia, de Rui Costa e do PT Nacional - como Lula o havia advertido -, obrigando o governador da Bahia a afirmar publicamente que não sabia da operação. Reinaldo Azevedo escreveu em sua coluna no site UOL que de duas, uma: ou o governador da Bahia não controla a polícia do estado, ou o setor de relações públicas do seu governo está batendo cabeça.

Ou as duas. E criticar esses erros de Rui Costa publicamente não é "esquerdismo infantil", o diagnóstico leninista para designar desvio ideológico à esquerda, como tenho sido acusada por alguns decanos queridos, outros nem tanto, do PT. Como historiadora que sou, confesso que adoro argumentos dados, sobretudo quando a própria história se encarrega de subvertê-los, esse verbo tão bonito, quando não se aprende com ela. Porque o ato de criticar é ação derivada da racionalização que se sobrepõe ao adesismo, é o dever político de qualquer militante que tem em seu horizonte de expectativa o fortalecimento do maior partido de centro-esquerda, o PT, como oposição ao bolsonarismo por meio de projetos políticos polarizados.

Se as mulheres não são PRIORIDADE no governo de Rui Costa - como também não o são no bolsonarismo -, uma vez que o governador da Bahia também fechou o VIVER, espaço público de acolhimento e apoio às mulheres víti-

mas de violência sexual em Periperi, subúrbio de Salvador, por que as mulheres devem apoiar esse projeto político? Se as mulheres não são PRIORIDADE em um projeto político de centro-esquerda e ao criticarem o machismo e a misoginia do governador da Bahia são ridicularizadas, por que devemos apoiar a escolha monocrática de uma mulher para a prefeitura de Salvador com um trabalho respeitável, mas sem autonomia política por que foi escolhida à revelia da militância e das mulheres da cidade das mulheres?

Como dialogar e convencer a militância sobre empoderamento feminino durante uma possível candidatura da Major Denice à prefeitura de Salvador, se o governador Rui Costa não respeita o trabalho de uma Defensora Pública que agiu acertadamente e a expõe publicamente de maneira absolutamente condenável, mesmo com todas as críticas que tenho sobre a atuação pouco ortodoxa de alguns membros do judiciário da operação Lava-Jato, publicadas no livro "Relações Obscenas", em 2019?

Se as mulheres não são PRIORIDADE no governo de Rui Costa, isso me obriga, por uma questão de sobrevivência e vivência, a ser resistência e oposição. A própria existência das mulheres há é resistência e oposição. E depois do Golpe de 2016, não há mais esquerda possível sem colocar como prioridade de um projeto político o fim do feminicídio e do genocídio da população negra e da população indígena. E tratando os problemas de segurança pública com mais violência e encarceramento. Não iremos

muito longe, senhoras e senhores, sem essas pautas democráticas porque um ciclo está se encerrando para a chegada de outro em 2020.

E precisamos coletivamente fortalecer o PT para estar à altura dos desafios enormes que teremos em 2020. Porque em verdade vos digo, se Lênin estivesse vivo e morando em Salvador hoje - a capital mais negra e com índices alarmantes de feminicídio e genocídio -, ele jamais consideraria isso como "esquerdismo infantil". Ao contrário. Inspirado nas atitudes políticas de Rui Costa, Lênin teria escrito outro livro, "Direitismo: a doença adulta do colaboracionismo de centro-esquerda", pra designar o desvio ideológico à direita que tanto tem fortalecido o bolsonarismo.

27. O BOLSONARISMO NÃO PRECISA DOS MILITARES, POIS JÁ TEM SEU EXÉRCITO PARTICULAR²⁷

Engana -se um tanto quem está apostando que Bolsonaro está acuado e em processo de isolamento acelerado e por isso passou a terça-feira de carnaval disparando vídeos para mobilizar sua base para uma manifestação contra o congresso e o STF, em 15 de março. Engana -se mais ainda quem está apostando que Bolsonaro recuou com a con-

vocação da manifestação porque dois milicos, inspirados na Carolina Ferraz, pediram pra ele tirar suas fotos do cartaz da tal manifestação. Na quarta-feira de cinzas, Bolsonaro postou uma foto rindo alto, literalmente.

Sabe por quê? Bolsonaro não precisa do exército pra nada e nem precisa dar mais um golpe porque ele já tem seu exército particular e altamente fiel à sua família: as milícias nos estados - que contam com o silêncio do ministro da Justiça, também super controlado por ele, Bolsonaro. Por isso, o golpe já está rolando e em velocidade acelerada: a milícia está na presidência, nos estados com as PMs e, agora, concorrerão em peso nas eleições municipais e em algumas cidades com apoio de governos de centro-esquerda como aqui na Bahia para a prefeitura de Salvador.

Como poderemos reverter essa situação se o exército quando entra na parada a pedidos é para dar apoio às milícias? Tirando o chefe deles do poder e alterando a pasta da Justiça, oras. Nosso buraco é tão profundo que, nesse momento, veja só Vera Magalhães, a escolha é entre o exército e as milícias. O Impeachment, senhoras e senhores, já é um fato político até o momento articulado pela grande imprensa (as capas das maiores revistas semanais nesse final de semana) e que pode vir a ser uma realidade com a pressão política junto ao congresso da Frente Ampla pela Democracia que se formou involuntária

27. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 27 de fevereiro de 2020.

e rapidamente após a circulação dos vídeos do Bolsonaro.

Rodrigo Maia só está esperando alguém dar o primeiro passo pra ele abrir os trabalhos. Se a esquerda de 1964 acha que o problema é o exército, sugiro rever o vídeo com as cenas no Ceará, e durante esse carnaval: a atuação da PM nos estados. Estamos em guerra e o exército está longe de ser uma das forças desse conflito. Por isso, o #8M será imenso e pelo #EleNão e #ForaBolsonaro

28. DIRIGENTES PETISTAS DIZEM NÃO AO “FORA, BOLSONARO” E TERCEIRIZAM PARA O “CENTRÃO” A MAIOR TAREFA HISTÓRICA DO PT²⁸

Os dirigentes do PT envelheceram, é o que anuncia o Secretário de Comunicação do PT e pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, Jilmar Tatto, na Folha de São Paulo, nessa manhã de Sexta-Feira Santa, ao afirmar que "o PT definiu que não é o momento de aderir ao Fora, Bolsonaro", pois "o foco do partido continua na pandemia do coronavírus, com defesa do isolamento e cobranças para o governo federal aja na proteção dos mais vulneráveis". Os dirigentes do PT envelheceram justamente no momento em que o Partido comemora ape-

nas 40 anos de história, pois demonstram publicamente que não entenderam a extensão mortífera para os trabalhadores do mundo inteiro, precarizados ou não, da maior crise mundial depois de a "grande guerra do século XX", que é a pandemia do coronavírus. E se entenderam, o que é pior: serão coniventes com ela no Brasil.

Os dirigentes do PT envelheceram no mesmo dia em que as Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular passaram a pedir a saída do presidente Jair Messias Bolsonaro, pois entenderam que não há como enfrentar o coronavírus sem derrotar Bolsonaro. Isto é: movimentos sociais, sindicatos e entidades não concordam e desautorizam os dirigentes do partido dos trabalhadores, maior partido de esquerda da América Latina, porque seus dirigentes veem contradição onde não há. Os dirigentes do PT envelheceram ao afirmarem que o Partido "tem o sentimento de apoiar manifestações do campo popular, se solidariza, entende por que as pessoas fazem panelaços", mas, porém, contudo, entretanto e não obstante deslegitimam a força desse movimento crescente, espontâneo e sua natureza disruptiva ao afirmarem que "o povo não está na rua, porque não pode. O Congresso não está se reunindo" - apesar de esse mesmo Congresso ter aprovado a renda universal para os mais vulneráveis da população brasileira.

Os dirigentes do PT envelheceram ao não reconhecerem o papel político

28. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 10 de abril de 2020.

das redes sociais no mundo inteiro e afirmarem que não há condicionantes para um impeachment neste momento: "um crime de responsabilidade caracterizado por juristas, vontade e mobilização popular ...", fingindo desconhecer por cansaço político uma denúncia contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional, em Haia (Holanda) por crimes de lesa-humanidade, sobretudo por pedir que a população brasileira morra ao sair do isolamento social e voltar ao trabalho. Os dirigentes do PT envelheceram ao anunciarem publicamente que estão renunciando do exercício da política e não irão construir a maioria do Congresso Nacional em um momento em que 17% dos eleitores de Jair Messias Bolsonaro estão arrependidos do voto em razão de milhares de pessoas que irão morrer por falta de políticas públicas para conter a pandemia do coronavírus - populicídio nos termos do editorial do Libération para designar o Estado genocida e suicida de Jair Messias Bolsonaro e que esses dirigentes do PT serão cúmplices históricos a partir de hoje.

Os dirigentes do PT envelheceram ao afirmarem que irão cobrar que o governo implemente as propostas do Congresso, desconsiderando que Bolsonaro tem combatido publicamente o ministro da saúde do próprio governo em razão de seu negacionismo ortodoxo que coloca milhares de pessoas em risco de morte. Para tentar evitar essa tragédia sem paralelo, Bolsonaro precisou ser contido pela instauração de uma "presidência operacional" que, ao fim e ao cabo, é a tutela militar comandada

pelo Gal. Braga Netto - que os dirigentes petistas usaram como desculpa para aderirem ao impeachment e que agora silenciam.

Os dirigentes do PT envelheceram, estão cansados e em descompasso histórico com a conjuntura e com o próprio Presidente de Honra do PT que, em 1 de abril do corrente, afirmou para o mesmo jornal: "Ou esse cidadão (Jair Messias Bolsonaro) renúncia ou se faz o impeachment dele com base nos crimes de responsabilidade que ele já cometeu". Lula sabe como poucos que a decisão de não aderir ao "Fora, Bolsonaro" é a terceirização do exercício político de oposição para o chamado centrão - como tem ocorrido na chamada "revolta dos governadores", incluindo o governo do estado da Bahia que tem protagonizado esse movimento. Os dirigentes do PT envelheceram, estão cansados e fazendo quarentena política enquanto a maioria da militância do PT tem construído a maioria para aprovar a Renda Universal durante o isolamento social e o impeachment do presidente genocida na presidência. Porque a soberania popular, ainda que à revelia dos dirigentes cansados do partido, é a única vacina para combatermos o vírus e o verme. Que tenhamos a força necessária para a maior luta de nossas vidas.

29. O DESASTRE DO PROCESSO DE ESCOLHA DA CANDIDATURA DO PT À PREFEITURA DE SALVADOR²⁹

O processo de escolha da candidatura petista à prefeitura de Salvador terminou ontem, último domingo de abril, em plena pandemia do coronavírus, durante um encontro internético restrito aos dirigentes petistas dos diretórios municipal e estadual e presidentes das zonais, que não foram eleitos com esse objetivo no último PED. Com 32 votos para a Major Denice Santiago e à revelia dos 13 corajosos membros do diretório que votaram na Socióloga Vilma Reis e no ex Ministro da Cultura Juca Ferreira, o diretório municipal do PT de Salvador decidiu pelo projeto de militarizar a política do município, um dos mais violentos do país em termos de genocídio da população negra, com boa parte das denúncias recaindo justamente sobre a PM, corporação da candidata escolhida.

Esse processo todo foi desde o início muito violento, autoritário e até perverso. Violento porque acreditávamos que o silêncio da candidata escolhida durante a quarentena, com o índice de violência nas comunidades aumentando exponencialmente, era porque ela estava preparando um plano de gover-

no para a cidade e se preparando para debatê-lo com a militância e os demais pré-candidatos. Infelizmente, a major Denice Santiago perdeu a chance de mostrar para a militância as razões pelas quais ela é a candidata dos mandatários do partido. Mas ela não se preparou o debate, não apresentou nenhuma proposta concreta para a cidade e não apareceu ao debate das pré-candidaturas, alegando que tinha um compromisso naquela mesma hora. A candidata tinha tanta certeza que seria a escolhida que nem se deu ao trabalho de se preparar e achou tranquilo desrespeitar os colegas pré-candidatos e petistas decanos do partido que ela se filiou há um mês.

Autoritário porque os dirigentes do partido, essa heteronormatividade branca e anacrônica que comanda os diretórios municipal e estadual do PT/BA precisou usar todo tipo de dispositivo para silenciar a pré-candidatura de Vilma Reis que saiu do movimento de mulheres e da turma "eu quero ela" da bancada do feijão absolutamente articulada com os movimentos sociais e foi crescendo e se desenvolvendo e se legitimou como candidata politicamente na cidade, no estado e no país. Vilma Reis obteve apoio de artistas, intelectuais e políticos decanos do PT no país inteiro. Razão pela qual os dirigentes do partido precisaram forjar uma candidatura que eles pudessem controlar e que fosse à imagem e semelhança de Vilma Reis: mulher, negra, feminista. E no sétimo dia encontraram na major todas as carac-

29. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 27 de abril de 2020.

terísticas necessárias para continuarem controlando o partido e a candidatura dela. Violência maior não há, já escrevi em outra ocasião.

O fato é que a força da candidatura de Vilma Reis é tal e abalou de tal sorte as estruturas do PT da Bahia que logo após o anúncio da vitória de Pirro da Major Denice a coordenação de sua pré-candidatura PLAGIOU o slogan da campanha de Vilma Reis: #AgoraÉEla na tentativa de forjar uma proximidade que não existe ao se apropriar indevidamente do capital político (e simbólico) de Vilma Reis para tentar transferir apoios e votos para a major sob a falácia da "unidade" - a prima pobre da "governabilidade", lembram? Como bisneta de italianos da região da Calábria me lembrei de um ditado que minha avó sempre repetia: quem não sabe aproveitar uma vitória, não merece ganhar. O que vale afirmar que além do autoritarismo de um processo cheio de manobras que resultou na vitória de uma candidata sem legitimidade social e política, a corrente majoritária do PT/BA resolveu terminar o dia provocando a militância.

Cálculo político é pra quem sabe fazer! Escrevo isso porque se é verdade que a Major Denice foi escolhida pelos dirigentes do PT/BA à revelia da militância, também é verdade que a Major só conseguirá ir para o segundo turno com o engajamento dessa mesma militância apartada do processo. Nada indica que isso irá acontecer. Por isso, e agora, o

que devemos fazer como militantes? Será possível construir a unidade com quem provoca o grupo que perdeu? Será possível construir a unidade em torno de um projeto que não foi escolhido por meio de um processo democrático e pela maioria do partido? Será possível construir um projeto em torno de uma candidata sem legitimidade política e que vai agir conforme os projetos dos dirigentes do partido? Por fim: será possível construir a unidade em torno de um projeto que irá militarizar a política de um partido de esquerda e que irá penalizar mais ainda a população negra, pobre e vulnerável do município?

Pois em verdade vos digo, companheiros e companheiras, quem obteve uma vitória de Pirro com essa candidatura precisa construir a unidade ao passo que nós que lutamos pelas pré-candidaturas de Vilma Reis e Juca Ferreira podemos nos juntar, somar esforços, fortalecer nossas candidaturas para a vereança e disputar o PT, esse partido que foi e tem sido construído por todes nós. E o nome disso é resistência, eles sabem. À luta por um PT radicalmente democrático.

30. TODOS JUNTOS, PORÉM DIFERENTES³⁰

Nos últimos dois dias, o assunto mais comentado na esquerda brasileira foi o pronunciamento do ex-presidente Lula em uma reunião do Diretório Nacional do PT sobre a necessidade de cautela em relação aos conteúdos dos manifestos pela democracia e o passado recente de seus signatários - alguns protagonistas do Golpe de 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro por meio de *fake news*. Esse pronunciamento fez muita gente se questionar sobre a possibilidade de as lideranças do PT cometerem outro erro histórico como ocorreu quando o partido dos trabalhadores não assinou a CF/1988 porque considerou a Constituição Cidadã o resultado de um pacto pelo alto no processo de transição da ditadura militar para a democracia.

O erro se revelou quando uma década depois alguns políticos do alto estavam na base de sustentação dos governos petistas - José Sarney, Paulo Maluf e Delfim Neto são as figuras mais emblemáticas desse processo. Por isso, muita gente tem se questionado qual é a dificuldade de uma liderança de esquerda assinar o manifesto #TodosJuntos pela democracia, pela vida e em memória de quase 32 mil pessoas mortas pelo descalço do atual governo de Jair Bolsonaro? Qual é a dificuldade de, após a assina-

tura, essa mesma liderança de esquerda convocar uma coletiva de imprensa para denunciar o Golpe de 2016 com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o impacto das fake news nas eleições de 2018 e a inconsequência política com o antipetismo militante de boa parte da imprensa e de alguns que hoje assinam o referido manifesto que nem toca no nome de Jair Bolsonaro?

Qual é a dificuldade de estar virtual ou pessoalmente em um evento público em defesa da Democracia e por Direitos com pessoas que apoiaram explicitamente o impeachment e depois o bolsonarismo com suas reformas e questioná-los publicamente sobre os direitos tirados da classe trabalhadora? Por que não os indagar sobre a Reforma da Previdência e o desmonte do Estado pela política pauloguedista? Por que não criar um fato político com o arrependimento e a inconsequência dessa turma e mostrar a importância do voto em uma eleição? Sem ingenuidade e sem cinismo: as pessoas não podem se arrepender? Quem votou no bolsonarismo genocida nunca mais vai poder votar na esquerda, muito menos no PT? O critério purista de não se juntar com golpistas arrependidos também será extensivo para as coligações estaduais e municipais? Liberais eram bem-vindos nos governos petistas, mas agora com mais de mil mortes por dia não são mais? As rimas são infames, eu sei, mas não é o momento de pedir cautela para assinar um manifesto porque não se fala em classe trabalhadora:

30. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 04 de junho de 2020.

pois vamos disputar a esfera pública e gritar pela e para a classe trabalhadora, oras.

De que cautela estamos falando quando a própria classe trabalhadora correu risco de morte e foi às ruas de várias capitais do país para lutar pela democracia e contra o fascismo? De que classe trabalhadora estamos falando quando os dados subnotificados do Ministério da Saúde revelam que a quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou. Em duas semanas, de 11 a 26 de abril, mortes de pacientes negros foram de pouco mais de 180 para mais de 930. No mesmo período, mortes de pacientes brancos foram triplicadas. De acordo com a Agência Pública, a explosão de casos de negros que são hospitalizados ou morrem por Covid-19 tem escancarado as desigualdades raciais no Brasil: entre negros, há uma morte a cada três hospitalizados por SRAG causada pelo coronavírus; já entre brancos, há uma morte a cada 4,4 hospitalizações. Ou seja: é a classe trabalhadora que está morrendo aos milhares. Não é por outra razão que nesse momento a esquerda brasileira, com compromisso histórico e ético pela vida e pela diminuição das desigualdades, deve deixar de lado qualquer diferença e ficar ombro a ombro com todos e todas que lutam pela democracia e pelo #ForaBolsonaro

É pela morte cruel e desassistida da classe trabalhadora nessa pandemia

que se espera que o ex-presidente Lula não fique apenas nas lives diárias como o Felipe Neto e ocupe seu histórico lugar como a única liderança política mundial capaz de articular uma aliança interna e externa contra o fascismo e o genocídio de pobres e negros pelo descaso de Jair Bolsonaro, e lutar em defesa da classe trabalhadora, por mais direitos, por um Estado forte capaz de dinamizar a economia e amparar os desvalidos nessa pandemia e, principalmente, pela retomada da normalidade democrática no país para a disputa de projetos de nação. Deixemos a cautela para dias piores. Nessa pandemia, precisamos de coragem à altura do desafio e #TodosJuntos para evitar a tragédia prevista pela OMS para o mês de julho no Brasil: serão milhões de pessoas infectadas e quase dez vezes o número de óbitos.

31. POLARIZAR E COMPREENDER A CENTRALIDADE DO NEGACIONISMO, DUAS ARMAS PARA DERROTAR O BOLSONARISMO³¹

Não é de hoje que muitos analistas apontam que a esquerda nacional ainda está atabalhoada com o resultado da **eleição de 2018**. Enquanto isso, mesmo com baixas e muitas polêmicas, o governo de Jair Bolsonaro segue demons-

31. Entrevista originalmente publicada no site “Instituto Humanitas da Unisinos” em 31 de agosto de 2020.

trando sua resiliência e poder de reação. Dado que é confirmado em pesquisas que revelam aumento da **aprovação no Nordeste**, tido como um dos redutos petistas – na primeira quinzena de agosto, o **DataFolha apontou** queda na rejeição a Bolsonaro de 52% para 35%. Para a historiadora Patrícia Valim, é muito reducionismo explicar essa adesão dos nordestinos apenas considerando a concessão do auxílio emergencial durante a pandemia. “Existem várias coisas, há um desconhecimento profundo do **Brasil**. E já era possível que estivéssemos em outro lugar se tivéssemos estendido um olhar para a História pública amplamente divulgada”, aponta.

Além de problematizar a **adesão a Bolsonaro no Nordeste** e a falta de sensibilidade de compreender o local, na entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line, Patrícia** desenvolve duas teses centrais. A primeira é que, ao contrário do que se tem dito, a esquerda precisa apostar na **polarização** para enfrentar o **bolsonarismo**. “A nossa saída é a polarização, porque senão se estabelecem relações de equivalência e daí o novo sempre ganha. E o novo com **auxílio emergencial** vai ganhar mais ainda. Esse cenário que você traz, a gente explica por isso, essa é a porta de entrada”, observa. “Somos diferentes e a população precisa entender qual é a diferença, precisamos explicar à população quem somos, o que defendemos. Não estou falando que somos melhores ou piores, mas somos diferentes e a população precisa entender, ter opção”, detalha.

E além de **polarizar**, a professora defende que se compreenda o que está no centro das lógicas da **extrema direita** e, em especial, do **bolsonarismo**. “Nosso argumento é de que é o negacionismo”, aposta. Segundo ela, o negacionismo “não é apenas o ato de negar, mas é o ato de negar em várias etapas e, ao mesmo tempo, você nega e constrói todo um universo histórico, um universo simbólico. Quando se nega uma coisa, tem que colocar outra no lugar”. Como diz **Patrícia**, quem nega não nega necessariamente como estratégia política, nega numa conversa de família, de amigos e isso vai em fluxo até se conectar com o espectro político. “O negacionismo não é algo vocacionalmente da extrema direita. Se tem o negacionismo em fases e se tem tipos”, reitera.

Por fim, como militante e partidária de esquerda, **Patrícia** não se furta da crítica ao PT em todo esse processo, pois acredita que a mesma construção histórica que vai simplificar e estigmatizar a vida no **Nordeste**, vai contaminar a política atual. Assim, se gere o **Brasil** desde **Rio de Janeiro** e **São Paulo** sem levar em conta as complexidades regionais. “**A esquerda do Centro-Sul** é dirigida hoje, desde que ela foi golpeada, pelos que chamo de ‘os retornados’. São pessoas que voltam para suas localidades e estão muito preocupadas em garantir algum espaço dentro da burocracia partidária” e, logo, perdem o que se denomina como conexão com a rua ou com as realidades locais.

IHU On-Line – Auxílio emergencial e incursões pelo Nordeste brasileiro estão no horizonte do presidente Jair Bolsonaro. Vemos aí alguma aproximação com as estratégias lulistas?

Patrícia Valim – Penso que setores da **base de Bolsonaro**, ou pelo menos os mais próximos dele, já acenavam que ele não conseguiria governar com alguma tranquilidade, no sentido de tocar sem muita tensão suas políticas, se não houvesse algum tipo de incursão no **Nordeste**. Historicamente, vê-se que o Nordeste tem um peso significativo nas eleições e essa região se torna importante no contexto geral do resultado da eleição presidencial. Bolsonaro considera entre as questões mais importantes o projeto de nacionalizar um **estado “milicialesco”** como foi testado no **Rio de Janeiro**. E o Nordeste é uma região central até hoje, porque acabou conformando aquilo que chamo de cinturão progressista na eleição de 2018.

Se pegarmos a soma total dos votos, veremos que Jair Bolsonaro não obteve 18% na região. Para ele nacionalizar um **estado de milícia**, um estado no qual se tem toda diretriz voltada para o armamento e uma lógica militar, ele hoje precisa entrar no **Nordeste**. E com essa pandemia, e também com essa aproximação ao Centrão, **Bolsonaro** entendeu que o **Nordeste** é fundamental nesse projeto de poder. É um projeto que me parece, inclusive, dinástico, pois não tem a intenção de articular esse projeto com outros grupos. Ele está usando o **Centrão** para se manter no poder e não

cair em razão do número de pedidos de impeachment. Essa estratégia adotada não é só **lulista**, mas é uma estratégia historicamente construída e que foi um dos grandes carros-chefes do lulismo. Mas ela não começa e não se esgota no

IHU On-Line – Segundo os últimos dados da pesquisa realizada pelo DataFolha, Bolsonaro aumenta sua aprovação no Nordeste. Mas a senhora aponta equívocos na análise desses dados. Um deles é a nacionalização de um processo que ocorre no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Em que consiste esse processo e quais os riscos de se olhar o Brasil como se fosse Rio e São Paulo?

Patrícia Valim – Sou historiadora e professora da **Universidade Federal da Bahia**, meu mestrado e doutorado é sobre um evento que trata de um crime de lesa-majestade conhecido na historiografia como **Conjuração Baiana**. Então, pensar a região é uma das minhas principais preocupações como pesquisadora e professora e, inclusive, pensar a polissemia do conceito de região. A que me refiro quando falo de região? É uma questão importante para mim, para meus orientandos e também pelo fato de ser filiada ao **Partido dos Trabalhadores - PT**. Desde as últimas eleições venho fazendo um levantamento para o Partido e para as principais candidaturas sobre o comportamento do Nordeste. Sou paulista, mas moro em Salvador há cinco anos e me parece central perceber algumas questões. Uma delas é que, do ponto

de vista da **História**, aquela que é divulgada nos livros didáticos é feita, escrita, pensada e produzida no **Rio de Janeiro** e em **São Paulo**. Então, os conteúdos desses livros que são distribuídos pelo Estado brasileiro do **Oiapoque** ao **Chuí** foram pensados desde o **Centro-Sul**, só que tendem a ganhar uma dimensão nacional na escrita desses conteúdos por historiadores dessas regiões. Existem trabalhos mostrando isso, não é uma impressão minha.

E essa perspectiva se estende para a política, porque as sedes dos partidos de maior projeção nacional ficam no **Centro-Sul**. O PT, por exemplo, tem sua sede na Vila Mariana, em **São Paulo**, ainda que a sustentação do **Partido dos Trabalhadores** do ponto de vista nacional atualmente esteja longe do **Centro-Sul**; aliás, está justamente no **Nordeste**. Então, para o PT continuar sobrevivendo bem na cena política, é preciso ter o Nordeste muito combativo em relação ao **bolsonarismo**.

Do passado para o presente

Acontece que esse mesmo movimento que vemos na **História**, na escrita da História e na elaboração do livro didático – e isso mesmo durante os governos petistas, pois são cinco empresas transnacionais que fazem isso e todas estão em **São Paulo** e no **Rio de Janeiro** –, faz com que as inúmeras lutas, desde a chegada do primeiro português até as diversas lutas pela independência do **Brasil** sejam silenciadas e apagadas a

partir dessas assimetrias regionais. Isso tem uma implicação gravíssima na cena política historicamente.

Do ponto de vista da **direita**, de um projeto de país cuja riqueza é concentrada na mão de poucos, em um país com diferenças econômicas, sociais e culturais, o fato de ter uma região subdesenvolvida perto de outra mais desenvolvida faz com que essa região mais desenvolvida ganhe em cima do subdesenvolvimento da outra região. Se podemos falar de **colonização epistemológica** quando pensamos a escrita da História, também podemos falar de **colonização política**. Os próprios encontros nacionais dos partidos não levam isso em conta. Por exemplo, na **última convenção do PT**, durante vários encontros que ocorreram na região do **Nordeste**, eram pessoas do **Centro-Sul** que vinham falar aqui. Até um dia que fiz um post e publiquei num site questionando: ‘não tem nenhuma liderança política do PT no **Norte e Nordeste**? Nem homem e nem mulher? Só Centro-Sul faz política?’. O PT sai das **eleições de 2018** com quase 48 milhões de votos por quê? Ora, por quê? Poxa vida, isso é um desrespeito.

Equívoco

Então, mesmo no **campo da esquerda** se tem esse fenômeno que é uma coisa inacreditável. E isso tem um equívoco na origem de um entendimento de Brasil que é pensar que temos um **Estado brasileiro** surgido em 1930, com **Getúlio Vargas**. Na verdade, é um

Estado que surgiu quando já se tem quase quatro séculos de outros estados, de outro Brasil, com escravidão, com assimetrias, com latifúndio, vários arranjos de trabalho compulsório, várias unidades de produção, ritmos políticos distintos e histórias completamente distintas. Isso tudo faz com que, por exemplo, uma pesquisa nunca entenda o **Brasil** em sua diversidade regional.

O desafio do Brasil profundo

Isso faz com que as **políticas públicas**, historicamente elaboradas pelos governos que ocuparam as estruturas internas do Estado, não tenham o recorte regional; exceto o **PT**. E meu argumento é justamente esse, pois quando se tem a dimensão do Brasil profundo – e mostro esses dados num artigo – e mesmo assim há uma opção política de investir na região **Centro-Sul**, existe ali um problema forte. Tanto é que o centro de elaboração e disseminação médio de divulgação de propaganda é o Centro-Sul. Não por acaso, **Rio** e **São Paulo**.

Diferenças regionais

E sobre a pesquisa do DataFolha, em relação a **Bolsonaro**, quem analisa os resultados está olhando para **São Paulo**. É muito comum tomar o pobre da região Sudeste do mesmo modo que o pobre da região **Nordeste**. E não é. Aqui não se tem dente, ter dentição completa é raro; não tem água, um milhão de cisternas pode resolver o problema mais emergencial da falta de água, mas não universaliza. É outra coisa. Por isso é pre-

ciso olhar com cuidado, pensar com cuidado, caso contrário se faz um pastiche e a gente fica patinando porque não sai do lugar, porque não olha para esse **Brasil** com cuidado, com a calma que a História requer.

IHU On-Line – Por que se olha para esse Nordeste de forma tão homogênea e como romper com isso, olhando para os estados e suas particularidades?

Patrícia Valim – Temos essa **reinvenção do Nordeste** – para usar uma expressão do historiador *Durval Muniz*. É a invenção de um **Nordeste** que é atrasado, incivilizado, tacanho, servil e sempre submisso e subjugado ao **Centro-Sul**. Além disso, o **subdesenvolvimento do Nordeste** é uma decisão política. Não é algo natural, que ocorra em razão de intempéries da natureza, mas é um projeto, uma decisão política. E, assim, temos toda uma História que mostra as pessoas sendo levadas a sair de suas regiões para serem superexploradas no Centro-Sul em um subemprego.

Existe todo um **Estado liberal, neoliberal** que faz essa narrativa do **Nordeste**, sobretudo para destacar o desenvolvimento do Centro-Sul com a ideia cafona de locomotiva da nação. É uma coisa estapafúrdia, inacreditável. E esses modelos e ideias, essas invenções, são retomados de tempos em tempos. Se pegarmos as **manifestações da classe média** mobilizando o **verde-amarelismo**, mais uma vez na História, veremos que está mobilizando também a ideia de

locomotiva da nação. Isso implica perceber que quando se tem uma região como locomotiva da nação, a premissa seguinte é a de que a outra região está na praia, ou seja, uns trabalham para os outros estarem na praia. Eu canso de ouvir isso, quando a questão é outra, obviamente.

Que exista uma **direita liberal** que se beneficia dessas estruturas e dessa narrativa a gente entende, pois é ela quem constrói isso. Agora, quando a esquerda compra essa narrativa, como aconteceu agora no episódio com os dados da pesquisa sobre a aprovação de Bolsonaro no **Nordeste**, e que se justifica falando que as pessoas do Nordeste não têm acesso à informação e não estão acostumadas a refletir sobre isso, não dá para aceitar. O que é isso? A gente não explica a entrada do Nordeste por essa porta, isso é uma pegadinha, inclusive, que a direita nos coloca e que a gente acaba reproduzindo, mas não podemos fazer isso.

Barrando estereótipos

Essa ideia da **baianidade** é uma perversão para subexplorar a região. E assim se vem para cá, faz o que quer, sem cuidados. Enfim, há implicações diversas. O fato é: como podemos começar a barrar isso? Precisamos fazer uma discussão muito fraterna, primeiro, no campo histórico, pensar na **História do Brasil**, de **São Paulo**, do **Centro-Sul** e ver como se está longe de compreen-

der essas diferenças. Segundo, é olhar para essas regiões entendendo suas assimetrias como construções históricas e olhar para sua população, suas gentes, com agenciamentos próprios. Qualquer projeto de **retomada da democracia**, não da maneira como tínhamos antes, muito ruim, muito limitada e com muitas assimetrias, mas na construção de uma nova democracia radical, não ocorrerá se não fizermos um pacto para diminuir as desigualdades regionais. Isso se quisermos pensar o país na dimensão que a gente precisa. Ou então, pensarmos nas nossas diversidades respeitando essas diversidades. Eu penso que passa por aí.

Espaço de representação

Passa, também, por dentro dos **espaços de representação**. É não só ter homens e mulheres, mas também um cuidado com pessoas que possam se construir dentro dessas regiões. Porque elas estão ali construindo no dia a dia, estão construindo **política pública**, elas sabem do que estão falando também. É você olhar com cuidado e não ser tão arrogante no sentido de achar que o **Sudeste** explica tudo. Senão, vamos continuar perdendo todas, não tem como pensar um projeto, seja ele qual for, baseado no **Brasil** profundo historicamente sem levantar essas questões. Não se pode mais ter uma região em detrimento de outras.

IHU On-Line – E toda essa construção que se faz não passa por um profundo desconhecimento do Brasil?

Como compreender o fato de que, no Brasil colônia, as capitanias do Nordeste eram mais cobiçadas e com o tempo essa região passou a ser vista como mais empobrecida?

Patrícia Valim – Existem várias coisas, e você está certo, há um **desconhecimento profundo do Brasil**. E já era possível que estivéssemos em outro lugar se tivéssemos estendido um olhar para a História pública amplamente divulgada, que é a História largamente consumida por vários setores. É mostrar a diversidade deste país, a História das regiões. Isso é muito importante, pois o **Nordeste** não se resume a praia, tampouco a cana-de-açúcar para exportação do período colonial. Ele tinha – e ainda tem – tudo ao mesmo tempo.

Durante as manifestações de junho de 2013, eu fiz um levantamento das capas das revistas de circulação nacional e percebi que a **Bahia** apareceu umas quatro ou cinco vezes; foi capa da **Valor**, da **Exame** e da **Isto É**. As capas eram assim: *Bahia, a nova China do Brasil*. A quantidade de dinheiro, **de investimento chinês na Bahia** – e no **Nordeste** até hoje – é inacreditável. Superava, em muito, o investimento da China no **Sudeste**. A quantidade de alunos matriculados nas **universidades públicas no Nordeste** nesse período ultrapassou os matriculados no Sudeste. Isso tem uma implicação histórica e ainda estamos colhendo os frutos. Isso passa pela construção do cinturão progressista. Existem novos agentes, novas epistemologias,

novas maneiras de existir e resistir na esfera pública. Isso muda o país.

O **Nordeste** não está apartado, é o **Centro-Sul** que tem esse discurso. Não podemos cair nessa viagem. Conhecer a história dessas regiões, não só do Nordeste, mas de todas, significa conhecer a diversidade e respeitar o diverso. Mas, também, significa aquilo que falta nos governos de centro-esquerda, que é o letramento político. É preciso ensinar o que é diversidade, o que é respeitar; é preciso ensinar valores republicanos, ensinar o que é e como respeitar uma democracia, caso contrário você não vai saber o que está perdendo, não vai ter dimensão do golpe, de tudo que tiraram de você, daquilo que poderia ter. Os americanos chamam isso de letramento político e isso é importante, é uma saída fundamental e é uma decisão política.

Colonização epistemológica

E isso é algo muito difícil de se convencer. Só para se ter ideia, aqui na **Bahia**, por exemplo, e nos demais estados governados pelo **PT**, o **livro didático** consumido não é escrito e nem feito aqui. Como eu disse antes, o livro didático é escrito e produzido no Centro-Sul. O conjunto das histórias, dos fatos, dos eventos que compõem essa História que é narrada nesse livro didático não tem nada a ver com a **História do Nordeste**. É uma colonização epistemológica pesada, profunda. Ela é construída. Vejamos outro exemplo. Houve uma novela da **Rede Globo** chamada *Velho Chico*, que foi

muito comentada porque tinha o **rio São Francisco** como protagonista. É uma coisa maravilhosa, embora o rio fosse fake, porque o rio usado nas filmagens era o Paraguaçu, que passa na **Bahia** rumo ao recôncavo – um dos atores morreu, de fato, engolido pelo **rio São Francisco**. Observe que estamos falando de uma novela que passa em horário nobre, do **Oiapoque** ao **Chuí**, inclusive fora do país, tendo um rio baiano que atravessa o **Nordeste**. Pois bem, a casa do pai da mocinha ficava na região do **recôncavo baiano**. Quando se olha, da primeira cena à novela toda, percebe-se que não tem um liquidificador na casa dessa pessoa. Toda a estrutura das cenas parece um quadro de **Debret** do século XIX, com uma estrutura arcaica, de um **Nordeste** pesado, velho, carcomido por um passado que é refletido na cafonice das roupas dos personagens que eram o pai e a madrasta da mocinha. Isso é uma coisa inacreditável.

Quando se passa a analisar as cenas, vão se percebendo coisas como, por exemplo, um **samba do recôncavo** que é transformado em algo impressionante. A mocinha chega dos estudos na **Europa**, montada num cavalo branco, numa festa em que se distribui cachaça – e isso é verdade, é muito comum aqui – e as pessoas começam a “virar no santo” a partir do samba. As cenas são como se as pessoas estivessem tendo ataques epiléticos, caem no chão. Isso é cena de “virar no santo”, mas isso não existe no samba do recôncavo. Esses exemplos são para pensarmos numa ideia de **Nordeste** absolutamente atrasada e que justifica

uma narrativa da direita do **Centro-Sul** que diz que o **Nordeste** não quer trabalhar e que vive do Bolsa Família em razão do atraso. No entanto isso não é verdade. E quando se pega uma pesquisa como a do **DataFolha**, quando há sociólogos que respondem da maneira como respondem, eles não estão agindo de modo diferente, pois se está reforçando essa leitura absurdamente equivocada e classista. Mas isso não procede, inclusive do ponto de vista estatístico. Tem muita região do Centro-Sul que recebe mais recursos assistenciais que estados do Nordeste. A ideia é que o tempo todo é preciso mediar essa narrativa do Centro-Sul. Mesmo as mais bem-intencionadas narrativas dos campos progressistas têm como prática pegar fenômenos e dados do Centro-Sul e estender para o resto do **Brasil**. Isso é uma perversão.

IHU On-Line – Os estados do Nordeste com as maiores taxas de recebimento do auxílio emergencial são Maranhão e Piauí. No entanto, os estados com as maiores taxas de aprovação do governo Bolsonaro são Bahia e Ceará. Como analisa esse cenário?

Patrícia Valim – A proposta que faço para essa entrada de **Bolsonaro** – aliás, rascunhei isso no começo deste ano, quase sem saber, num texto intitulado “Por quem os sinos dobram na esquerda petista?” – é a de que estávamos naquele momento, no começo do ano, numa sinuca de bico e que Bolsonaro não encontraria resistência se os **governos petistas** continuassem agindo muito afinados com a política econômica e cultu-

ral dele. E foi dito e feito. Como se explica que no **Maranhão** e no **Piauí** – mesmo Piauí sendo governado pelo **PT** – não tenha crescido o apoio na mesma medida? Se explica com as políticas adotadas, por exemplo, na **Bahia**. É o que faz parte de uma tese maior, em que Vladimir Safatle diz que a esquerda morre. Mas quando a esquerda morre? Obviamente que é uma morte simbólica, mas é quando ela deixa de **polarizar com a direita**. É uma tese que vai absolutamente na contramão desses liberais quando propõem que é preciso acabar com a polarização. A nossa saída é a **polarização**, porque senão se estabelecem relações de equivalência e daí o novo sempre ganha. E o novo com **auxílio emergencial** vai ganhar mais ainda. Esse cenário que você traz, a gente explica por isso, essa é a porta de entrada. É como abrir a porta para o assaltante, receber com tapete vermelho e oferecer a ele um chá às cinco da tarde.

Temos aqui na **Bahia**, por exemplo, a **privatização da agência reguladora da água** – estou falando de água –, temos a **militarização das escolas estaduais**, temos uma **reforma da previdência** que foi feita à revelia dos servidores públicos, sem diálogo e com a tropa de choque dentro da **Assembleia Legislativa** – nunca vi um negócio desses, nem a **direita** fez isso. Também tem um governador que polemiza o tempo todo com o **Ministério Público**, quando poderia andar em parceria, tem políticas que não colocam nada de dinheiro na cultura etc. Enfim, tudo que **Bolsonaro** faz em dimensão nacional tem sido feito

aqui em dimensão estadual. O sujeito vai ver diferença onde?

“Como a gente sai dessa?”

Eu acho que essa é a explicação e isso torna a vida da **esquerda** mais complicada. Não adianta darmos uma explicação simples e rápida se não vai apontar saída. Como a gente sai dessa? Acho que essa é a pergunta. Penso, e os dados mostram, que a resistência a **Bolsonaro** tem que se dar aqui. No **Maranhão** e no **Piauí** existem focos duros de resistência. Bolsonaro avançou em relação à aprovação que ele tinha aqui, que era muito baixa, mas está longe de ter **hegemonia dentro do Nordeste**. Acredito que a gente ainda tem condições de reverter esse jogo por aqui.

Retomada pelo Nordeste

O **Nordeste** é cada vez mais importante para uma retomada da democracia nacional. Mas não pode ser como sempre foi do tipo ‘o Nordeste salva para a gente continuar danando com ele depois’. Não pode mais ser assim, é preciso parar, fazer um grande pacto. Precisamos compreender que aqui no Nordeste a dentição completa é privilégio. E estou chamando de privilégio aquilo que não se consegue universalizar, tudo que pode ser universalizado não é privilégio. E ter os dentes completos, por aqui, é privilégio. Já viram uma coisa dessas?

O sujeito nasce e não tem a opção de escolher se quer ficar plantando e criar as cabrinhas dele. Ele não quer ser pobre no **Centro-Sul**, não quer receber **Bolsa Família**. Se você perguntar, ele quer ficar na beira do **rio São Francisco**, plantando as coisinhas dele. A família dele está ali há séculos, não tem que tirar o sujeito dali para construir Belo Monte, botá-lo no meio do nada e dar a ele **Bolsa Família**. Não pode tomar a terra do sujeito e fazer dele um pobre.

Discurso da segurança

Quando um **governo de esquerda** faz um negócio desses o sujeito vai votar em quem? Em quem promete segurança, porque é um combinado. Não adianta achar que **Bolsonaro** atua em uma frente só. Ele tem um grande projeto de nacionalizar o **Estado miliciano** e isso passa por vender uma narrativa de que ele dá segurança para as pessoas, e isso não procede. Temos no país uma predominância imensa de mães solteiras criando seus filhos sozinhas, um genocídio da população negra, alvo de **PMs**. Veja como a gente fecha a equação. Se não tem um governo progressista de esquerda polarizando com o fascismo, se iguala e se perde o jogo. E aqui estamos falando de fascismo, porque não se trata de um liberal radical, mas de um fascista. O sujeito é genocida; ele calcula, no governo dele, um tanto da população que pode morrer e está operando nessa dimensão.

IHU On-Line – Analistas apontam que a esquerda brasileira parece embebida numa letargia enquanto alas da direita e extrema direita avançam. Um dos fatores que levariam a esse cenário é que a esquerda teria perdido o contato com a rua. Você concorda? E o que seria esse ‘perder o contato com a rua’?

Patrícia Valim – Concordo e não concordo. Não concordo porque é isto: a **esquerda do Centro-Sul** é dirigida hoje, desde que ela foi golpeada, pelos que chamo de “os retornados”. São pessoas que voltam para suas localidades e estão muito preocupadas em garantir algum espaço dentro da **burocracia partidária**. E aqui falo da esquerda hegemônica, petista, porque não adianta falar das formas que sozinhas não acumulam, não têm como mudar, propor. Há uma série de coletivos e partidos que estão construindo um caminho, mas ainda do ponto de vista histórico e quantitativo se tem uma potência que é o **Partido dos Trabalhadores**, uma potência eleitoral extremamente capilarizada, com mais de dois milhões de filiados.

Por exemplo, na **Fundação Perseu Abramo** há uma disputa fratricida. Sou conselheira da **Perseu Abramo** e houve um desmonte com políticas altamente sofisticadas que vinham das gestões de Marcio Pochmann. Agora, tem ali uma turma que faz um negócio inacreditável. São pessoas que estavam desde a fundação do **PT** e se formos acompanhar, vemos que dia e noite, noite e dia sai o boletim do que o presidente da Fundação

Perseu Abramo pensa sobre o mundo. Cara, na boa, não queremos saber o que ele pensa. São pessoas que estão com muita dificuldade de construir coletivamente, porque nessa altura do campeonato estão muito cansadas, já se tem um certo acúmulo histórico, como é o caso de **José Dirceu**, e que tentam sobreviver dentro dessa lógica e dessa burocracia partidária. Isso no Centro-Sul. Aqui não, temos uma **esquerda** que vai muito para a rua, que está muito no sertão, aposta muito na economia solidária, está muito ali nos coletivos que têm sido construídos. Por isso, acho que essa lógica da rua não se dá no **Nordeste**.

Letargia na esquerda

Se há uma **letargia da esquerda de modo geral**? Eu acho que há e ela é menos a vontade de estar na rua, é uma dificuldade também de qualificar e entender o bolsonarismo. Se você não entende aquilo a que vai se opor, fica difícil marcar uma posição. Há uma dificuldade de entendimento do **bolsonarismo** e a realidade tem mostrado que não é um bloco, não é algo que está dado. **Necropolítica** é a palavra mais dita e menos compreendida dos últimos tempos. O bolsonarismo é algo que vai além de Bolsonaro. Se **Bolsonaro** sair de cena, se aposentar, vamos continuar tendo um problema imenso porque é um modo de vida, é um projeto econômico, é um “**paulo-guedismo**”, mas também é **Damare**s nos dando a linha, é o negacionismo dando a linha do Estado. Ou seja, ele tem suas dimensões. E há

uma dificuldade de entendimento dessas dimensões todas.

Depois, ainda há uma dificuldade de análise, pois estão analisando de modo errado os fenômenos. Acho que os instrumentos analíticos da realidade precisam ser mudados, precisam ser calibrados. Por exemplo, a análise sobre essa **pesquisa do DataFolha** não acumula politicamente, não mostra caminho nenhum. Se diz só que **Bolsonaro** avançou porque a população do **Nordeste** é iletrada, não tem acesso à informação e pronto. Mas isso quer dizer o quê? Suponhamos que isso seja verdade – não é –, mas suponhamos. Isso leva onde? Se faz o que com esse dado? Então se acaba naturalizando algo que não é natural. É uma construção, é um debate, está tensionado, se está disputando. Isso se vê numa equipe imensa. Precisamos calibrar os instrumentos analíticos do real.

Governadores

A outra coisa é que precisa chamar os seus governadores e dar uma situada neles. Eu não preciso ser ou virar evangélica para dialogar com os **evangélicos** que votaram em **Bolsonaro**. Eu só não posso ter superioridade moral; não posso tentar convencer um evangélico a não ser evangélico. Entendo que esse seja o caminho dos **governadores petistas**, da **esquerda**. Não precisa operar no bolsonarismo para ganhar eleição. Ao contrário, precisa entender isso. Mas eles se negam terminantemente a entender.

IHU On-Line – O que está querendo dizer é que falta à esquerda hegemônica enterrar alguns modelos analíticos e figuras do passado para de fato se compreender esse novo fenômeno?

Patrícia Valim – Aí também não, porque assim você me coloca numa situação complicada. Veja bem, com relação a **José Dirceu**, eu subscrevo tudo que ele fala. Apesar de ele ter sido altamente criminalizado na esfera pública, ele é alguém dentro do **PT** que está entendendo tudo o que está acontecendo. É muito antenado com as questões e para ele é muito claro, como para uma parte do PT, que não dá mais, pois há premissas de uma ruptura, o golpe, que precisam ser mudadas. E as políticas precisam ser pensadas a partir delas, as estratégias precisam ser elaboradas considerando que o golpe é um golpe. Não adianta eu ficar acusando que é um golpe e continuar pensando estratégia política como se o golpe não tivesse acontecido.

Dois exemplos práticos: há apoio a uma **liderança bolsonarista** em **Belford Roxo**, no Rio de Janeiro. Observe dois pesos e duas medidas. Daí, Valter Pomar vai lá e faz um salseiro porque não pode apoiar bolsonarista. Não pode, ok. Mas se olha aqui para a **Bahia**, qual é o candidato do **PT** para disputar a prefeitura de **Salvador**? É policial. E qual o candidato a vice dessa policial? Um sargento. O que é isso? É uma loucura. O **bolsonarismo** é isso, chega, abre a porta da sua casa, estende o tapete vermelho, pede para sentar-se na sua sala e você serve o chá no

melhor jogo de porcelana. Aí justificam dizendo que em Salvador existem as alianças e sei lá o quê... Mas não é assim que funciona, não estamos mais brincando. Essa candidatura é um equívoco.

A **candidatura de São Paulo**, da forma como foi escolhida, é uma vergonha, e já se apontou isso inúmeras vezes. **José Dirceu**, eu, uma turma tem apontado isso publicamente. Agora, o que aconteceu? A coisa foi tão feia que um grupo se obrigou e tem se obrigado a se manifestar publicamente, um grupo de petistas históricos, e apoiadores históricos, contra o **PT**. É isso que estão conseguindo. Então, é preciso calibrar os mecanismos de análises, e aí reforço essa ideia de que não estão tendo condição de entender o que é o bolsonarismo, sem querer parecer arrogante.

Olhar diverso

Também é preciso olhar o **Brasil** de maneira diversa, é preciso entender que uma **fundação partidária** tem por objetivo formular **política pública** e não ficar incensando o que o presidente acha ou deixou de achar, ele não foi nomeado para isso. Está lá temporariamente e tem que produzir, tem que entender a realidade e não está entendendo. É isso que precisa fazer, se quiser continuar como força hegemônica.

De novo: polarizar é preciso

Dentro da **esquerda** eu acho que é um projeto construir hegemonia. Não

precisa construir hegemonia tosca, pode construir uma hegemonia interessante, mas não desse jeito. Porque não é que o bolsonarismo vai avançar, ele vai fazer terra arrasada. Por isso temos que barrar Bolsonaro. Mas se barra como? Polarizando. Vai ter que polarizar a esquerda, centro-esquerda, não vai ter outra alternativa que não seja a polarização. Somos diferentes e a população precisa entender qual é a diferença, precisamos explicar à população quem somos, o que defendemos. Não estou falando que somos melhores ou piores, mas somos diferentes e a população precisa entender, ter opção. Quando não se polariza, se tira a opção da população, e aí o novo sempre aparece. Isso desde que o mundo é mundo. Temos um problema partidário. O **PSol**, nesse sentido, se coloca de uma maneira muito mais arrojada – não gosto desse termo, mas na falta de um melhor – porque ele olha, vê e ouve, cresce muito na política nacional com o [Guilherme] Boulos. [Fernando] **Haddad** é maravilhoso, tem um entendimento da realidade muito interessante, mas é massacrado dentro do **PT** o tempo inteiro, ficam massacrando porque ele é liberal. Mas, e daí? Isso quer dizer o quê? Quando se coloca um governador feito Rui Costa, é o quê? Ele é um revolucionário que saiu da **Revolução Russa**?

IHU On-Line – Quais os desafios para a esquerda nacional na construção de caminhos alternativos ao bolsonarismo?

Patrícia Valim – Há uma questão que tenho pensado com o colega

Alexandre de Sá Avelar, professor na **Universidade Federal de Uberlândia**. Nós vamos publicar um artigo que vai sair na **Revista Cult** em que temos desenvolvido o argumento de que o bolsonarismo vai ser derrotado quando a gente entender qual é a linha central do seu governo. O que ocupa o centro da **ideologia bolsonarista**, o centro da **política bolsonarista** no século XXI? Nosso argumento é de que é o **negacionismo**. O negacionismo não é apenas o ato de negar, mas é o ato de negar em várias etapas e, ao mesmo tempo, você nega e constrói todo um universo histórico, um universo simbólico. Quando se nega uma coisa, tem que colocar outra no lugar. E **Bolsonaro** vai construindo uma ideia de sociedade que já está bastante naturalizada entre nós. Isso faz parte da entrada dele no **Nordeste**. Ao não pensar essa possibilidade acho que a gente perde um tanto.

Graças ao negacionismo ele tem conseguido naturalizar o fato de haver mais de 100 mil mortos pela covid-19. Então, nega a gravidade da doença, nega os protocolos para evitar o contágio da doença, dissemina notícia falsa, vende um remédio, vira o tiozão garoto-propaganda de um remédio, as pessoas acreditam piamente, ele vem a público e diz que está curado graças à cloroquina e as pessoas passam a repetir essa frase.

Papel da imprensa

E aí a imprensa tem um papel fundamental porque não pode naturali-

zar essas falas negacionistas. A imprensa não pode chamar um ministro como aquele [Osmar] Terra para dar uma entrevista, porque ele não tem formação, não tem condição, o que ele fala é mentira. Quando se coloca alguém em rede nacional para falar mentira se está naturalizando o negacionismo. Bolsonaro se elege a partir disso, nega a ditadura civil-militar e chama de revolução, vem a público em 2016 elogiar um torturador e não foi preso por isso, e naturalizavam isso, fizeram várias reportagens perguntando para as pessoas se isso era um problema. Ao naturalizar essas mentiras, se acaba por estabelecer um regime histórico verossímil.

Fenômeno negacionista

Isso não é um fenômeno só brasileiro. O **negacionismo** é a tática central da política dos países de extrema direita no século XXI. E **Bolsonaro** se faz a partir disso, é um desdobramento desse modo de fazer política, desse modo de vida. Bruno Latour recentemente deu uma entrevista dizendo que o **negacionismo científico** não só não nega como tem uma capacidade de criar um outro tipo de relação entre o homem e a Terra, o seu território. E é aí uma ideia de país absurdamente conservador, sem conflito, sem mobilidade, sem diversidade. O **negacionismo** não é algo vocacionalmente da **extrema direita**. Se tem o negacionismo em fases e se tem tipos de negacionismo. Existe um teórico do negacionismo, um psicólogo chamado **Israel Charny**, que teoriza o que chama

de **negacionismo inocente**: é o sujeito que acaba mobilizando a mentira, a negação, a materialidade de um acontecimento no almoço de domingo, não tem a pretensão de estabelecer um novo regime. É a mesma coisa quando se nega que a situação do clima seja algo gritante e que não é preciso estabelecer políticas e protocolos, colocar no centro do debate. Não haverá saída se o clima não for colocado numa relação outra do homem com a natureza. Negar esse caminho é negar o próprio real, o presente. Quando o mundo inteiro tem discutido outros protocolos de abordagens das **PMs**, o **Brasil** não está tocando nesse assunto. Não é só **Bolsonaro**. Nesses **governos de esquerda**, inclusive aqui na **Bahia**, onde a candidata é PM, o genocídio da população é negado. Ele é silenciado, a esquerda não toca no assunto e a direita nega. A gente está mal, bem mal.

IHU On-Line – E, afinal, há saídas?

Patrícia Valim – Há saídas e elas precisam ser articuladas. Precisam começar explicitando a negação. Nós precisamos restaurar um regime de historicidade verossímil, dizer o que não é, que somos diferentes, marcar posições e olhar e prestar atenção no mundo, para o acúmulo político no mesmo campo. No mundo todo, por exemplo, a **pauta antirracista** é fundamental. Aqui no **Brasil** ela é colocada, por um setor da **esquerda**, como **pauta identitária**. O mundo todo denunciando que o Brasil é o país que mais mata população **LGBTQI+** e há **dirigentes de esquerda** que conside-

ram e chamam isso de pauta identitária. Ficam naquela disputa sobre quem é mais esquerda, o cara que acha que a classe é mais importante ou o que acha que o gênero é mais importante. Não é essa a discussão. Precisamos derrotar o bolsonarismo, mas é preciso começar a derrotar o **bolsonarismo** dentro da **esquerda**. Temos que situar a esquerda do que está acontecendo no mundo. Isso é calibrar os nossos instrumentos de análise do real para poder responder questões à altura do bolsonarismo. Afinal, o bolsonarismo não é fruto de alguém que delira, é uma política racional, muito bem pensada, tanto é que ele está ganhando todas. A gente não ganha nenhuma. Até quando ele erra, ele ganha. Não é só a **agenda pauloquedista**. É um regime, um modo de estar no mundo, é uma resposta desses setores ao avanço de regiões, de setores da sociedade ao empoderamento de mulheres, de negros, da população **LGBTQI+**, tudo isso é uma resposta. E não é algo tangencial; a **luta antifascista**, a **luta feminista** estão no centro do debate. Veja o que fizeram com a menina de dez anos que foi estuprada. Esse campo de batalha para mim é a prova cabal de que isso que estou falando faz algum sentido.

32. O BRASIL VOLTA A RESPIRAR QUANDO A IMPRENSA ABANDONAR SEU FRANKENSTEIN³²

O político Jair Messias Bolsonaro é uma criação da imprensa brasileira e seu governo necropolítico foi viabilizado por um setor das Forças Armadas que não aceitou o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e tinha pretensões políticas para nacionalizar o modo miliciano de governar, destruir o legado do Estado de Bem-Estar Social dos governos petistas e fortalecer o setor hegemônico da classe dominante brasileira que financiou a crise política deflagrada em 2013 e aproveitou-se do processo de desindustrialização e reprimarização da economia para afastar a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando-se vulnerável às oscilações internacionais.

Garantia de assuntos polêmicos e enorme audiência, neste artigo quero chamar atenção para um aspecto desse processo: o crescente espaço público que a grande imprensa da região Sudeste deu Jair Messias Bolsonaro desde o fim do Regime Militar, com a desculpa falaciosa de “ouvir o outro lado” das forças políticas democráticas. As páginas amarelas da Revista Veja, por exemplo, foram ocupadas por ele pela primeira já vez em outubro de 1986. “Em nome da verdade, é preciso esclarecer” é uma matéria na qual Jair Bolsonaro atribuiu a precariedade dos salários dos oficiais de baixa patente das Forças Armadas e a dificuldade de promoção na carreira militar ao “caos da Nova República”.

32. Artigo originalmente publicando no site da Revista “Carta Capital” em 27 de janeiro de 2021.

O enorme destaque nos jornais e na televisão de sua prisão por desobediência militar, a matéria/denúncia, resultou na primeira eleição de Jair Bolsonaro como vereador/RJ e dois anos depois como deputado estadual/RJ, além de confirmar o resultado de uma pesquisa incontornável publicada no artigo “Não falo o que o povo quer, eu sou o que o povo quer”. Trata-se de uma análise aprofundada das matérias publicadas sobre Jair Bolsonaro nos dois maiores jornais de São Paulo e com enorme capilaridade nacional como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo durante o período de 1987 a 2017.

Por meio de técnicas de *web-scraping*, o grupo de autores obteve 978 matérias no acervo do jornal Folha de São Paulo e 692 matérias no acervo de O Estado de São Paulo que continham, ao menos uma vez, o termo “Bolsonaro”. Para se ter a dimensão da militância da chamada “grande imprensa” na construção de Jair Bolsonaro como alternativa política de extrema-direita, o grupo de pesquisadores foi além dos dois jornais e também demonstrou que até 2017, o jornal O Globo “gerou 2.263 páginas de matérias que continham, ao menos uma vez, o termo “Bolsonaro”. A coleta no Jornal do Brasil, que estava em andamento quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república, sugere um número ainda maior de matérias com detalhes particulares sobre a sua atuação política.

O grupo de pesquisadores demonstra que de todas as reportagens

analisadas, a pauta política que mais ajudou a consolidar a imagem pública do então deputado federal Jair Bolsonaro é a de um político de extrema-direita e radicalmente contra os Direitos Humanos. Durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff, em 2011, no programa CQC, apresentado pelo jornalista Marcelo Tas, ao ser questionado pela artista Preta Gil sobre o que ele faria caso um de seus filhos namorasse uma mulher negra, ele respondeu que não comentava sobre “promiscuidade”, gerando uma série de denúncias e representações do Movimento Negro Unificado contra o deputado federal. No mesmo canal de televisão, ele alegou que tinha entendido que a pergunta era sobre “homossexualismo” depois que o programa, por meio de um “esclarecimento” do próprio Marcelo Tas, fez questão de mostrar que, na ocasião, Jair Messias Bolsonaro era casado com uma “mulata”, de maneira que seu cunhado era negro.

Esse episódio público de racismo e homofobia mobilizou o debate nacional. De um lado, artistas e entidades da sociedade civil organizada denunciando a violência dos discursos do Bolsonaro no Comitê de Ética, pedindo sua cassação por crime de racismo e falta de decoro. De outro, o crescimento exponencial de comunidades de jovens que se auto identificavam no espectro político de direita e extrema direita de apoiadores de Bolsonaro na rede social Orkut, atualizando as ameaças de Jair Bolsonaro sobre matar 30 mil de militantes de esquerda e “livrar o Brasil do comunismo”.

É importante lembrar do alerta do então deputado federal Paulo José Cunha (PT) no programa “A mídia e o caso Bolsonaro”, ainda em 2011, transmitido pela TV Câmara, para saber se Jair Bolsonaro falava por si mesmo ou se ele representava fatias da população brasileira que pensavam da mesma forma. A resposta começou a vir a público a partir do processo de impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando Jair Messias Bolsonaro era o único a alcançar quatro representações no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados desde a criação do órgão em 2001.

Em 2018, depois de enaltecer em rede nacional e internacional os crimes do torturador confesso Brilhante Ustra, o então presidenciável também contava com o maior número de denúncias por falta de decoro e violação dos Direitos Humanos na Corregedoria da Câmara, instância que apura a conduta parlamentar. No entanto, essas acusações resultaram em seis punições orais (brincas), consolidaram o bolsonarismo na cena política brasileira e inúmeras matérias na imprensa brasileira para ouvir a “versão” do acusado.

A prática de naturalizar a violência de quem ameaça publicamente de morte um setor da sociedade brasileira, e de estabelecer relações de equivalência entre quem defende tortura e torturador e quem foi torturado e luta contra todo tipo de violência foi a cadência do editorial “Uma escolha muito difícil” do jornal “O Estado de São Paulo”, de 08 de outubro de 2018, foi fundamental para o resulta-

do das urnas: “de um lado, o direitista Jair Bolsonaro (PSL), o truculento apologista da ditadura militar; de outro, o esquerdista Fernando Haddad (PT), o preposto de um presidiário. Não será nada fácil para o eleitor decidir-se entre um e outro”.

Mesmo tentando estabelecer relações de equivalência política onde não havia nenhuma e dar ares de moderação a um político de extrema-direita que nega o acesso à água aos povos indígenas e o direito à vacina para uma doença com alta taxa de letalidade para derrotar a centro-esquerda no poder e seu projeto de Bem Estar Social. Não podemos negar as aparências e disfarçar as evidências sobre a parcialidade e militância da grande imprensa para a eleição do necroliberalismo no Brasil, implicando-a diretamente nos genocídios da população negra e dos povos indígenas, bem como nas mais de 210 mil mortes por Covid-19.

Em respeito aos familiares das milhares de pessoas mortas nos últimos dois anos, o momento pede seriedade e responsabilidade política, sem o cinismo do editorial de 21 de janeiro de 2021, “A alternativa a Bolsonaro”, no qual o jornal “O Estado de São Paulo mandou um recado para as forças políticas que fazem oposição a esse governo: “o mais inepto presidente da história só se segura porque não foram reunidas condições políticas para afastamento constitucional [impeachment]”. Essa revolta de ocasião, não esconde o fato de que Jair Bolsonaro só cairá quando essa imprensa deixar de militar no necroliberalismo e entender que todos ganham com a democracia.

33. NÃO HÁ CAPITALISTAS NO BRASIL, MAS PRÉ-CAPITALISTAS PREGUIÇOSOS³³

“Uma explicação para o atraso brasileiro” foi um editorial do jornal “Gazeta do Povo” publicado em novembro de 2017, um ano depois do Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e as políticas sociais do Lulismo. No editorial, constatou-se que “a mera mudança de governo não pode fazer muito pelo empreendedorismo”, pois a divulgação do relatório do Banco Mundial para medir a facilidade de se fazer negócios em 190 países para 2018, o “Doing Business”, demonstrou que mesmo com algumas “reformas”, como a trabalhista, o Brasil amargava a 125ª posição atrás do México, do Chile e de todos os países que “há poucas décadas estavam afundados no absoluto estatismo socialista conseguiram fazer enormes progressos”. Por isso, o editorial termina indicando a principal saída para a superação do atraso brasileiro e o progresso do empreendedorismo: além do fim das dificuldades formais e tributárias, uma mudança cultural para superar o “ranço ideológico que vê no patrão o explorador ganancioso”.

O comportamento da classe dominante brasileira nos últimos anos nos obriga a formular o problema de outra maneira: **o único setor absurdamente atrasado e preguiçoso no Brasil é a**

sua classe dominante, que se arvora neoliberal no discurso, mas é pré-capitalista-preguiçosa-genocida na prática. Começamos pelo fim das dificuldades formais e tributárias. Um dos temas mais espinhosos dos governos petistas foi a política de desoneração da folha de pagamento do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, cuja lei ficou permanente pela assinatura do presidente em exercício Michel Temer, em 2014. Trata-se de uma política de diminuição de encargos sobre 56 setores empresariais para estimular a um só tempo a criação de novos empregos, o fortalecimento do mercado interno e a competitividade da economia brasileira.

No entanto, o comportamento do empresariado brasileiro foi vergonhoso. A tabela abaixo elaborada por PESSANHA (2019) a partir dos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), demonstra a natureza da classe dominante brasileira:

33.. Artigo originalmente publicado no site da Revista “Carta Capital” em 13 de abril de 2021.

Tabela 1: Evolução do patrimônio total dos fundos financeiros no Brasil (2008-2018), em valores absolutos em R\$ trilhão

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1,125	1,403	1,671	1,941	2,270	2,469	2,691	2,994	3,489	4,148	4,618

PESSANHA, Roberto Moraes. "A indústria dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo". Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p.107.

Em 2019, patrimônio líquido acumulado pelos fundos financeiros no Brasil foi de 5,018 trilhões, senhoras e senhores. Durante a pandemia da COVID-19, em 2020, o patrimônio líquido acumulado pelos fundos financeiros no Brasil foi de 5,800 trilhões. Esses dados escancaram o atraso dos capitalistas no Brasil: no lugar de se comportarem como capitalistas e criarem novos empregos

para o fortalecimento da economia nacional, essa turma aplicou o dinheiro das desonerações no rentismo com o objetivo de lucro rápido e sem trabalho enquanto condenava as políticas de transferência de renda, Bolsa Família, para as populações de miseráveis e exigia que o Estado desse "a vara" para os pobres aprenderem a pescar. Vejamos:

Tabela 2: Evolução da taxa de desemprego no Brasil (2012-2018), média anual em %

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
7,9	8,1	7	5,9	5,5	5,4	5,8	6,8	11,5	12,7	12,3

Fonte:
IBGE

Preguiçosos e cínicos, os dados acima demonstram que com a crise global do capitalismo em 2008, boa parte dos empresários do centro-sul aproveitou-se da crise política e dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia, que ela mesma produziu, para apoiar um projeto de país que afastou a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de aprofundar as assimetrias regionais e reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando -a mais vulnerável às oscilações internacionais. Não obstante as críticas sobre os valores que o Estado dei-

xou de arrecadar com as desonerações desde 2014, a classe dominante brasileira apoiou a política econômica de Jair Messias Bolsonas nas eleições de 2018, que entre privatizações e desmonte do Estado de Bem-Estar Social dos governos petistas, o atual ministro da economia, Paulo Guedes, prometeu desonerar todos os encargos que incidiam sobre a folha de pagamento das empresas, vejam só.

Preguiçosos, cínicos e com as mãos sujas de sangue. Prova disso foram os acontecimentos escandalosos nos últimos dias, deflagrados pelo grupo de

empresários que contrataram uma falsa enfermeira e pagaram R\$ 600,00 por ampola de soro fisiológico aplicado na veia como se fosse a vacina Coronavac. Dias depois, apesar das mais de 340 mil mortes por Covid-19, ou justamente por isso, fomos brindados com a notícia do convescote regado a champanhe e camarão no qual o ainda presidente Jair Bolsonaro, mundialmente conhecido por atrapalhar o combate ao coronavírus, foi ovacionado por um grupo de empresários famintos por desonerações, sangue, suor e negacionismos de toda sorte. Estiveram presente no fúnebre banquete, perdoem-me a rima infame, o presidente do Banco Safra, David Safra; o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabucco, o fundador do BTG Pactual, André Esteves, nomes ligados à construção civil, planos de saúde, indústria farmacêutica, veículos de comunicação e varejo, totalizando 25 empresários, além de ministros de Estado: Paulo Guedes (Economia), Marcelo Queiroga (Saúde), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Fábio Faria (Comunicações).

Como se não bastasse tanto atraso e tantas mortes, enquanto o jornal “Financial Times”, porta-voz dos capitalistas internacionais, sugeriu para a resolução da atual crise um cavalo de pau na política econômica de ajustes fiscais adotada nas últimas quatro décadas - indicando a necessidade de reformas radicais como imposto progressivo, papel mais ativo do governo na economia e auxílio emergencial aos moldes da arquitetura financeira do pós-guerra delinea-

da na Conferência de Breton Woods, em 1944 -, a classe dominante se articulou com os mercenários da classe política brasileira e se alinhou à Indonésia, Índia e Filipinas e na última semana aprovou no Congresso Nacional a compra de vacinas contra a Covid-19 pela iniciativa privada. Em um país que está longe de ter vacinado 10% da população, a justificativa para a criação de uma fila VIP e dupla na vacinação é escandalosa: é preciso vacinar os trabalhadores dos empregos que não foram criados nos últimos anos. Cínicos, querem furar a fila da vacinação porque as mortes têm atingido seus familiares.

Infelizmente pessoas de vários setores da sociedade estão morrendo aos milhares e os comércios não podem funcionar porque o atual presidente Jair Bolsonaro não comprou vacinas no ano passado e foi ovacionado por isso por empresários. Infelizmente, milhares pessoas estão famintas e sem ter o que comer porque a classe dominante brasileira, apoiada por seus porta-vozes da imprensa, jogou fora o mercado consumidor que os governos petistas lhes deram de presente ao oPTar pelo lucro rápido do rentismo viabilizado pela necropolítica do atual governo no lugar de fortalecer seu mercado interno. Por tudo isso, encerro essa coluna concordando em partes com o editorial da “Gazeta do Povo”: o maior atraso brasileiro é a sua classe dominante que se pensa liberal, mas ainda mantém relações pré-capitalistas e servis com o restante da sociedade. Nesse momento, sejam, ao menos, capitalistas, senhores. Pela sobrevida desse país.

PARTE III: FEMINISMO

34. UM BEIJO DO ASFALTO³⁴

Jean-Paul Sartre escreveu, em *A Náusea*, que para o acontecimento mais banal virar uma aventura, é preciso começar a contá-lo: é o que faz Gabriela Leite em seu livro de memórias *Filha, Mãe, Avó e Puta*: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta, lançado recentemente pela editora Objetiva. Não que sua trajetória seja banal. Muito pelo contrário, pois Gabriela Leite, 57 anos, fundadora da ONG Davida, de onde saiu a simpática e badalada grife Daspu, dedica-se há mais de duas décadas à causa da profissão que ela decidiu exercer desde os idos finais da década de 60, quando trabalhava em uma grande empresa e à noite cursava Ciências Sociais na USP. Escolheu ser prostituta não porque precisasse. Filha de uma dona de casa interiorana e conservadora, e de um crupiê afetuoso de família aristocrática, após a separação de seus pais, Gabriela mudou-se com sua mãe e irmãs para a periferia de São Paulo e foi criada para casar-se virgem, ter filhos, uma cozinha planejada e ser feliz para sempre. Destino reservado para a maioria das boas moças de sua geração, que Gabriela decidiu subverter

porque queria fazer a sua revolução pessoal, lutando contra o conservadorismo da família e da sociedade paulista através da grande obsessão da contracultura: o sexo.

Em um momento vertiginoso e caótico dos anos difíceis da ditadura militar no Brasil, após as aulas na universidade, Gabriela frequentava o bar Redondo, na Praça Roosevelt, porque se sentia deslocada tanto entre os que pegavam em armas para lutar contra a ditadura, militantes da esquerda, como entre os que radicalizavam na ponta inversa desse processo: os CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e os militantes da TFP (Tradição, Família e Propriedade), em sua maioria estudantes do Mackenzie na Maria Antônia. Foi em busca de sua identidade no reduto dos que teorizavam a revolução sexual, que Gabriela conheceu um diretor teatral engajado com quem ela deixou de sentir o fardo de “ser virgem no meio dos modernos”. Gabriela perdeu o fardo, a virgindade e ganhou uma enorme frustração ao constatar o limite da modernidade possível de seu primeiro parceiro sexual, que além de desdenhar de sua virgindade, contou o episódio para todos os convivas do Redondo.

³⁴. Texto originalmente publicado na Revista Artigo 5º em 2008 e republicado pelo site “Biscate Social Club” em 17 de março de 2016.

A frustração dessa experiência, no entanto, foi decisiva para que Gabriela procurasse outros caminhos e outras possibilidades de fazer a sua revolução pessoal. Mudou de ares. Passou a frequentar o reduto do samba em São Paulo. Apaixonou-se por um sambista – “o primeiro homem que a tratou como uma verdadeira mulher” -, engravidou quando a pílula já significava liberdade feminina e decidiu que seria mãe solteira. Depois de quase um ano do nascimento de sua primeira filha, trabalhando no ABC paulista e morando com a mãe cada vez mais repressora, Gabriela largou tudo para dedicar-se à prostituição na boca do lixo de São Paulo. A partir desse momento, Gabriela Leite nos brinda como uma narrativa generosa, inteligente e extremamente esclarecedora sobre o cotidiano da vida de uma prostituta do baixo meretrício em algumas capitais do Brasil. Diferentemente do que se costuma imaginar, o cotidiano dessas mulheres retratado no livro é muito mais complexo do que os dois polos opostos com os quais até hoje se enxergam as prostitutas: a romantização, como no filme *Uma linda mulher*, no qual a prostituta espera pelo príncipe encantado que irá redimi-la de seu passado por suposto obscuro, e o discurso da vitimização, cuja relação de dominação lhe é subjacente.

Como diria Caetano Veloso: nem uma coisa, nem outra, ou muito pelo contrário, pois Gabriela Leite quebra tabus ao nos mostrar sem pudor que a profissão pode ser sim alegre, divertida e prazerosa. Trata-se, no entanto, de uma profissão que embora não seja

regulamentada, tem um código de ética cujo ponto de partida é o “não se apaixonarás por seu cliente”. Gabriela Leite hoje em dia é uma prostituta aposentada, casada com o jornalista Flávio Lenz, irmão da poeta precocemente falecida Ana Cristina César. A relação do casal começou em uma ONG onde ele trabalhava desenvolvendo parcerias ligadas aos direitos das prostitutas; causa que Gabriela milita desde os anos oitenta. Flávio nunca foi um cliente. Tampouco o pai de sua segunda filha, que é fruto de uma outra paixão, quando Gabriela ainda estava em São Paulo. Flávio foi o amigo que se transformou no companheiro de vida e de militância porque nunca demonstrou preconceito com as escolhas de Gabriela.

No entanto, o casal sofreu com a reação de algumas pessoas próximas, que militavam com eles na ONG. Como diz Pedro Juan Gutiérrez, a realidade não tem obrigação de ser convincente, ela pode ser dar a certos luxos, como, por exemplo, o relacionamento entre uma prostituta do baixo meretrício e um intelectual do baixo Gávea, que à época era casado com Regina, amiga de ambos até hoje. A esse respeito Gabriela afirma “é claro que eu estava de novo quebrando um tabu. Estava namorando o ex-marido da minha amiga, sem brigar com ela e tampouco a traindo. Isso incomodava muita gente, especialmente as mulheres”. Nesse ponto da narrativa Gabriela trata do preconceito das mulheres com as próprias mulheres, que às vezes são tão ou mais conservadoras que certos

homens ao lidar com a sexualidade e o clássico fetiche em torno das prostitutas.

Esse é um livro que vale quanto pesa, porque Gabriela Leite quebra outros tantos tabus ao mostrar que não é e nem nunca quis ser a Júlia Roberts. Também não é a Gabriela de Jorge Amado, eternizada nos versos de Caymmi “eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim ... Gabriela”. Gabriela Leite é única, porque subverteu seu destino manifesto e fez sua revolução pessoal fazendo sexo e militando na causa da prostituição para que muitas outras mulheres possam cantar seus nomes próprios em alto e bom som: Alessandras, Luizas, Terezas, Marinas, Mathildes, Júlias, Reginas, Fernandas, Simones, Ritas, Cidas, Veras, Patrícias, Marias, Anas, Amélias ... Pode-se até discordar dos métodos com os quais ela fez sua revolução pessoal, mas é preciso respeitá-la por sua trajetória. Afinal, o Brasil já pode dizer que a Gabriela Leite também é mulher de verdade.

35. MULHERES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA³⁵

O Tempo que Falta

Patrícia Valim/UFBA: A sensação de falta de tempo é um legado do capitalismo e por isso é constantemente ressignificada. Atualmente, essa sensação tem

sido alçada ao patamar de epidemia contemporânea em razão da aceleração de conexões e supressão de fronteiras que invadiu todas as esferas da nossa existência, deixando-nos em um constante estado de angústia causado pelas possibilidades não alcançadas, em uma época cujo espírito é o “tudo ao mesmo tempo agora”. Na vida universitária brasileira, essa angústia causada pela falta de tempo é pautada, sobretudo, pela pressão da aceleração quantitativa da produção científica, com objetivo de atender critérios numéricos das atuais avaliações, obrigando-nos a lecionar, pesquisar, publicar, participar de eventos em escala e ritmo quase industriais.

Quando pensamos esse processo por meio do marcador de gênero, essa sensação de angústia pela falta de tempo se intensifica, uma vez que nós – mulheres, companheiras, mães, professoras, pesquisadoras, militantes – fomos e ainda somos constantemente pressionadas a estender o regime de dedicação exclusiva da esfera do nosso trabalho acadêmico para as demais esferas da nossa existência. A universidade é pensada como um espaço de predominância masculina com códigos de conduta, vestimenta e quantidade de produção científica que retroalimentam um “modelo masculino de sucesso acadêmico”, criam desigualdades e hierarquizam cargos e progressões da carreira. Esse processo é visível em algumas situações: há inúmeras docentes que internalizaram

³⁵. Entrevista originalmente publicada no site da “Revista DR”, Edição 2, Dossiê “Falas e falas da Universidade”, em 2015.

a lógica masculina de carreira acadêmica para ter alguma projeção e acabaram por abrir mão de algo que queriam na própria vida; há, por outro lado, docentes que resistem à essa lógica em diversas frentes, mas são constantemente constrangidas por isso.

É o caso da docente que engravidou. Eu mesma passei por algo semelhante quando engravidei do meu terceiro filho, ainda no doutorado. Na época, 2010, não foram poucos colegas, mulheres e homens, que me aconselharam a largar a pesquisa sob o falacioso argumento de que a maternidade é incompatível com a universidade. Além disso, naquele momento as agências de fomento não previam a licença maternidade com bolsa de pesquisa. Felizmente, a relação com a minha orientadora, mulher e mãe, fez toda a diferença para eu seguir adiante, inclusive passando a militar na maternagem ativa dentro da universidade. Tanto que, um ano depois, as agências de fomento nos concederam o direito à licença maternidade com bolsa e essa decisão se deve à pressão de várias pesquisadoras que resistem à “lógica masculina de sucesso acadêmico” por meio da construção de novas subjetividades políticas dentro da universidade pública brasileira.

Efeitos da Avaliação da Produção

Patrícia Valim/UFBA: Quem milita ativamente na universidade pública brasileira com excelência, como eu, tende a levar os sistemas de avaliação

dos professores e dos programas de pós-graduação a sério. Isso implica em destacar suas qualidades e apontar suas limitações. Primeiro é preciso considerar que os sistemas avaliativos foram implementados no empuxo do vertiginoso processo de expansão universitária e consolidação de novos programas de pós-graduação além do eixo centro-sul do país, deflagrados a partir do primeiro mandato do governo Lula. Novos espaços, novos agentes, novas demandas e novos desafios, cuja gestão pelo Estado funciona com alguma isonomia e eficiência por meio de plataformas que garantem a qualidade dos programas de pós-graduação, o repasse de recursos públicos a esses programas, e maior controle e transparência sobre o uso desses recursos perante a comunidade acadêmica e a opinião pública. Não parece ser por outra razão que boa parte dos prêmios de melhores teses, nos últimos anos, foram destinados a pesquisadores de programas de pós-graduação do norte, nordeste e centro-oeste.

No entanto, é preciso considerar que esses sistemas de avaliação são baseados em critérios quantitativos: números de artigos publicados, número de citações recebidas e fator de impacto das publicações – o que acaba por desconsiderar as múltiplas temporalidades das ciências e outras variáveis no processo de avaliação: qualidade, criatividade e originalidade. A implicação mais imediata é a baixa produção científica capaz de transcender as formas do mesmo. A corrida desenfreada por recursos e prestígio no universo dos indicadores acabou

por forjar o pesquisador que publica 70 artigos em um ano e obstaculizar a produção autoral em várias frentes – isso talvez possa explicar tanto o fenômeno editorial de coletâneas publicadas na última década quanto as crescentes denúncias de plágios nas universidades. É preciso fazer mediações entre critérios quantitativos e qualitativos, respeitando as especificidades das áreas.

Constantemente Endividadas ...

Patrícia Valim/UFBA: Nós, docentes e pesquisadoras, vivemos apagando incêndios dentro e fora da universidade. A angústia constante em razão do tempo que falta para darmos conta da nossa afetividade, sexualidade, maternidade, militância política, carreira acadêmica e vida doméstica foi inegavelmente adensada pela lógica dos indicadores com critérios quantitativos dos sistemas que nos avaliam constantemente. Em vários momentos, a sensação também é a de ser um personagem de George Simmel na passagem do século XIX para o XX, com todas as pressões, demandas e ritmos das relações monetarizadas de uma cidade grande, que rebaixa os indivíduos a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que vai gradualmente lhe subtraindo espiritualidades e valores até transsubstanciar subjetividades em objetividades. Acho que uma das pistas para sairmos dessa encruzilhada contemporânea está na resistência a esse processo quando

sobrepomos o espírito subjetivo no lugar do espírito objetivo e apostamos na construção de subjetividades políticas no empuxo da enorme potência que a universidade pública nos confere: lugar da crítica, conflito, dissensos, mediações diversas, consensos e autonomia.

36. PARIU MATEUS, QUE O EMBALE: A CRIMINALIZAÇÃO DE MÃES SOLTEIRAS, DIVORCIADAS, VIÚVAS E ABANDONADAS³⁶

Segundo uma matéria da Mídia Ninja, veiculada no sítio rebaixada.org, em 26 de março de 2014, feministas de Moscou realizaram um ato contra as declarações do deputado Aleksandr Silin, que chamou as “mães solteiras” de “putas” e “escórias” da sociedade, humilhou seus filhos e ainda propôs a esterilização das mulheres que “não desejam se casar”. Na capital do país que já foi palco da Revolução Russa (1917), o ato recolheu apenas 500 assinaturas em uma moção de repúdio às declarações do deputado e que também exigiu que o Ministério Público o condenasse por crime previsto no artigo 282 do Código Penal: “declaração de ódio a um grupo social”.

36. Artigo originalmente publicado no site “Jornalistas Livres” em 11 de abril de 2017.

Nesse mesmo período, o Opera Mundi noticiou que a primeira-ministra da Austrália, Júlia Gillard, pediu desculpas pelas adoções forçadas realizadas entre as décadas de 1950 e 1970, quando centenas de “mães solteiras” foram dopadas, atadas às camas de hospital e forçadas a assinar os papéis de adoção sem poder ver seus filhos, que eram entregues sem documentos a outros pais. Na Irlanda a situação também caminha para uma desculpa oficial, de acordo com a agência de notícias AFP. Recentemente, o Secretário de Estado de Educação, Ciaran Cannon, pediu a abertura de uma investigação sobre a descoberta de quase 800 esqueletos de crianças, enterradas sem caixão em uma fossa comum, ao lado de um antigo convento católico de Tuam, que abrigou entre 1925 e 1961 jovens “mães solteiras”. Essas jovens eram obrigadas a ter seus filhos nessas instituições, a trabalhar feito escravas em lavanderias e, na maioria dos casos, a entregar o filho para adoção. Segunda a historiadora Catherine Corless, as crianças que ficavam nos conventos, como o de St. Mary, em Tuam, serviram de cobaias para testes de vacinas da multinacional GlaxoSmithKline (GSK).

Essas matérias retratam, junto a outros tantos exemplos em vários países, a história recente de privações e humilhações de toda sorte contra a mulher que é mãe e chefe de família e domicílio, genericamente (des) qualificada de “mãe solteira”. Termo que não compreende a pluralidade dos arranjos familiares contemporâneos, pois a ausência de um cônjuge\pai pode ser por opção ou

por ocasião: viuvez, divórcio, abandono. Aqui, onde se canta não existir pecado do lado de baixo do equador, nossos arquivos públicos estão cheios de códices documentais que retratam trajetórias e estratégias de sobrevivência, desde os tempos coloniais, de mulheres sozinhas com filhos que sobreviveram valendo-se da construção de redes de apoio para criar seus filhos, enquanto muitas outras mulheres viram-se obrigadas a deixarem seus filhos nas rodas dos expostos ou entregá-los à adoção forçada. Histórias que ainda precisam ser contadas, aliás.

De lá para cá, do nosso período colonial até hoje, o mundo felizmente mudou – como demonstram algumas desculpas oficiais mencionadas acima, mas aqui no Brasil algumas questões em relação à mulher, sobretudo em relação à mulher mãe chefe de família (monoparentalidade feminina) ainda permanecem ocupando alguns corações e mentes na chave da (i) moralidade ou da piada com aquilo que não se consegue resolver na realidade. Um passeio rápido pela internet e encontraremos dezenas, centenas de páginas que pregam ódio às mães solteiras e nos transformam em mercadorias de segunda mão, chegando ao absurdo de uma página com o título “quer sexo rápido ainda hoje? Escolha uma mãe solteira e boa foda” – com uma galeria de fotos de mulheres com seus filhos.

Mas a misoginia, o machismo e o preconceito têm muitas faces, como sabemos. Em matéria de junho de 2011, por exemplo, a Revista TPM, uma publi-

cação que se pretende descolada e moderna, publicou uma reportagem intitulada “Namore uma mãe solteira”. Nela, as autoras, duas mulheres(!), sugerem a criação de uma campanha “divertida e descontraída” para homens namorarem “mães solteiras”, pois há vantagens para eles, os homens: a mãe solteira não tem pressa para casar-se; a mãe solteira não tem pressa para ter filhos e a mãe solteira não tem tempo para “grudar no pé do homem”. E tudo isso porque a mãe solteira já tem filhos.

Na lógica machista, misógina e perversa das autoras, esses filhos serão “assumidos” pelo novo companheiro da mulher mãe, desconsiderando a multiplicidade de arranjos familiares contemporâneos em que todas as crianças das famílias monoparentais femininas já têm pai: alguns moram em casas separadas e mantem contato com seus filhos; outros moram em estados diferentes e mantem contato na medida de suas possibilidades; muitos abandonaram suas companheiras durante a gravidez ou assim que a criança nasceu e agem, com o aval da sociedade brasileira, como se a paternidade de uma criança em gestação ou nascida fosse uma escolha, uma opção.

Assim, para as autoras, essa multiplicidade de arranjos familiares não é uma questão a ser considerada, pois a verdadeira “natureza” da mãe solteira é ter qualidades para agradar o homem que, ao se relacionar com ela, irá a um só tempo reabilitá-la socialmente da “imoralidade” de seu estado civil (divorciada, viúva ou abandonada) e “resgatar”

a criança do pecado de sua condição de “bastarda”. Cumpre destacar que esse termo infame – bastardo – pode designar tanto uma filiação adulterina, uma filiação entre pessoas solteira, quanto a “degeneração da espécie”, no sentido de não ser “puro” em relação à espécie a que pertence.

Felizmente, esse termo caiu legalmente em desuso aqui no Brasil no Código Civil de 2003. No entanto, algumas pessoas insistem em reabilitá-lo em contextos diversos. Por ocasião do debate sobre a redução da maioria penal, em 23 de abril de 2015, o psicanalista Contardo Calligaris, escreveu no jornal Folha de São Paulo: “A ideia de que a redução da maioridade penal seja um instrumento de dominação de classe é um estranho disparate. Alguém acredita que a delinquência seja um efeito da pobreza?”. Mais adiante, ele mesmo responde à sua indagação, argumentando que a delinquência juvenil é um efeito da “degenerescência moral” na qual muitas crianças brasileiras são criadas: pobreza somada às implicações de crescer em uma família “desestruturada”, na imensa maioria das vezes sem pai presente. Cumpre destacar que o psicanalista que elabora esse tipo de ideia já declarou na grande imprensa ter se casado sete vezes, tido alguns filhos e não convivido com a maioria deles porque veio morar no Brasil.

O que o psicanalista desconsidera é que a condição econômica (baixa) adjectiva e criminaliza a família chefiadas por mulheres sozinhas. Mais recentemente-

te, o posicionamento política também. Por ocasião das manifestações contra a corrupção brasileira nas quais algumas pessoas usaram roupas com as cores da bandeira nacional e gritaram palavras de ordem racistas, xenófobas, preconceituosas e cheias de ódio, um estudante de jornalismo chileno fez um vídeo em que ele entrevistou várias pessoas da manifestação ocorrida no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 2015. Entre os entrevistados, um senhor elaborou a seguinte ideia sobre o que ele considera ser comunista e petista: trata-se de um grupo de pessoas que cresceu sem a figura paterna em casa, pois todos eles foram mortos pela ditadura civil e militar brasileira. Assim, sem a “força” da autoridade do pai em casa e criados apenas pelas mães, são pessoas “degeneradas”, corruptas por natureza e perigosas. Pessoas que devem ser “eliminadas” do país, segundo esse senhor.

Infelizmente, essas não são as únicas demonstrações de preconceito, ódio e maneiras de criminalizar as mães chefes de família ainda hoje, mas os exemplos aqui citados nos ajudam a pensar algumas questões urgentes. A primeira delas é que o nosso estado civil – mães solteiras, viúvas, divorciadas, abandonadas – é contingencial, de maneira que ele não pode nos qualificar como mulheres mães chefes de famílias, pois podemos alterá-lo a qualquer momento e assim que quisermos. Isso tem uma implicação relevante em relação às reportagens/campanhas como a das autoras na Revista Trip: nosso maior desafio está longe de conseguir um/uma companhei-

ro/companheira para nos redimir socialmente – até porque não precisamos de redenção moral por nada.

O nosso maior desafio é a desconstrução por séculos da imoralidade e bastardia que pesam sobre nós e nossos filhos. Não precisamos de marido, mas precisamos de respeito por nossas escolhas, contingências e, sobretudo, por nossas crianças. Precisamos de escolas acolhedoras e empáticas em relação às novas e múltiplas configurações familiares na contemporaneidade. Precisamos também e sobretudo de políticas públicas que nos garantam condições de autonomia para criarmos nossas crianças com dignidade e acesso amplo e irrestrito à educação, saúde, moradia e cultura de qualidade. A segunda questão é que de acordo com os dados do IBGE/PNAD (Plano Nacional de Amostra Domiciliar), ambos de 2013, a monoparentalidade feminina responde por 53% dos arranjos familiares brasileiros e mesmo assim as mulheres negras e chefes de famílias ainda são o setor de maior vulnerabilidade social do país, pois a maioria das companheiras mulheres mães também fazem parte das estatísticas dos processos de feminização e racialização da pobreza no Brasil, e muitos de seus filhos fazem parte das estatísticas carcerárias e de adoção no Brasil.

Trata-se de um problema social que teve sua origem no escravismo brasileiro por mais de três séculos e no racismo até os dias de hoje. Dados recentes do IBGE e do PNAD demonstram que a feminização e a racialização da po-

breza diminuíram nos últimos 13 anos em razão das políticas públicas compensatórias e com contrapartidas, mas ainda assim permanecem como o setor de maior vulnerabilidade social do país. Problemas sociais estruturais como esse requerem um país com uma Democracia forte e políticas públicas de reparação na longa duração, sem cortes no orçamento e nem reformas na Previdência e na CLT, que acabarão jogando mulheres e crianças na miséria absoluta. Por isso, ter ou não um homem ao nosso lado é o menor dos nossos problemas. Precisamos nos organizar e lutar contra todo tipo de preconceito que pesa sobre nós e nossos filhos e lutar diariamente por políticas públicas específicas para romper esse longo processo de vulnerabilidade social ao qual muitas mulheres estão submetidas

37. O INFERNO SÃO OS OUTROS: ARMAS DE FOGO, MULHERES E BARBÁRIE³⁷

Quinze de janeiro de 2019 é uma data que certamente entrará para a história do Brasil como uma grande derrota da civilização para a barbárie. O presidente Jair Messias Bolsonaro assinou o Decreto, sem o aval do Congresso, que libera a posse de até quatro armas por cidadão sem precisar explicar as razões pelas quais uma arma de fogo é neces-

sária. Reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para compra de armas, estende o porte de armas para autoridades políticas e pessoas que respondam a processo criminal e/ou que sejam condenadas por crime culposo. O mesmo Decreto cria o Estatuto de Controle de Armas de Fogo e altera substancialmente o Estatuto do Desarmamento. Na prática, a sociedade brasileira está livre para usar uma arma de fogo com o aval de 40% da população de eleitores, da justiça e com o STF, com tudo. Não à toa, no mesmo dia a revista “Veja” veiculou pela internet: “Por volta das 12h33, as ações preferenciais da fabricante de armamento Taurus se valorizavam 5,18%, a 8,73 reais. As ações ordinárias, que têm menos liquidez, subiam 4,49%, a 9,30 reais. [...] As (ações) preferenciais contabilizavam em 2019 um ganho de 104,94% e as ordinárias 85,8%”.

Uma coisa não podemos negar sobre os primeiros dias de governo de Jair Messias Bolsonaro: apesar dos incontáveis recuos e várias trapalhadas, sua principal promessa de campanha foi cumprida e a primeira fatura com seus apoiadores foi quitada. Segundo o filósofo Jean Paul Sartre - que ainda não foi descoberto pela intelligentsia bolsonarista - “o inferno são os outros”. No mesmo dia 15 de janeiro de 2019, Alighieri de Oliveira, de 25 anos, entrou armado em um shopping da região metropolitana de Fortaleza, e assassinou a ex-companheira, Lidyanne Gomes da Silva, de 22 anos, com três tiros à queima roupa. Em seguida, Oliveira se matou. Na mesma noite,

37. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 22 de janeiro de 2019.

de acordo com o “Diário de Pernambuco”, duas mulheres também foram assassinadas na Região Metropolitana do Recife. A cabeleireira Mariana Roberta da Silva, 23 anos, foi morta a facadas, na frente das filhas de 2 e 6 anos, pelo companheiro. A outra vítima de violência é Simone Maria da Conceição, 39 anos, moradora de rua, morta a pauladas depois que saiu com um rapaz.

Essas três tragédias noticiadas em um único dia demonstram que as mulheres poderão ser as maiores vítimas dessa barbárie legitimada pelo decreto. Se acompanharmos os dados sobre feminicídio no país – crime contra a mulher pelo motivo de ela ser mulher – desde 2015, quando a Lei Maria da Penha foi criada, constatou-se que o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. A maioria desses feminicídios foi com arma de fogo, dentro de casa e praticados por ex-companheiros, companheiros e parentes das vítimas (DataSUS/BBC Monitoring/ Instituto Patrícia Galvão). Se articularmos o projeto de armar o “cidadão de bem” com a curva crescente do crime de feminicídio no Brasil, e o veto do governador de São Paulo, João Dória Jr., ao funcionamento das Delegacias das Mulheres por 24 horas, temos uma realidade trágica e a possibilidade de um futuro pior ainda. Cerca de 40% dos votantes da população brasileira que elegeram Bolsonaro e Dória são a favor do porte de arma, assumem os riscos de morte de outrem e não se incomodam com os altíssimos índices de feminicídio do país. Como entender e explicar a naturalização do feminicídio e da violência de maneira geral?

Colonização, escravismo e patriarcado

Historiadores que analisam as dinâmicas e estruturas das relações de dominação colonial têm demonstrado que a ocupação e a conquista da América engendraram possibilidades de ampliação do cabedal econômico, social, política e simbólico. Os domínios ultramarinos, sobretudo o território do Brasil, representavam para os conquistadores que aqui chegavam possibilidade de se tornarem “nobres da terra”, por meio do escravismo e da detenção de monopólios, exercendo o mando sobre outros homens e mulheres. A base jurídica da autoridade do homem sobre a mulher remonta às Ordenações Filipinas, código legal da primeira modernidade que regulava a vida em sociedade de Portugal e seus domínios ultramarinos, e assegurava ao marido o direito de matar a mulher. Caso ela cometesse o crime de adultério ou ele suspeitasse de traição por meio de boato.

Na Bahia do final do século 18, temos o caso de Ana Romana Lopes, mulher bonita, parda e forra (escrava liberta), que vivia da venda de víveres numa banca da cidade baixa. Em 1799, Ana Romana forneceu um dos principais depoimentos acerca do caráter de João de Deus do Nascimento, um dos réus enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador, por crime de lesa-majestade de primeira cabeça - conspiração contra a Rainha de Portugal em um movimento político conhecido até os dias de hoje por Conjuração Baiana de 1798. Consta nos autos do processo que Ana Romana

Lopes viveu uma correspondida, tórrida e pública paixão com João de Deus do Nascimento, alfaiate, pardo e forro, casado com Luiza Francisca de Araújo. No entanto, dias antes de João de Deus ser preso pela tentativa de levante armado, Ana Romana terminou seu romance alegando que se apaixonara por outro homem, o poderoso e rico Secretário de Estado e Governo do Brasil. Desnorteado com o fim do romance, João de Deus deu uma surra pública em Ana Romana, deixando-a marcada para quem quisesse ver - episódio que ajudou nos argumentos dos desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia para a condenação de João de Deus à pena última.

Após o enforcamento dos quatro réus no patíbulo público na Praça da Piedade, em Salvador, não se tem notícia do paradeiro de Ana Romana Lopes. No entanto, não parece exagerado supor que ela tenha sido condenada ao vexame público por duas vezes. A primeira com a surra pública que levava do amante indignado por ter sua “honra” maculada pelo boato da traição, pois não se tem prova do romance com o dito secretário. A segunda condenação reside na hipótese de ela ter tido o destino de outras tantas mulheres que, como ela tentou fazer valer suas demandas a partir das pequenas brechas daquela sociedade altamente hierarquizada. Em seu depoimento, Ana Romana se mostrou profundamente indignada com a surra que levou de João de Deus em razão do boato sobre sua paixão por outro homem e quis fazer valer sua condição de mulher livre ao terminar seu romance com o acusado. No entanto,

apesar de seu depoimento ter servido às autoridades judiciais para condenar João de Deus juntos com outros três acusados à força seguido do esquartejamento dos corpos, tudo leva a crer que Ana Romana tenha sido recolhida em um dos vários conventos das ordens terceiras que recebiam mulheres livres, pobres e pardas, mantendo-as enclausuradas de fato, onde morriam sozinhas e isoladas da sociedade colonial.

Na mesma Praça da Piedade, em Salvador, em 1847, o professor José Estanislau da Silva Lisboa, 28 anos, neto do riquíssimo comerciante e traficante de escravos José da Silva Lisboa, descontrolado e furioso por Júlia Fetal, 20 anos, ter terminado o noivado porque se apaixonara por outro homem, matou-a com um tiro certeiro no peito. O julgamento no fórum de Salvador durou meses e mobilizou setores da elite local em debates ferrosos em torno da “legítima defesa” do assassino. A tese da acusação era sobre a legitimidade do crime: a condenação de João Estanislau residia no fato de que ele não tinha o direito de matar Júlia Fetal, pois eles não eram casados e, portanto, não houve crime de adultério com o término do noivado. A tese da defesa pedia absolvição de João Estanislau porque ele havia sido socialmente humilhado ao ser abandonado pela noiva, de sorte que ele estava fora de si no ato do crime. João Estanislau confessou o crime, recusou a tese de insanidade, recusou o perdão imperial que dom Pedro II concedeu e cumpriu 14 anos de prisão, tempo reclusão no qual a elite enviava seus filhos à prisão para eles terem aulas com o réu confesso.

A tese de “legítima defesa da honra” teve vida longa no Brasil. De meados do século 19 até cerca de 1970, vários casos de feminicídio levados a júri nesse período absolveram os assassinos em razão, sobretudo do clamor da sociedade, que matava sua vítima duas vezes. No caso de Ângela Diniz, por exemplo, covardemente assassinada com quatro tiros à queima roupa por Doca Street, não faltaram relatos de pessoas que condenassem moralmente a conduta da vítima, cujo crime era ser uma “mulher fatal” como definiu a defesa do assassino: bonita, financeiramente independente e sexualmente ativa -, corroborando com o argumento de “legítima defesa da honra” do macho humilhado, que hoje em dia, mesmo com a Lei Maria da Penha, encontra maneiras mais sutis de expressão.

Femicídio e cidadania

É certo que desse passado remoto até hoje, a sociedade civil organizada lutou e conquistou muita coisa. No entanto, os casos citados das mulheres brutalmente assassinadas porque resolveram dar um basta na relação ou porque fizeram valer seus direitos de mulher, sugerem que a violência e a desigualdade ainda são projetos e a conquista da cidadania no Brasil é um processo transitório, com fluxos e refluxos. Em um artigo intitulado “Marcas de Batom”, publicado em 2010, Frei Betto faz algumas interrogações: Por que o homem precisa matar, violentar ou agredir a mulher que o rejeita? Não seria suficiente separar-se dela e

arrumar outra? Por que tantos homens aparentemente normais e pacíficos reagem de forma brutal e rancorosa quando são desprezados ou simplesmente substituídos? Por que esse tipo de crime é e foi durante muito tempo aceito, ainda que tacitamente, pela sociedade?

Frei Betto afirma que na conduta do criminoso passional - não somente aquele que comete o assassinato - encontra-se embutida uma causa exógena, uma pressão social para que ele não aceite a autodeterminação da mulher. Além de o fato em si de ter sido desprezado ou chamado à responsabilidade legal, o passional preocupa-se em mostrar aos amigos e familiares que ainda continua no comando de sua relação amorosa e que castigou, com rigor, aquela que ousou desafiá-lo. “É a face deplorável do machismo”. Por essa razão, o sujeito comete o crime na presença de testemunhas e, depois, confessa a autoria do delito sem rodeios e em detalhes. Para ele, praticar “o ajuste de contas” e não o demonstrar publicamente de nada adianta. De acordo com o autor, nosso Código Penal não define o que é “crime passional”, nem faz previsão expressa desse tipo. A doutrina é que assim denomina a conduta do homem que mata e agride a mulher por suspeita de infidelidade ou de outro motivo qualquer. É importante mostrar que o homicídio passional, em regra, é qualificado e não privilegiado. Qualificado pelo motivo que é torpe (vingança), pelo uso de recurso que dificulta ou impede a defesa da vítima (surpresa e constrangimento público), pelo emprego de meio cruel (confinamento, vários

tiros ou facadas no rosto, no abdome, na virilha). Não é privilegiado porque, na grande maioria dos casos, o agente não se encontra sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à suposta provocação da vítima. O sujeito pode estar sentindo uma forte emoção no momento do crime, mas é uma emoção que foi depurada e alimentada ao longo do tempo. Ou seja, o agente teve a oportunidade de pensar melhor, de procurar acalmar-se para evitar o crime, mas deliberadamente não o fez. Tomado pelo sentimento de vingança, e apesar de todas as consequências de seu ato, que ele bem conhece, decide matar e/ou violentar, e trama sua ação de forma a emboscar a vítima.

Cumprido destacar que o assassinato é a culminação de um processo, é a escalada final antecedida por uma série de atos violentos como a pressão psicológica, a humilhação, o estupro, a agressão física e verbal, a calúnia, a difamação da moral e do caráter feminino. Quem não se lembra da brutalidade do assassinato de Eliza Samudio, em 2010, que buscou proteção contra as constantes ameaças físicas e morais que sofreu durante a gestação de seu filho, e foi morta porque entrou com um pedido de pensão alimentícia, direito da criança previsto em lei. Não foram poucas as mulheres que fizeram coro com os homens ao qualificarem Eliza de “prostituta”, “garota de programa” e “Maria Chuteira”, que conheceu o pai de seu filho em uma festa que o réu chamou de orgia – como se alguém frequentasse uma orgia sozinha e isso fosse um motivo plausível para um ser humano morrer de maneira tão brutal.

Lamenta-se que a “legítima defesa da honra” ainda seja o argumento utilizado pela defesa do réu para justificar o injustificável: um assassinato cruelmente planejado. Mas não dá para entender como, em pleno século 21, uma parcela considerável da sociedade brasileira tenha feito opção pelo armamento de seu país e pela morte de índios, mulheres, população negra, homossexuais, LGBTIs. Se em 2010, quando éramos felizes e sabíamos por que as nossas instituições de fato funcionavam, Eliza Samudio não teve tempo para continuar viva, a partir da assinatura do decreto que legitima o armamento da sociedade brasileira, a situação pode ficar insustentável para boa parte da população brasileira. Assim como para as três mulheres, que também não tiveram tempo de ver a Lei Maria da Penha ser cumprida e foram brutalmente assassinadas na noite de 15 de janeiro de 2019.

E, assim como Ana Romana Lopes (século 18), Júlia Fetal (século 19), Leila Diniz, Eliza Samudio, Lidyanne Gomes da Silva, Marianna Roberta da Silva e Simone Maria da Conceição, condenadas duas vezes: à morte por seus algozes e ao vexame público por uma sociedade que prefere fazer piada com um presidente que ameaça matar seus opositores políticos com um gesto infame, na maioria dos casos de violência contra mulheres a impunidade do agressor é a regra. Justamente porque é impune, o agressor costuma recair no mesmo crime - com outras mulheres, sem distinção.

38. ABSTINÊNCIA SEXUAL, CRIMINALIZAÇÃO DA MÃE-SOLO E FRENTE AMPLA³⁸

A história mostra que a campanha de abstinência sexual para a juventude do bolsonarismo é a porta de entrada para a criminalização de mães solo, como eu, e o retorno da ideia nazista de "degeneração da espécie", que foi anunciada na esfera pública brasileira pelo vice-presidente Gal. Mourão ainda durante a campanha em 2018. Amigxs, colegas, simpatizantes e oposição moderada: hoje, somos a maioria dos arranjos familiares no Brasil, e nunca transformei a decisão de não me casar com o pai do meu terceiro filho em uma bandeira porque sou exceção da exceção de uma regra que predomina na grande maioria das mães solo no Brasil: feminização e racialização da pobreza. No entanto, nunca deixei de chamar atenção para a necessidade de políticas públicas que tivessem a maternidade solo como recorte.

Primeiro porque essas mulheres são as que mais sofrem violências de seus companheiros e são mortas por eles e por homens próximos. Segundo porque seus filhos compõem parte significativa da população carcerária que, sabemos, cresce significativamente em tempos de prosperidade econômica. Por fim e justamente pelas razões acima, a maioria dessas mulheres continuou como o grupo social mais vulnerável mesmo depois de alguma melhora com

o programa de Bolsa Família com contrapartidas dos nossos governos. Por isso, muitas delas foram buscar no universo neopentecostal um alento espiritual, um local de diversão que também funciona quase como um clube (teatros evangélicos, coral, karaokê, bingo, almoços e jantares comunitários e reunião só com mulheres) e proteção social por meio de uma rede de ajuda Adonai que vai da cesta básica ao emprego precarizado para o filho vaporzinho no tráfico e alvo predileto da polícia.

Daí para essas mulheres-mães-solo votarem no atual governo foi um pulo, e a ministra Damares e o bolsonarismo em geral sabem disso e jogam duro com isso. Essa realidade é facilmente comprovada por diversas pesquisas disponíveis nas redes sociais, no entanto tem sido tangenciada por parte da esquerda que é contra a construção de uma Frente Ampla, mas não comenta sobre o caráter da conciliação petista de centro-centro-esquerda, às vezes direita, e nem comenta sobre as políticas de centro-direita dos governos petistas aqui no Nordeste. E agem assim porque estão bem longe da mira da necropolítica bolsonarista: são homens brancos, acima dos 50 (com alguns xovens conferindo legitimidade), com casa, comida, roupa lavada por (alguma dessas mulheres), têm dentição completa, filhos na escola privada e acham que Segurança Pública é problema da Polícia Militar.

38. Artigo originalmente publicado no site "Opera Mundi" em 26 de janeiro de 2020.

39. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER & DAMARES & ABSTINÊNCIA SEXUAL³⁹

A Ministra Damares Alves conta com altos índices de aprovação na sociedade brasileira. Engana-se fortemente quem pensa que essa aprovação é restrita ao universo neopentecostal - em dezembro de 2019, Damares contava com o apoio de 29% da população que vota no PT, por exemplo. A principal razão desse fenômeno do conservadorismo bolsonarista é conhecida, mas tem sido historicamente negligenciada pelos dirigentes homens da esquerda brasileira. Depois da eleição de Bolsonaro, Damares Alves deu várias entrevistas na imprensa contando sobre as violências que sofreu na infância: ela foi estuprada dos 6 aos 12 anos por dois pastores que ficavam hospedados com frequência na casa da família. Segundo a ministra, ela tentou contar sobre os estupros pra várias pessoas, mas ninguém prestou atenção no que ela dizia, muito menos no comportamento que ela passou a desenvolver com o trauma.

Nessas entrevistas, Damares relatou que "superou" seus traumas causados pelos estupros quando subiu em uma goiabeira e encontrou Jesus. Por mais anedótico que esse episódio seja pra muita gente, Damares faz questão de recontá-lo com frequência para reafirmar que ela foi acolhida e protegida pela igreja evangélica. É aí que reside um dos

maiores entraves pra esquerda: o Estado era alternativa pra ela? Damares não foi a única mulher a ser acolhida em situação de violência no universo pentecostal. Justamente por isso, seu discurso sobre abstinência sexual tem tido grande aderência em amplos setores da sociedade brasileira. A principal razão é a resposta altamente conservadora e violenta via Estado que ela propõe para combater a epidemia de violência doméstica na infância e contra a mulher.

Além disso, dessexualizar e deserotizar a sociedade brasileira à sua imagem e semelhança: Damares é uma mulher que faz questão de não ter nenhum traço de sensualidade, de erotismo, de encanto. Uma mulher dura, rígida, monocromática - como milhares de outras mulheres que, consciente ou inconscientemente, têm a mesma postura rígida e reprimida como proteção a qualquer tipo de violência. Vocês já pensaram que o descaso com a saúde, corpo e alma, pode ser um escudo contra homens que se sentem no direito de abusar e violentar mulheres de várias maneiras?!

Obviamente que tenho profundas críticas à Ministra Damares e ao bolsonarismo de maneira geral, mas a minha opinião não importa nada porque esse país tem milhões de Damares que nunca foram respeitadas, acolhidas e protegidas. Milhões de Damares que nunca foram ouvidas pelo Estado e nem consideradas protagonistas em um projeto de país progressista. O drama delas

39. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 29 de janeiro de 2020.

nunca foi a escolha entre a democracia liberal e o socialismo de mercado. Elas nunca tiveram escolha que não fosse a igreja evangélica. E são essas mulheres, esse contingente imenso de gente largada à própria sorte, que a esquerda vai continuar ignorando e/ou chamando de fascista? Porque essas mulheres não concordam com o Bolsonaro, mas foi e ainda é no mesmo universo dele e da ministra Damares que elas e seus filhos foram e são acolhidos. Que mulher-mãe-solo não quer proteção para seus filhos? Quem há de acusá-las e condená-las quando não há alternativa?!

Tudo isso para escrever três coisas:

1. mulheres-mães-solo (a maioria trabalhadoras domésticas precarizadíssimas) e seus filhos precisam ocupar lugar central em um projeto de Brasil em oposição ao bolsonarismo;

2. a violência na infância e contra as mulheres precisa ser tratada como epidemia e jamais como pauta identitária como tem acontecido pela ala economicista de uma esquerda machista e socialmente irresponsável;

3. não adianta as lideranças partidárias afirmarem a necessidade de diálogo com os evangélicos se parte significativa da militância se sente moralmente superior e no direito de dizer à essa população que ela não pode ter religião ou qual religião ela deve ter.

Por todas as razões acima: isso é muito violento. O bolsonarismo, como um fenômeno de massa da extrema-direita, deslocou todo campo político e isso tem nos obrigando a rever muita coisa. A principal delas é a relação entre religião e política na esquerda brasileira.

40. ODOYÁ, YEMANJÁ!⁴⁰

A festa mais linda de todas.

Nos últimos dois anos tenho frequentado a festa de Yemanjá na virada. Vou com um grupo pequenos de amigos, entrego minhas oferendas, agradeço por tudo de tanto, reforço pedidos de proteção, tomo alguma bebidinha, vejo um dos shows do Lalá, dou uma dançadinha e volto pra casa antes da alvorada. Há dois anos, não piso no Rio Vermelho no dia 02 de fevereiro. Ano passado coloquei um vestido branco lindo, flores no cabelo, alfazema e *ylang-ylang* no corpo e fui. Chegando lá encontrei amigos e logo depois um destacamento da Peto, da PM/BA passou por nós. Tremi, fiquei pálida, um amigo segurou a minha mão e um deles parou e disse: olá, professora. Voltei pra casa logo depois.

Há dois anos, um deles agrediu meu rosto violentamente porque tentei parar a tortura à céu aberto que ele fazia com um menino negro que já estava algemado, no chão e mesmo assim era violentamente agredido. O desenrolar

40. Artigo originalmente publicado no site "GGN" em 02 de fevereiro de 2020.

dessa história kafkaniana todes conhecem e acabou apenas no final do ano passado. Pouco antes de falecer, depois de muita conversa sobre as implicações dessas agressões em 2018, Makota Valdina me disse: “seus medos precisam de tempo pra você seguir adiante. Você saberá quando voltar”. Ontem, cheguei à festa com uma amiga e Bentinho – a primeira vez dele em uma festa de Largo à noite.

Fui levar minhas oferendas e lembrei dessa conversa com Makota Valdina quando vi essa senhora linda da foto. Quando estávamos caminhando para o boteco do França um destacamento da PM/BA passou por nós e forçou passagem com a truculência típica, tom ameaçador e o cassetete na linha de frente. As pessoas abriram passagem, claro, e eles foram embora. Bentinho me disse: “minha mãe, que monstros. Por que eles fazem isso? Só porque todo mundo tá feliz? Não pode mais ser feliz?” Pode parecer bobagem, e acho mesmo que é, mas naquele momento eu zerei com o universo. E depois de mais de um ano e meio sabático com o Pós-doutorado, pesquisas, leituras, preceitos e resguardos: tô de volta!

Ọbá Omi! Ọba Olókun!

Ọba Ọlòsà! Odò mi òò!

Èérú Ìyá!

41. QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NO BRASIL?⁴¹

No apagar das luzes de um dos piores anos da história recente da humanidade, em 30 de dezembro de 2020, a Argentina ocupou o noticiário do mundo inteiro. Depois de décadas de lutas e acúmulo político das feministas argentinas em torno da Campanha Nacional pela Legalização do Aborto, o congresso argentino aprovou a lei que despenaliza e legaliza o aborto até as primeiras 14 semanas de gestação, garante a rede de saúde pública para apoiar a mulher antes, durante e depois da decisão, além de garantir auxílio à mulher que decidir seguir com a gestação. O feito contou com entusiasmadas manifestações dos homens da esquerda brasileira, que atribuíram a descriminalização do aborto à coragem política do atual presidente da Argentina, Alberto Fernandez, que entendeu a importância dessa luta feminista e a transformou em promessa de campanha.

No entanto, um militante do PSOL/SP foi além ao lembrar do papel fundamental das feministas nesse processo, afirmando em tom de provocação que na Argentina: “o movimento feminista é forte e soube colocar a questão para a sociedade como demanda universal de direitos humanos e de saúde pública”. A provocação se refere à premissa de que, no Brasil, o movimento feminista não seria forte. Uma besteira proferida

41. Artigo originalmente publicado no site da Revista “Carta Capital” em 15 de fevereiro de 2021.

por quem não enxerga o avanço de movimentos feministas no Brasil, apesar de tudo, inclusive de uma esquerda anacrônica. Vejamos:

Por ocasião do caso da menina de 10 anos estuprada por seu tio e que obteve autorização da justiça para a realização de um aborto no SUS, a Revista Piauí publicou uma reportagem com dados estarrecedores, mas elucidativos sobre a universalidade dessa demanda e da força do movimento feminista no Brasil. Até junho de 2020, ao menos 642 meninas de até 14 anos foram internadas no SUS para fazer um aborto: a maioria por complicações na gravidez e tentativas de interrupção da gestação. No ano anterior, em 2019, a cada 100 internações por aborto de um total subnotificado de 195 mil, apenas 1 tinha sido autorizado pela justiça. No período de 2009 a 2018, o DataSUS registrou 721 mortes de mulheres por abortos clandestinos no Brasil, sendo que 6 a cada 10 vítimas fatais eram negras, pardas, pobres e nordestinas.

Ou seja, se esses números não são suficientes para a sociedade brasileira compreender a descriminalização do aborto fora do universo moral e como uma demanda universal de direitos humanos e de saúde pública, que ao menos os homens da esquerda brasileira o façam sem reduzir essa demanda no guarda-chuva equivocado de “pauta identitária”. É bom lembrar que as mulheres feministas do Recife foram pessoalmente afastar os grupos extremistas que queriam impedir que a lei fosse cumprida e uma menina de 10 anos pudesse

realizar o aborto de um crime hediondo. Enquanto isso alguns homens da esquerda ficaram apoiando a menina nas redes sociais e acusando as feministas de “lacração identitária” – assim como o atual presidente Jair Messias Bolsonaro e a conservadora extremista Sara Winter.

Aliás, há tempos que um grupo de homens da esquerda brasileira resolveu atacar as feministas no lugar de combater o genocídio fascista do atual governo.

Muito provavelmente porque o maior e o mais importante movimento contra o então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro foi articulado nas redes sociais por duas feministas e levou mais de 1 milhão de pessoas às ruas de 114 cidades de 26 estados e Distrito Federal pelo #EleNão, popularizando o movimento feminista como nunca antes na história desse país. Além disso e o mais importante: se não fosse o #EleNão, Bolsonaro teria sido eleito no primeiro turno em 2018. De acordo com os dados da pesquisa DataFolha de 28 de setembro de 2018, um dia antes da histórica manifestação, “se dependesse dos homens, Bolsonaro sairia do primeiro turno isolado no primeiro lugar”, divulgou o insuspeito sítio de notícias G1, pois o ex-capitão do exército contava com 37% da intenção de voto entre os homens enquanto ele não passava de 21% da intenção de voto das mulheres.

Sim, senhoras e senhores, nós, mulheres feministas, levamos o candidato Fernando Haddad para o segundo turno das eleições em 2018, e para a jornalista e ativista feminista Patrícia Zaidan

se o núcleo da campanha do Haddad tivesse incorporado as demandas do #EleNão provavelmente hoje estaríamos em outra situação. Ocorre que naquela ocasião, alguns militantes e dirigentes petistas resolveram fazer coro com a ciclotimia do então candidato Ciro Gomes (PDT) que se viu constrangido a convocar a população para o #EleNão e depois passou a desqualificar a força do movimento de mulheres porque Bolsonaro foi colocado no centro do debate político.

Quase um Morgan Freeman dos trópicos, Ciro Gomes acreditava que para o bolsonarismo deixar de existir era só parar de falar nele. Nessa mesma linha de não falar sobre o que se queria/quer desaparecido (avant garde do atual cancelamento), alguns petistas decanos ignoraram o acúmulo político do #EleNão para a disputa do segundo turno e afirmavam que Fernando Haddad deveria se concentrar no que de fato importava: “a agenda econômica e social”. O resultado desse diálogo entre o ontem e o anteontem já é conhecido: Jair Messias Bolsonaro foi eleito com quase 10 milhões de votos de diferença e subiu a rampa do Palácio da Alvorada prometendo acabar com o “politicamente correto” e com a “ideologia de gênero”.

O que não talvez muita gente não saiba é que os coletivos feministas não pararam de lutar desde o histórico #EleNão. Tanto que em 2020, as companheiras Ludmilla Teixeira e Patrícia Zaidan criaram o Levante “Mulheres Derrubam Bolsonaro” – um coletivo fe-

minista com lideranças e militantes de vários partidos de centro-esquerda de norte ao sul do país, que elaborou, entre outras ações, um manifesto pedindo o impeachment de Jair Bolsonaro e assinado por mais de 40 mil mulheres, incluindo a ex presidenta Dilma Rousseff. O Manifesto também pede a cassação da chapa ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelas fake news espalhadas durante a campanha de 2018 e à Procuradoria-Geral da República por desrespeitar a Constituição, por apologia ao fascismo, ao racismo, aos crimes cometidos pela Ditadura Militar, e pelas então 60 mil mortes provocadas pela Covid-19, sem a adoção de uma política emergencial de saúde capaz de barrar a pandemia. Não parece ter sido por outra razão que, nas eleições de 2020, das 50 candidaturas de mulheres pobres, negras e trans às Câmaras Municipais efetivamente apoiadas pelo Levante das Mulheres: 17 foram eleitas!

Um feito político mesmo com todo tipo de boicote dos dirigentes de esquerda em uma eleição atípica durante uma pandemia, que foi possível porque vários coletivos feministas decidiram disputar espaços e a institucionalidade por meio de mandatos individuais e coletivos em todo país – mulheres representavam 52,49% das 147,9 milhões de pessoas aptas a votar nas eleições de 2020 (TSE), por isso a força política da linha política “mulher vota em mulher”. Um feito político que deverá se repetir e triplicar nas eleições majoritárias de 2022, porque nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, mesmo durante uma

pandemia que acumula mais de 230 mil mortes, a direita e a extrema direita não param de atacar os direitos reprodutivos e sexuais duramente conquistados pelos coletivos feministas, contando com o silêncio de boa parte dos dirigentes da esquerda.

Além disso, para se ter uma dimensão do drama que vivendo no Brasil, em 10 de outubro de 2020, o monitoramento da violência feito por mídias independentes, publicado no sítio Brasil de Fato, demonstrou que 497 mulheres foram assassinadas pelo motivo de ser mulher – feminicídio – desde o início da pandemia. Praticamente “um feminicídio a cada nove horas entre março e agosto” de 2020. Só no estado de São Paulo o número de mulheres assassinadas por companheiros ou ex-companheiros subiu 41,4% no mesmo período. Números subnotificados, cumpre lembrar, sem os casos de violência contra as mulheres e que configuram uma epidemia.

Não foi por outra razão que no começo de 2021, a socióloga, feminista e militante do movimento negro Vilma Reis articulou nacionalmente o Levante Feminista contra o Feminicídio. Trata-se de um coletivo com a participação de mulheres de várias entidades, partidos de esquerda, militantes, intelectuais, ativistas do Brasil inteiro e de outros países, que dará início a Campanha de Combate ao Feminicídio em 14/03/2021, dia do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco PSOL/RJ.

O Levante Feminista contra o Feminicídio é fruto do acúmulo político da luta feminista nas campanhas: “Quem Ama não Mata”, “Diretas Já”, “Fora Cunha”, “Não Vai ter Golpe”, “Dilma Fica”, “Fora Temer”, “Nenhuma a Menos”, “Ele Não”, “Ele Cai”. É um grito contra essa política genocida e armamentista que tem como alvo mulheres, negros e indígenas. Porque eles nos querem caladas, mas nós os denunciaremos. Eles nos querem mortas, mas nós viveremos e lutaremos contra o fascismo da extrema-direita, o conservadorismo da direita e o anacronismo de uma esquerda que insiste em negar a centralidade e o universalismo das nossas lutas. Lutamos pela vida de todos: a nossa e a de quem ainda teme a nossa luta.

42. POR QUE VOCÊS QUEREM NOS MATAR?⁴²

No último dia 04 de março foi divulgado o resultado do levantamento da Rede de Observatórios da Segurança realizado em cinco estados – SP, RJ, BA, PE e CE -, durante o primeiro semestre de 2020, incluindo os primeiros meses da pandemia do coronavírus que até hoje assola o mundo. Dos 1823 casos monitorados pela Rede, 449 foram vítimas de feminicídio: quando uma mulher é assassinada pelo motivo de ser mulher.

42. Artigo originalmente publicado no site da Revista “Carta Capital” em 09 de março de 2021

Desses, 200 mulheres foram mortas em São Paulo, concentrando 40% dos casos monitorados; Pernambuco é o segundo estado com mais casos de feminicídio; Bahia é o estado com maior número de homicídio de mulheres; Rio de Janeiro é o segundo estado que mais agride mulheres; Ceará registrou 74% mais casos de feminicídios que o governo do estado registrou, ou seja: é o estado com o maior número de Boletins de Ocorrência maquiados.

Trocando em miúdos o resultado divulgado na última semana: cinco mulheres são assassinadas por dia nesses estados. Quando se considera o alerta de especialistas sobre o crime de feminicídio ser “maquiado” e frequentemente registrado como lesão corporal ou homicídio doloso, a realidade transforma o feminicídio no Brasil em um crime que beira à epidemia, praticado sobretudo por companheiros e ex-companheiros da vítima dentro de sua casa. Uma mulher correr alto risco de morte dentro da própria casa – onde ela deveria estar segura – não é a única contradição que cerca o feminicídio aqui, nos Tristes Trópicos.

O Brasil é um dos países que tem as três melhores leis do mundo para o combate da violência contra as mulheres e com tipificação específica, a Lei Maria da Penha (2005) – além de ser signatário de duas Convenções Internacionais: “Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW/ONU) e a “Convenção de Belém do Pará”. Porém, contudo, entretanto, não obs-

tante, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou no ano passado que um terço das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de violência. Eu sou uma delas, e peço licença para lhes contar parte dessa história.

Há três anos, eu me apaixonei por um homem de setenta e poucos anos, vinte anos mais velho do que eu. Charmoso, inteligente, perseguido por ser combativo, irônico na medida certa, ele também ficou encantado, mas a história não foi adiante porque temos a mesma qualidade: somos monogâmicos seriais. Também somos amigos até hoje, mas não foi simples lidar com esse não vivido na época. E na tentativa de superar isso, tomei uma decisão impulsiva que me deixou sequelas físicas e emocionais. Lembro como se fosse hoje: era o final de um evento acadêmico no auditório da Faculdade de Engenharia da UFBA, ele se aproximou, estava pálido, olhou nos meus olhos, me beijou, me abraçou forte e foi embora de cabeça baixa.

Nessa mesma época, um colega de profissão que acabado de se separar estava em Salvador para um seminário e me convidou para jantar antes de voltar para São Paulo. Aceitei. Conversa vai, cerveja vem, risadas, um abraço apertado e um beijo demorado. Menos de um mês depois, começo de ano, ele voltou para Salvador para passar férias e me pediu em namoro. Tudo parecia divertido e leve nas férias de janeiro até eu encontrar um colega de militância na cidade de Cachoeira. Um homem bonito, divertido e cheio de histórias rapidamente

despertou o ciúme do então namorado, que brigou comigo e depois se desculpou pedindo paciência, pois ele teria que se adaptar ao fato de estar namorando uma mulher bonita e que chamava atenção. Burrinha, fiquei toda prosa e achava engraçado quando ele queria saber com quem eu já tinha namorado antes dele.

Na noite anterior à festa do 2 de fevereiro, fomos encontrar umas amigas no Rio Vermelho, bairro boêmio de Salvador. Depois de um show e de cortejos de rua, fomos tomar um gim em um bar e ele esmurrou um moço na frente de todo mundo porque disse ter visto ele tocar o meu cabelo. O moço estava com o namorado e não tinha feito nada além de ter sido meu aluno na universidade. Ele chorou muito, pediu desculpas, disse que estava bêbado, prometeu que nunca mais faria isso e jurou amor eterno enquanto a gente transava. Logo depois, o carnaval chegou anunciando o inferno de Dante que seria a minha vida nos meses seguintes.

Do tamanho da saia da minha fantasia, ao pelo italiano dono da pousada que não parava de me olhar em uma praia deserta da ilha de Itaparica, ao episódio no qual a PM/BA nos agrediu porque eu tentei parar uma tortura a céu aberto de um rapaz negro que já estava algemado e no chão. O episódio é conhecido e paradigmático do *modus operandi* desse tipo de homem: eu respondi o processo sozinha porque ele não apareceu na audiência e nem enviou um vídeo com o relato do que acontecera naquela noite por medo de prejudicar sua carreira – que é a mesma que a minha.

O fato é que o tempo passava e ele ia piorando. As aulas começaram e não demorou para esse sujeito começar a stalkear quem curtia minhas postagens e a querer saber com quem eu tinha conversado durante o dia, me pedia fotos dos lugares em que eu estava e fui fazendo o mesmo. Em uma noite depois de uma participação minha em um evento de trabalho em São Paulo fui jantar com amigos e ele chegou depois e tudo parecia tranquilo até que ao chegar na casa dele, enquanto a gente namorava ele segurou o meu rosto forte, olhou nos meus olhos e me disse sem meias palavras: “eu te mato se você me trair”.

Eu me culpo até hoje por não ter terminado tudo ali porque a primeira agressão aconteceu dois dias depois. Ele fez um jantar para amigos em comum na noite anterior ao meu retorno para Salvador. No final daquela noite massa, ajudei a recolher o lixo, fui escovar os dentes para dormir e soube que um moleque que eu nunca vi na vida, mas participava de um mesmo grupo de zap, tinha me mandado uma mensagem privada querendo me ver nua. Isso me rendeu empurrão da cama e um chute – que ele disse ter sido sem querer. A relação prosseguiu entre brigas pesadas e juras de amor eterno.

No mês seguinte, ele esperou que eu dormisse e passou a madrugada vasculhando as mensagens no meu celular: descobriu que eu estava apaixonada por outro homem antes de começar a namorar com ele e que eu tive uma. Ele ficou transtornado, sobretudo porque divul-

garam em um grupo de zap interestadual a foto de uma assembleia em um sindicato na qual eu estava sentada entre uma amiga e o homem por quem estive apaixonada antes de começar esse namoro. Ele quis saber quem estava na assembleia e disse que ele não conhecia ninguém. Ele me mandou a foto, me xingou, gritou e quando nos encontramos para conversar, depois de beber muito, me agrediu porque ele não era "corno".

A mulher não precisa ficar com o trem para um homem achar que pode se vingar dela. Basta ela ser mulher. Basta uma piada de "corno" e a possibilidade de "todo mundo considerar esse homem corno" para a mulher sofrer todo tipo de agressão. Aliás, depois que terminamos da pior maneira em uma festa ele repetia que ninguém acreditaria em mim porque, em seus termos, tenho fama de namoradeira e briguenta na militância político-partidária. E ele tinha razão: quase ninguém acredita em uma mulher até ela ser morta ou ter sequelas físicas irreversíveis.

Sete cirurgias na boca para corrigir os dentes tortos pela perda óssea, um dedo torto para sempre porque foi quebrado em dois lugares, uma orelha rasgada por um brinco arrancado e a luta diária para tirar o agressor do meu espelho e evitar que eles nos matem, inclusive simbolicamente. É por isso que eu conto essa história envolvendo pessoas que tiveram acesso à educação, saúde e cultura e possuem renda e formação escolar bem acima da média brasileira.

É por tudo isso que eu encerro esse artigo com a divulgação do coletivo de ajuda mútua e rede de apoio para mulheres agredidas "Outras Bárbaras". A primeira reunião virtual será em 28 de março de 2021, às 19 horas, com o tema "por que você quis me matar?" É preciso barrá-los e só conseguiremos coletivamente.

Para participar é só enviar um *email* co nome e contato para: outrasbarbaras@gmail.com

